

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ELEONORA MAGALHÃES

"DOIS TIROS NAS REDAÇÕES":
jornalismo brasileiro e o caso Pimenta Neves como incidente crítico

NITERÓI

2008

ELEONORA MAGALHÃES

"DOIS TIROS NAS REDAÇÕES":

jornalismo brasileiro e o caso Pimenta Neves como incidente crítico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.
Linha de Pesquisa: Comunicação e Mediação.

Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque

NITERÓI

2008

ELEONORA MAGALHÃES

"DOIS TIROS NAS REDAÇÕES":

jornalismo brasileiro e o caso Pimenta Neves como incidente crítico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Profª. Dra. Ana Lucia Silva Enne
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marco Antônio Roxo da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

NITERÓI

2008

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, fonte permanente de inspiração na qual me espelho e a quem dedico esta dissertação.

Ao professor Afonso de Albuquerque, meu orientador, sem o qual este trabalho não existiria. O meu muito obrigada pelas idéias compartilhadas, pela paciência e disponibilidade "*full time*".

À professora Rousiley Maia, pelo incentivo e pelas aulas que despertaram em mim o gosto pela vida acadêmica.

À professora Marialva Barbosa, por acreditar na "menina de Minas"; e à professora Ana Lucia Enne, pelo privilégio da convivência.

Ao meu padrinho, pelo carinho e pelas orações.

Aos meus tios e primos, por fazerem parte da minha vida.

Aos amigos, pela torcida e compreensão para com as constantes ausências. Em especial à Flávia, minha "irmã", que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis; à Viviane, por entender tão bem os meus muitos "não vai dar, estou enrolada com a dissertação"; e à Lilian, pelo ouvido sempre disponível para meus desabafos. Obrigada também ao Rodrigo, pelas risadas; e ao João, por tornar as horas solitárias mais musicais;

À companheira de mestrado Carolina Zoccoli, pelo apoio incansável e pela generosidade em emprestar textos, modelos de formatação, assim como dividir os momentos de desespero.

À dona Tiana e família, pelas velas acesas durante a seleção do mestrado e pela calorosa acolhida em Niterói.

Ao colega e amigo Renato Quintanilha, agradeço o otimismo e as palavras de motivação.

À Flora e à Donna, pelo amor incondicional.

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o caso Pimenta Neves enquanto incidente crítico, a partir do qual os jornalistas se viram obrigados a discutir e a renegociar os próprios métodos de trabalho. Um crime que, ao envolver jornalistas no papel de vítima e réu, problematizou a questão do distanciamento pressuposto para a prática de uma cobertura objetiva. Como objeto empírico, são utilizados matérias da Folha Online e textos relacionados ao acontecimento veiculados no site de *media criticism* Observatório da Imprensa. Argumenta que o incidente em questão mobilizou a atenção da imprensa para além da cobertura, desencadeando um debate paralelo, realizado pelos próprios jornalistas, em torno das normas e procedimentos de conduta, bem como das relações de poder nas salas de redação. O objetivo final é compreender como os jornalistas lidaram com os dilemas deflagrados pelo caso e as estratégias por eles utilizadas para a reforçar sua autoridade interpretativa, tanto no que diz respeito ao público, quanto internamente, entre os membros da comunidade jornalística.

Palavras-chave: jornalismo, incidente crítico, poder e autoridade jornalística.

ABSTRACT

This dissertation discusses the murder of journalist Sandra Gomide by Pimenta Neves, also a journalist and her former boyfriend and boss, as a critical incident that obliged journalists covering the case to discuss and renegotiate the proper methods of work. By doing so the journalists discussed the issue of the necessary distance for covering the case in an objective way. The empirical corpus of analysis includes Folha Online reporting and texts discussed in media criticism site Observatório da Imprensa. It argues that this critical incident has mobilized a significant debate about the norms and behaviour appropriate to newsmaking, as well the power relations into the newsrooms. The ultimate purpose of the dissertation is to understand how the journalists dealt with the dilemmas presented by the case, and which measures they took in order to reinforce their interpretative authority, both inside and outside the limits of the journalists' community.

Key-words: journalism, critical incident, power and journalistic authority

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1	13
1.1 Dimensão industrial do jornalismo	14
1.2 Jornalismo e construção social da realidade	21
1.3 Profissionalismo e Hierarquia.....	27
Capítulo 2	38
2.1 O modelo anglo-americano de jornalismo e sua adaptação no Brasil	40
2.2 O lugar do jornalista	51
2.3 Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa	53
Capítulo 3	59
3.1 A versão virtual da Folha de São Paulo e o Caso Pimenta Neves	61
3.2 “O que”: o crime enquanto categoria.....	63
3.3 Dois lados de uma mesma questão: quem é o “quem”?	71
O quem-vítima	71
O quem-assassino.....	76
3.4 Como e Por Que: enquadrando o relacionamento.....	80
Capítulo 4	86
4.1 O caso Pimenta Neves e o site Observatório da Imprensa.....	87
4.2 O problema do distanciamento	90
4.3 Cobertura nada usual... mas válida?.....	95
4.4 “Egotrip jornalística”: o incidente como revelador do cotidiano das redações.	99
Conclusão.....	104
Bibliografia.....	107
Anexo I	113
Anexo II	115

A VÍRGULA

A vírgula pode ser uma pausa... ou não.
Não, espere.
Não espere.

Ela pode sumir com seu dinheiro.
R\$ 23,4.
R\$ 2,34.

Pode ser autoritária.
Aceito, obrigado.
Aceito obrigado.

Pode criar heróis.
Isso só, ele resolve.
Isso, só ele resolve.

E vilões.
Esse, juiz, é corrupto.
Esse juiz é corrupto.

Ela pode ser a solução.
Vamos perder, nada foi resolvido.
Vamos perder nada, foi resolvido.

A vírgula muda uma opinião.
Não queremos saber.
Não, queremos saber.

Uma vírgula muda tudo.

ABI: 100 anos lutando para que ninguém mude uma vírgula da sua informação.

INTRODUÇÃO

O crime exigiu que os jornais praticassem meta-jornalismo. Jornais e jornalistas se viram constrangidos a expor, a exemplo de Mister M, os truques que tornavam a profissão fascinante. O fascínio do jornalismo que jamais algum jornal ou jornalista permitiu manchar tornou-se dolorosamente humano, com seus vícios e pecados expostos à exaustão e levados ao paroxismo.

(Victor Gentili, Observatório da Imprensa, 25/8/2000)

Alguns crimes chocam e sensibilizam a opinião pública mais do que outros. O que estudaremos ao longo deste trabalho, em particular, parece tocar não somente a audiência, como também – e intimamente - os responsáveis por narrar ao público o acontecimento. Relatos que são produzidos tendo como pressuposto sua veracidade, a partir da auto-afirmação de serem os jornalistas os porta-vozes confiáveis e legítimos dos eventos da vida real (ZELIZER, 1992).

A campanha de comemoração dos 100 anos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) busca reforçar essa imagem ou, nos termos de Zelizer, exemplifica uma afirmação por parte da imprensa brasileira de “autoridade jornalística”. Porém, em relação ao caso que abordaremos a seguir, as vírgulas podem até estar nos devidos lugares, mas os fatos não necessariamente falam por si. Isso porque são produzidos enquadramentos capazes de propor interpretações distintas de um mesmo tema: um crime de sangue, com nuances passionais, cometido por um renomado jornalista contra a ex-namorada, que também lhe era subordinada hierarquicamente no jornal onde trabalhavam.

Em 20 de agosto de 2000, o diretor de redação do jornal O Estado de São Paulo, Antônio Marcos Pimenta Neves, assassinou a por ele recém demitida editora de economia, a jornalista Sandra Gomide, com dois tiros, um na cabeça e o outro nas costas. Esses dois tiros, disparados em um haras no interior de São Paulo, ecoaram nas redações, comovendo-as e angustiando-as, como afirmou Alberto Dines em seu primeiro texto divulgado no site Observatório da imprensa acerca do crime. O incidente, e sua respectiva cobertura, foram classificados pelos próprios noticiaristas como “sem precedentes”, uma vez que os papéis de réu e vítima, assim como de responsável por relatar ao público os “fatos” são, todos, desempenhados por jornalistas. Acreditamos que, a partir do acontecimento, sobressaíram-se

interpretações que acabaram por ser mais aceitas e adotadas pelos meios de comunicação de modo geral. Os quais, motivados pela necessidade de produzir relatos acerca do caso, qual Mister M - conhecido por revelar os bastidores da magia -, se viram obrigados a discutir “segredos” que envolvem a prática profissional e que não costumam ser evidenciados, tampouco debatidos publicamente.

Dessa maneira, o que nos motivou a utilizar esse caso como objeto de estudo foi a idéia de que ele propôs dilemas aos jornalistas. Podemos entendê-lo como um incidente crítico (ZELIZER, 1992), na medida em que esses profissionais são levados a contestar e negociar seus próprios padrões de ação a partir de um crime que coloca em questão o distanciamento exigido para a prática de um “jornalismo objetivo”. Afinal, como alcançar tal distanciamento, uma vez que os jornalistas precisavam mediar um crime em que os principais envolvidos eram colegas de trabalho ou mesmo amigos?

O acontecimento em questão mobilizou a atenção da imprensa para além da cobertura, desencadeando um debate paralelo, realizado pelos próprios jornalistas, em torno das normas e procedimentos que regem o trabalho jornalístico - ou pelos quais os jornalistas acreditam que deveriam se guiar -, bem como das relações de poder que permeiam a prática profissional e a estrutura hierárquica sob a qual esta se assenta.

Dessa maneira, optamos por colher nosso objeto de análise em dois veículos midiáticos completamente distintos em sua finalidade, mas que nos fornecerão material para analisarmos os jornalistas sob dois ângulos: *a)* enquanto produtores da notícia e, portanto, em relação ao público; *b)* como comunidade interpretativa (FISH, 1997), em relação entre si próprios. Para tanto, um de nossos objetos empíricos será a versão virtual do jornal Folha de São Paulo, a Folha Online, cuja proposta é ser um meio de comunicação a partir do qual os leitores têm acesso às informações acerca do acontecimento, formatadas nos moldes do jornalismo tradicional – ou seja, seguindo critério de objetividade e imparcialidade. O outro é também uma versão virtual, agora de um programa televisivo, o Observatório da Imprensa. O site homônimo é voltado para a crítica de mídia (ou *media criticism*), e se coloca como lugar de debate em torno dos produtos midiáticos, principalmente no que concerne ao jornalismo e à ética profissional.

Este trabalho se desenvolve a partir de quatro capítulos. No primeiro, serão resgatados aspectos relativos à lógica que envolve a produção da notícia, cujo

epicentro é a sala de redação. Um processo de organização social possuidor de uma dimensão industrial, composta por rotinas de produção e relações de trabalho que envolvem poder, a divisão hierárquica de funções e a necessidade de obediência a prazos (*deadlines*) cada vez mais escassos. Portanto, pretendemos demonstrar como a natureza industrial da divisão do trabalho jornalístico afeta o modo como a realidade é relatada e, portanto, construída por esses profissionais.

Mais que construtores de realidade, os jornalistas funcionam como comunidade interpretativa (FISH, 1997), reivindicando para si o papel de intérpretes legítimos da mesma. Partindo desse pressuposto, nosso segundo capítulo objetiva situar a questão dessa autoridade jornalística, posição auto-proclamada pelos próprios profissionais, que se colocam enquanto único canal de mediação confiável entre os acontecimentos e o público. Começaremos, porém, por desmistificar o jornalismo praticado atualmente no Brasil, vendo-o como uma adaptação ou naturalização (ALBUQUERQUE, 2008) de um modelo importado anglo-americano, usualmente aceito como universal. Assim, daremos contornos mais definidos ao modelo de jornalismo praticado nos dias atuais pelos profissionais brasileiros, de modo a situarmos o papel que esses ocupam e como eles buscam a se autorizar como intérpretes da realidade, através da projeção de uma imagem de isenção profissional (CASTILHO, 2005), parcialidade, objetividade; enfim, de distanciamento.

Traçado um perfil do profissional da imprensa nacional, buscaremos identificar como o mesmo se posiciona em relação ao seu público. Para tanto, avaliaremos a forma encontrada pelos responsáveis pela produção da notícia para lidar com a cobertura do caso Pimenta Neves/Sandra Gomide em relação ao grande público, a partir das matérias divulgadas pela Folha Online. Levaremos em conta que as coberturas de incidentes como esse, as quais comumente se traduzem em uma espécie de julgamento moral (GLASSER & ETTEMA, 1991), com vistas a inferir “ordem” ao mundo. Essa ordenação encontra-se expressa nos jornais, compostas por quadros de análise (ou enquadramentos) que, em certa medida, reproduzem juízos de valor e importância, categorizam, rotulam e humanizam ou desumanizam personagens presentes na narrativa (ENTMAN, 1991). A terceira parte deste trabalho se propõe, então, a lançar luz sobre o dilema enfrentado por nossos jornalistas de falar como observadores distanciados de um caso tão particular e tocante à imprensa de modo geral.

O capítulo final desta dissertação desloca o foco de análise, dedicando-se a pensar o crime que envolveu os ex-namorados e colegas de profissão segundo a ótica dos jornalistas. O caso Pimenta Neves/Sandra Gomide despertou um debate para além da cobertura, entre os próprios responsáveis pela produção da notícia. Um debate público em torno da natureza da atividade jornalística e os dilemas que a cercam, que teve como um dos principais pontos de convergência o site Observatório da Imprensa. Diante do crime que colocou em xeque a questão do distanciamento, os jornalistas se viram obrigados a discutir, rever e esclarecer seus métodos de trabalho, as regras que conduzem a atividade profissional. A hipótese que se pretende testar é que, nessa “troca argumentativa”, os jornalistas buscam, em última instância, reafirmarem-se enquanto comunidade interpretativa e, portanto, ter sua autoridade jornalística reforçada.

Por fim, o desafio ao qual nos impomos é pensar o jornalismo em sentido lato, e o praticado no Brasil, em sentido estrito. A palavra “desafio”, porém, merece destaque. Assim como aqueles envolvidos na cobertura e no debate em torno do caso, este estudo é desenvolvido por uma jornalista. E a busca do “caminho do meio” entre o pragmatismo científico e a proximidade com o objeto contemplado foi tremendo. Ao leitor, pedimos que considere os eventuais desvios e aceite o convite para compartilhar de nossas descobertas.

CAPÍTULO 1

O jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, depôs nesta quinta-feira por quase quatro horas. Confessou que matou a ex-namorada, negou que o crime tenha sido premeditado e disse que matou porque Sandra Gomide, 32, o traía no campo profissional e pessoalmente. (Folha Online, 28 de abril de 2000)

O trecho foi extraído do começo de uma, dentre as muitas matérias divulgadas pela Folha Online acerca do crime em que vítima e assassino são jornalistas. E nos leva a refletir quanto ao processo de produção da notícia. Pimenta Neves afirma que Sandra Gomide, sua namorada, o traía. E a traição, de acordo com ele, extrapolava o campo pessoal. Sandra Gomide, que também era subordinada de Pimenta na redação do jornal *Estado de São Paulo*, teria, em algum momento, desafiado o poder quase absoluto de seu chefe. Ou seja, de acordo com a alegação do ex-diretor de redação, a traição foi também profissional e, portanto, envolveu o jornalismo.

Levaremos, portanto, a assertiva de Pimenta Neves em consideração para delinearmos os contornos deste capítulo, que propõe discutir o processo de organização social da produção da notícia. Para tanto, tentaremos problematizar a dimensão industrial do jornalismo, da qual fazem parte as rotinas de produção, as relações de trabalho e as hierarquias dentro das redações. Optamos por fracionar nossa discussão em três partes, todas norteadas pela noção de divisão de trabalho.

Na primeira, discutiremos questões relativas à natureza industrial da divisão do trabalho jornalístico. Consideraremos essa divisão do trabalho sob duas perspectivas: temporal e espacial. Se os jornalistas trabalham “contra” o tempo, seguindo prazos ou *dead lines*, também identificamos uma divisão “física” nas redações: setores de economia, política, esportes, internacional etc. Nesses espaços atuam profissionais especializados, porém não necessariamente (ou, talvez, nem desejavelmente) especialistas.

A divisão de trabalho exerce um impacto sobre a forma como a realidade é relatada/construída pelos jornalistas. Para isso, é importante se levar em conta que o jornalista atua no campo da construção social da realidade. Ele é agente, na medida em que constrói uma realidade pública, mas também retira sua matéria-prima – os *fatos* – da realidade da vida cotidiana.

A relação do jornalista com esse mundo, que por ele é coberto, não é uma relação direta, mas uma relação mediada por interesses práticos: como descrever um mundo de atividades dentro dos limites dos prazos finais de publicações e das limitações de espaço das notícias; como determinar o caráter factual dos relatos; como expor com precisão os eventos numa matéria; e assim por diante. (FISHMAN, 1990, p.12)

Assim, a construção social da realidade pelos jornalistas será a temática central da segunda parte deste capítulo.

Por último, diremos que a divisão do trabalho produz hierarquias e, por conseguinte, poder. Como em uma fábrica, no jornalismo também há a “base da produção” e “aqueles que estão no comando”. E, como explica Gans (1980, p.102; tradução nossa), “os superiores sempre têm autonomia individual maior do que a base, e os últimos nunca saberão quando seus editores estarão dispostos a exercer sua autoridade”¹. Buscaremos propor, em última análise, que o jornalismo, tal como é exercido hegemonicamente no Brasil, é uma profissão autoritária (ABRAMO, 1988). Afinal, não foi, em certa medida, o que fez Pimenta Neves ao assassinar Sandra Gomide: exercer sua autoridade?

1.1 Dimensão industrial do jornalismo

Apesar de muitos verem no jornalismo um trabalho social, sobretudo os próprios jornalistas, é inegável seu caráter comercial. Para além da sobrevivência da empresa jornalística, dependente do lucro advindo da venda sobretudo de espaços para anúncios publicitários, o jornalista trabalha imerso na lógica da oferta e da procura.

As pessoas envolvidas na seleção da história podem ser vistas como participantes de uma transação quase comercial, na qual quem sugere a história são vendedores, oferecendo suas idéias aos seletores de histórias, que agem como compradores² (TUCHMAN, 1979, p.90; tradução nossa).

Ou seja, os pauteiros oferecem ou “vendem”, no jargão jornalístico, as matérias aos editores. Para além de um lado “comercial” do jornalismo, há toda uma

¹ Do original: “Superiors always have more individual autonomy than underlings, and the latter never know when their editors are likely to exercise their authority”.

² Do original: “The people involved in story selection can be viewed as participants in a quasi-commercial transaction in which story suggests are sellers, offering their ideas to story selectors acting as buyers”.

estrutura posta em prática para que o trabalho se desenvolva; estrutura essa que identificamos como industrial, atuando na divisão do trabalho para um melhor aproveitamento do tempo e da mão-de-obra, isto é, dos jornalistas.

Assim, buscaremos evidenciar, na presente seção, a divisão do trabalho no jornalismo como industrial e demonstrar como ela acontece. Podemos dizer que essa divisão de trabalho ocorre temporal e espacialmente, ou seja, no âmbito que envolve prazos para a produção da notícia e o local onde esta é construída - as redações – o que, por conseguinte, se reflete no próprio formato do jornal, dividido em editorias e/ou cadernos.

Desse modo, a temporalidade é uma das dimensões da produção da notícia. E a “luta contra o tempo” constitui-se em uma de suas facetas mais familiares aos jornalistas, e tem na noção de prazo (*deadline*) um conceito central.

Fundamentalmente, as divisões de poder nas organizações noticiosas estão ofuscadas, e as divisões de trabalho determinadas, pelo *deadline*. O *deadline*, além disso, leva à seleção da história e ao processo de produção, que se torna rotinizado e permanece virtualmente imutável ao longo dos anos – uma das razões porquê jornalistas descrevem suas organizações como linhas de montagem³. (GANS, 1980, p.109; tradução nossa)

Nessa linha de montagem do jornalismo, perder um prazo (*deadline*) significa, em última instância, prejuízo. Entretanto, não é algo restrito à esfera profissional, uma vez que não entregar uma matéria a tempo de ser publicada ou ir ao ar pode acarretar uma demissão dos jornalistas envolvidos na divulgação das notícias. O prejuízo em questão diz, sobretudo, de perdas pecuniárias para os proprietários dos jornais, pois “prazos perdidos potencialmente custam dinheiro⁴” (TUCHMAN, 1978, p.73; tradução nossa).

Portanto, todos os envolvidos na produção de um jornal devem estar muito bem treinados quanto às normas profissionais e às internas da empresa, o que evita desperdício de tempo na escala final de produção: quando a notícia chega às mãos dos editores, os responsáveis por eventuais correções e pela aprovação da matéria.

³ Do original: “Ultimately, the division of power in news organizations are overshadowed, and the division of labor determined, by the deadline. The dead line, furthermore, leads to story selection and production process that become routinized and remains virtually unchanged over the years – which is one reason why journalists describe their organizations as assembly lines”.

⁴ Do original: “... missed deadlines do potentially cost money...”

Afinal, como já mencionamos, o desperdício de tempo reflete no desempenho comercial da instituição.

O jornal é uma compilação de 'estórias'. Se um excessivo número de 'estórias' tiverem de ser reescritas, o jornal não conseguirá cumprir os seus prazos e os lucros sofrerão com isso. Os caminhões que transportam o jornal para as regiões limítrofes partirão atrasados; os seus condutores poderão ter de receber horas extraordinárias. Se uma edição se atrasa, o horário das edições seguintes será afectado; os tipógrafos podem exigir o pagamento de horas-extraordinárias. Além disso, se as últimas edições da manhã não chegarem às bancas, os leitores podem comprar o jornal rival à venda, diminuindo assim os lucros da companhia. Os jornalistas receiam que as vendas futuras possam então estar em risco. Ao ler o jornal rival, o leitor pode achar que este é 'superior' e mudar os seus hábitos de compra. (TUCHMAN, 1993, p.77)

A autora se refere ao jornal impresso, mas os radiofônicos, virtuais e televisionados seguem uma lógica semelhante. Podemos dizer, porém, que há um grande diferencial: a forma como os jornalistas desses meios aprendem a lidar com o "fator tempo". Nesse tipo de mídia, o *dead line* é levado às últimas conseqüências. Isso faz com que seja assaz tênue a linha entre aquela matéria que vai ao ar (no caso específico dos telejornais) e que, portanto, passa a existir para o telespectador, e aquela que não ficou pronta a tempo de ser veiculada. As notícias, dependendo de sua "importância", podem ser divulgadas quase simultaneamente ao acontecimento. Ou, como gostam de dizer os jornalistas, "em tempo real". Podemos lembrar como exemplo marcante o atentado de 11 de setembro de 2001, quando acompanhamos, "ao vivo", o desenrolar dos ataques às Torres Gêmeas em Nova Iorque. Ao casar imagem e som, o telejornalismo nos dá a impressão de que presenciamos o fato sem, muitas vezes, termos plena consciência de que, na verdade, estamos assistindo a um acontecimento que é transmitido através de uma mídia.

Além disso, outro diferencial é que o produto, ou seja, o telejornal ou o noticiário, não está à venda da maneira que conhecemos: fisicamente, nas bancas. Entretanto, em todos os casos, a maior parte do lucro é obtida por meio dos anunciantes, seja mediante a venda de espaço físico no jornal ou tempo para a propaganda – os intervalos comerciais. E o valor desses "espaços" na grade de programação é diretamente proporcional à tiragem vendida ou à audiência alcançada pelo veículo de comunicação em questão.

Como se vê, o profissional do jornalismo é condicionado a trabalhar obedecendo a prazos rígidos. Afinal, “matéria boa é a que vai ao ar”, ou no, caso dos jornais impressos, não é possível atrasar uma edição sequer, uma vez que se corre o risco de perder o leitor para a concorrência.

Os jornalistas participam do processo de produção das notícias, mas não são os únicos agentes que dele participam. Molotch e Leste (*in* Traquina, 1993), consideram os acontecimentos como constituídos principalmente pelos a) promotores de notícias, que seriam aqueles indivíduos que se ocupam em identificar as ocorrências, tornando-as observáveis (caso, por exemplo, dos assessores de imprensa e demais fontes); b) em seguida, viriam os jornalistas, incluindo os repórteres e o pessoal de apuração e edição, que trabalham a partir desse material fornecido pelos promotores; c) no final dessa cadeia encontram-se os consumidores da notícias, a audiência, "que analogamente assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação do tempo público" (p.38).

Também dentro dos jornais ocorre um procedimento similar, à medida que há "divisão do trabalho", mas praticada de forma singular. Os contornos que distinguem uma função da outra, em determinados aspectos, encontram-se bem definidos (caso das divisões verticais), entretanto, essas fronteiras tendem a se cruzar, sobretudo no que diz das divisões horizontes, nas quais os jornalistas ocupam cargos hierarquicamente similares. Obedecendo a essa lógica, a maioria absoluta das redações é formada por generalistas, uma vez que todos os jornalistas devem dar conta, se não de todos, ao menos de boa parte dos assuntos que possam vir a ser notícia. Entretanto, há uma divisão física nas redações, uma setorização formada não por especialistas, e, sim, por profissionais especializados.

A dispersão dos repórteres por território, especialização institucional, e temas é formalizada na divisão de um jornal ou noticiário. Um jornal é dividido em seções e páginas. Suas primeiras páginas contêm, de modo geral, histórias factuais (objetivas), potencialmente retiradas de qualquer lugar e todo lugar na rede de informações. Assuntos especializados atuais, como esportes, mulheres e notícias financeiras, aparecem em páginas delineadas claramente, reunidas em seções separadas⁵. (TUCHMAN, 1978, p.97; tradução nossa)

⁵ Do original: "The dispersion of reporters by territory, institutional specialization, and topic is formalized in the division of a newspaper or newscast. A newspaper is divided into sections and pages. Its first pages contain factual (objective) general stories, potentially drawing from anywhere

Tanto essa divisão física do jornal em seções, tópicos ou cadernos, quanto a atuação de profissionais especializados, mas não especialistas, estão presentes e caracterizam, em última instância, a forma como o cotidiano terá seus contornos delineados nas páginas ou no espelho⁶ de cada edição. Nessa “linha de produção” que insistimos ser a feitura de um jornal, todos os operários envolvidos devem ser polivalentes, capazes de atuar em diversas frentes. Ou melhor, um produtor ou um pauteiro deve ser capaz de produzir pautas sobre assuntos variados, assim como os repórteres precisam estar aptos a cobrir matérias sobre uma gama de assuntos, desde cultura a política, economia e polícia.

Especialidades são ignoradas quando necessário. Todo mundo deve ser capaz de executar o trabalho de todo mundo. (...) Para cada história reconhecidamente interessante a ser coberta, cada especialista deve ser um generalista, e vice-versa. Nas palavras de vários repórteres, cada um deve “ser um profissional” capaz de cobrir tudo e qualquer coisa, porque cada um pode ser designado a qualquer coisa a qualquer momento⁷. (TUCHMAN, 1978, p.67; tradução nossa)

E, se os jornalistas não devem ser especialistas, estes entram em cena, mas como fontes da notícia. O jornal é um espaço onde os profissionais da imprensa atuam em relação com as fontes, geralmente especialistas e autoridades, condição intrínseca ao exercício do trabalho jornalístico. Relação essa que envolve a defesa de interesses e negociação permanente entre ambas as partes. Pois, “apesar da noção de que o jornalismo transmita informação das fontes para a audiência sugira um processo linear, na realidade o processo é circular, complicado, além disso, por um grande número de reviravoltas⁸”. (GANS, 1980, p.80, tradução nossa) Isso

and everywhere in the news net. Specialized topical subjects, such as sports, women's, and financial news, appear on clearly delineated pages placed together in separate sections.”

⁶ Espelho “é a relação e a ordem de entrada das matérias no telejornal, sua divisão por blocos, a previsão dos comerciais, chamadas e encerramento. Como a própria palavra indica, reflete o telejornal. É feito pelo editor-chefe, e todas as pessoas envolvidas na operação do programa recebem uma cópia do espelho. As matérias colocadas no espelho são identificadas por retrancas” (PATERNOSTRO, 1999, p.142).

⁷ Do original: “Specialties are ignored when necessary. Everyone must be capable of doing everyone else's work. (...) For all recognizably newsworthy stories to be covered, each specialist must be a generalist, and vice versa. To quote several reporters, each must “be a professional” capable of covering everything and anything, because each may be assigned anything at any time.”

⁸ Do original: “Although the notion that journalists transmit information from sources to audiences suggests a linear process, in reality the process is circular, complicated further by a large number of feedbacks loops”.

porque, grosso modo, são as fontes que agendam os acontecimentos e os colocam à disposição dos repórteres. Entretanto, uma fonte pode contatar o jornalista e, apesar disso, não ter sua informação veiculada. De outro lado, os jornalistas precisam ter acesso às fontes, e essas precisam estar disponíveis e serem confiáveis.

Como, porém, é possível avaliar a veracidade de uma informação transmitida por uma fonte? Ou, mais especificamente: como saber se uma fonte é confiável? Esse é um dilema com o qual o jornalista precisa conviver. E, para saná-lo, a imprensa se cerca de um conjunto de procedimentos, como o uso de fontes autorizadas ou oficiais. No relato jornalístico é clara a preferência por fontes institucionalizadas, que muitas vezes já mantêm contato com os jornalistas responsáveis pela cobertura das notícias. Além do mais, “as fontes de notícias, embora teoricamente possam provir de qualquer lugar, na prática têm um recrutamento e acesso que refletem as hierarquias do país e da sociedade⁹” (GANS, 1980, p.119; tradução nossa).

Assim, o jornalista se resguarda. Afinal, não foi ele quem expressou essa ou aquela opinião, mas sim a fonte, que teve parte de sua afirmação citada ao longo da matéria. Porém, se há a clara preferência por fontes autorizadas, existe espaço para os “cidadãos comuns”, desde que a informação seja transmitida de forma considerada adequada ou pertinente pelos jornalistas.

Talvez as fontes mais qualificadas sejam as organizações que executem tarefas equivalentes a reportagens de campo, ofereçam os resultados de seu trabalho como “exclusivos” e que podem se permitir a fazer isso anonimamente, renunciando às recompensas da publicidade¹⁰. (GANS, 1980, p.121; tradução nossa)

O que interessa ao jornalista é se proteger das críticas, preservar e sempre que possível reafirmar a imagem de credibilidade perseguida por toda a classe. Além de, claro, conseguir as informações que lhe possibilitem produzir a notícia.

⁹ Do original: “...while in theory sources can come from anywhere, in practice, their recruitment and their access to journalists reflects the hierarchies of nation and society”.

¹⁰ Do original: “Perhaps the most able sources are organizations that carry out the equivalent of investigative reporting, offer the results of their work as “exclusives”, and can afford to do so anonymously, foregoing the rewards of publicity.”

Essas estratégias servem, afinal, para que o profissional se diga imparcial em seu relato. Portanto, “imparcialidade inclui demonstrar que alguém fez todo o possível para ser preciso na intenção de manter a credibilidade e evitar tanto reprimendas dos superiores como o perigo onipresente de processos de difamação¹¹.” (TUCHMAN, 1978, p.83)

E se são as fontes que, na imensa maioria das vezes, disponibilizam as informações acerca das notícias aos jornalistas, estes quase sempre têm nas mãos mais informação disponível do que poderia ser usada. Em virtude do pouco tempo e do pouco espaço que dispõem para tratar dos vários assuntos do cotidiano, os jornalistas têm que desenvolver duas capacidades: a de generalizar e a de resumir.

Todos os jornalistas têm que se apoiar numa base de dados de número limitado para não serem inundados por um volume de informação maior do que podem rapidamente processar e adaptar ao limitado tempo de transmissão ou ao limitado espaço de impressão (GANS, 1980, p.17).

A relação com as fontes é fruto desse contexto. Em geral,

devido ao pequeno número de pessoal e à pequena disponibilidade de tempo, os jornalistas se mostram ativos apenas na busca de um pequeno número de fontes regulares que anteriormente tenham se mostrado disponíveis e **adequadas**. (GANS, 1980, p.1; grifo nosso)

Por fontes "adequadas", leia-se: é preciso ser alguém na posição de saber o que é dito e que esteja "habilitado" a isso (FISHMAN, 1980). Assim, as fontes oficiais se constituem em agentes fundamentais na construção das notícias. Porém, e de modo geral, é imprescindível aos jornalistas fazer julgamentos que decidam quanto à pertinências das informações, ou melhor, que decidam o que “entrará” e o que “ficará de fora” em uma dada matéria.

A palavra crucial é “limitada”, porque o que distingue jornalismo dos estudos literários e de ciência-social da América é o prazo (*deadline*), que é imutável na televisão e pode ser estendido nas revistas apenas sob pena de altos custos adicionais. (GANS, 1980, p.82)

11 Do original: “Impartiality includes demonstrating that one does everything possible to be accurate so as to maintain credibility and avoid both reprimands from superiors and the omnipresent danger of libel suits”.

E é seguindo uma rotina de produção, como vimos, limitada por prazos e guiada por uma lógica comercial, que os jornalistas constroem a realidade que encontramos nas páginas dos jornais ou nos noticiários dos rádios e das TVs. Uma realidade mantida, em sua maior parte, com base em relatos de fontes especializadas e/ou autorizadas. Uma realidade contada a partir de um processo industrial de manipulação das notícias. Enfim, uma “realidade ressaltada” (Gans, 1980, p.92). Em nosso próximo tópico, discorreremos justamente sobre o impacto que a divisão do trabalho na produção jornalística exerce sobre a forma como a realidade é construída nos noticiários.

1.2 Jornalismo e construção social da realidade

Podemos dizer, em certa medida, que industrializamos nosso acesso à realidade, o que produz uma sensação de escassez de conhecimento acerca de nosso próprio cotidiano. Boa parte do que discutimos nas rodas de amigos extrapola aquilo que “vimos com nossos próprios olhos, presencialmente”, e que chegou a nós através dos meios de comunicação de massas. E, aqui, a imprensa ocupa um papel central, uma vez que reivindica para si o papel de legítimo mediador entre as pessoas e a realidade cotidiana, ou melhor, de “agente virtuoso da informação” (ALBUQUERQUE, 2007, p.2). Dizemos que há a industrialização de nosso acesso à realidade porque o que lemos, vemos ou ouvimos na imprensa atua no campo da construção social da realidade obedecendo a uma lógica industrial, no sentido de tentar padronizar o produto, ou seja, a forma como são “fabricadas” as notícias.

Nesta dissertação pretendemos discutir os dilemas enfrentados pelos jornalistas em relação à construção do relato em torno de um crime que envolve, em papéis antagônicos, porém principais, colegas de profissão. Mais que isso, colegas de profissão dos próprios responsáveis por narrar o acontecimento.

Para tanto, é preciso levar em conta que os jornalistas atuam na construção da realidade de um modo muito particular. Não se pode falar em *um* olhar subjetivo. Aquele profissional boêmio e solitário é, hoje, personagem de ficção. Ao menos no que concerne ao modelo de jornalismo americano, conforme o qual os profissionais brasileiros se guiam (falaremos mais sobre modelos de jornalismo, e o americano em particular, no próximo capítulo). Dentro das rotinas cada vez mais escassas de tempo, a imagem romântica do *flâneur* perdeu seu lugar. Se a realidade da vida cotidiana apresenta-se como um mundo intersubjetivo, fruto da contínua interação

entre os sujeitos (BERGER e LUCKMANN, 2002), no jornalismo a realidade, além de pública, é também algo construído coletivamente, seja dentro de uma relação jornalista-jornalista, ou com a colaboração de pessoas que não do grupo dos jornalistas, sobretudo os especialistas – as fontes. Realidade essa, construída através de generalizações.

O jornalista extrai a matéria-prima de seu trabalho, ou seja, as notícias, da vida cotidiana. No livro “A construção social da realidade”, Berger e Luckmann (2002) ressaltam que a “realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade” (p. 40, grifo dos autores). Ou seja, entre as múltiplas realidades existentes, ela se apresenta como a realidade por excelência.

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas também é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. (BERGER e LUCKMANN, 2002, p.36)

Um dos trabalhos dos jornalistas é tentar não apenas produzir narrativas que busquem descrever o mundo social, mas também tentar torná-lo inteligível por meio desses relatos. Entretanto, “é inútil encarar o noticiário como distorcendo ou como refletindo a realidade, porque as ‘realidades’ são feitas e o noticiário é parte do sistema que as faz” (FISHMAN, 1990, p.10). Além do mais, há uma dimensão industrial na produção de notícias.

O noticiário é uma forma determinante de conhecimento, não porque o mundo lá fora vem sob formas determinantes, mas porque as pessoas empregam métodos específicos que procuram organizar o mundo em algo coerente. O noticiário é o resultado dos métodos empregados pelos jornalistas. (FISHMAN, 1990, p.12)

Rotinas escassas de tempo, generalizações, matéria-prima. Palavras que usamos logo acima, nos parágrafos iniciais desta seção, e que nos dão algumas pistas acerca da relação entre jornalistas e a construção social da realidade. Começamos este capítulo afirmando que há uma divisão de trabalho no jornalismo; e que ela é industrial. Agora, veremos que essa divisão exerce impacto sobre a forma como a realidade é relatada/construída pelos profissionais de imprensa.

Apesar de o jornalismo trabalhar com o inesperado e o inédito, o dia-a-dia das redações nada tem de caótico em termos de organização. O trabalho é planejado

diariamente, com matérias agendadas para serem feitas em horários determinados, dentro do turno de trabalho. Há também o caso de reportagens especiais, que podem ser trabalhadas ao longo de semanas, ou mesmo meses, pela equipe e reportagem. Os jornalistas fazem, sim, plantões, mas o efetivo é reduzido nessas ocasiões. Em um dia “normal” de trabalho, o profissional tem horário para chegar e para deixar a empresa, o que significa que as notícias deverão obedecer a um horário para “acontecer”.

Ao discorrer acerca da realidade profissional norte-americana, Tuchman evidencia a questão:

Uma consequência das horas sincronizadas de trabalho é que poucos repórteres estão disponíveis para cobrir histórias antes das dez da manhã ou depois das sete da tarde durante os dias da semana, e menos ainda nesses horários nos fins de semana. Esse arranjo social influencia na avaliação das ocorrências como eventos noticiáveis em potencial¹². (Tuchman, 1978, p.42; tradução nossa)

Desse modo, a realidade que vemos e lemos nos jornais cotidianos é construída de modo a “caber” em um modo de produção industrial, submetida a horários e à disponibilidade de pessoal para poder fazer a cobertura da notícia. Grosso modo, é uma realidade com hora para acontecer, para começar e acabar, salvo casos excepcionais.

Ao trabalhar com o cotidiano, a imprensa se vê imersa em um mundo de informações muito mais abundantes do que poderia dar conta de “traduzir” nos noticiários, são mais histórias do que é possível de ser processado na linha de produção que acreditamos ser o jornalismo. Para conseguir “dar conta” desse trabalho, os jornalistas fazem uma espécie de “categorização da notícia”. Como qualquer outra organização complexa, a imprensa não pode processar o fenômeno idiossincrático. A forma encontrada pelos meios de comunicação de notícia para lidar com a gama de forças que compõe uma dada ocorrência foi reduzir todo fenômeno a classificações conhecidas/familiares (TUCHMAN, 1978).

A forma como a realidade é retratada corresponde a esquemas tipificadores: o assassino, a vítima, o israelense, o americano, o africano, o carioca, o mineiro, o

¹² Do original: “One consequence of synchronized working hours is that few reporters are available to cover stories before 10:00 A.M. or after 7:00 P.M. on weekdays, and even fewer at those times on weekends. This social arrangements influences the assessment of occurrences as potential news events”.

homem do campo, o sujeito urbano. Generalizações, ou melhor, imagens que ajudam a construir um mundo coerente.

Assim, o exame de tempo e tipificações sugerem que os profissionais da imprensa usam tipificações para transformar ocorrências idiossincráticas do dia-a-dia em matérias-primas que podem estar sujeitas a processamento de rotina e disseminação. Tipificações se constituem em problemas práticos, incluindo aqueles colocados pela sincronização do jornalismo com quais ocorrências geralmente se desdobrarão. Elas impõem ordem sobre a matéria-prima ou notícia e, então, reduz a variabilidade (idiosincrasia) do excesso de ocorrências. Elas também canalizam a percepção dos jornalistas acerca do mundo cotidiano, impondo uma moldura sobre as faixas da vida diária¹³. (TUCHMAN, 1978, p.58; tradução nossa)

Essas “molduras” remetem ao conceito de enquadramento da mídia, entendido como uma espécie de recorte da realidade promovido por jornais e outros meios de comunicação. Inclui critérios de organização e hierarquização dos vários elementos que constituem a notícia. “Os enquadramentos de media são padrões persistentes de cognição, de interpretação e de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal” (GITLIN, 1980, p.6). Esses “quadros interpretativos” apresentados pela mídia oferecem à audiência/aos leitores/ouvintes, pistas que promovem interpretações específicas dos acontecimentos (ENTMAN, 1991). Além disso, possibilitam aos jornalistas processar, rápida e rotineiramente, grandes quantidades de informação.

Desse modo, podemos dizer que, em suas matérias, o jornalismo nos fornece “modelos” que servem de analogia para entendermos e tornar um lugar mais seguro o mundo que nos cerca. O processo de tipificação, entretanto, não é algo completamente dado ou interiorizado. É fruto também de negociações. No caso Pimenta Neves/Sandra Gomide, o assassino não era um marginal ordinário. Era um sujeito de renome, que tinha, em certa medida, poder. Pimenta Neves era um jornalista gabaritado e respeitado entre seus pares. A vítima também fazia parte do

¹³ Thus far, the examination of time and typifications suggests that newswriters use typifications to transform the idiosyncratic occurrences of the everyday world into raw materials that can be subjected to routine processing and dissemination. Typifications are constituted in practical problems, including those posed by the synchronization of newswriting with how occurrences generally unfold. They impose order upon the raw material or news and so reduce variability (idiosyncratic) of the glut of occurrences. They also channel the newswriters' perceptions of the everyday world by imposing a frame upon strips of daily life.

“clã” de jornalistas. Daí a dificuldade de se falar sobre o assassinato: era um “crime em família”.

Além disso, e ainda de acordo com Tuchman, os jornalistas alegam que se valem de critérios para definir o que será ou não notícia, e insistem que a tipificação da mesma depende de seu conteúdo. Para eles, haveria “categorias” de notícias, umas mais “factuais” ou “quentes” que outras. Assim, a principal distinção feita pelos jornalistas seria entre *hard news* e sua antítese, *soft news*. Autores de bibliografias técnicas do jornalismo, e os próprios jornalistas, diferenciam os dois “tipos” de notícias, explicando que *hard news* correspondem às “notícias comuns e mais importantes” (YORKE, 1998, p.197). Ou ainda: “*hard news* se refere a uma notícias quente, séria, importante. É o contrário de *soft news*” (PATERNOSTRO, 1999, p. 144).

Desse modo, *soft news* seria menos o importante e mais aquilo que é interessante. Porém, Tuchman destaca um aspecto importante dessa classificação:

as distinções se sobrepõem. Frequentemente é difícil, se não impossível, decidir se um evento é interessante ou importante, ou os dois, interessante e importante. De fato, o mesmo evento pode ser tratado tanto quanto uma notícia *hard* ou *soft*¹⁴ (TUCHMAN, 1978, p.48; tradução nossa).

É importante ter em mente que os procedimentos jornalísticos, que incluem seleção, ênfase e exclusão das notícias, levam à “naturalização” de determinadas perspectivas acerca do mundo em detrimento de outras.

As rotinas de trabalho do jornalismo, estabelecidas com vistas aos interesses políticos e econômicos das empresas de notícias, se combinam normal e regularmente para privilegiar determinadas versões da realidade, preterindo outras. Dia a dia os procedimentos organizacionais *normais* escolhem “a matéria de reportagem”, identificam os protagonistas e as questões, e decidem as atitudes a serem tomadas para com elas. Apenas episodicamente, em momentos de crises políticas e mudanças em larga escala na pervasiva ideologia hegemônica, é que os administradores e os proprietários intervêm diretamente para reajustar ou reforçar as rotinas prevalecentes no trabalho jornalístico. (GITLIN, 1980, p.3)

Ao lado dos procedimentos utilizados pelos jornalistas para a produção da notícias está a objetividade, que funciona como protocolo de organização do

¹⁴ Do original: “the distinctions overlap. Frequently it is difficult, if not impossible, to decide whether an event is interesting or important or is both interesting and important. Indeed, the same event may be treated as either a hard-or-soft-news story”.

discurso jornalístico. Objetividade diz dos procedimentos técnicos de trabalho, *normas* de conduta intrínsecas a cada profissão, como a de médico ou advogado. Para além disso, e assim como o uso de citações/aspas, a “objectividade pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão” (TUCHMAN *in* TRAQUINA, 1993, p.74). Assim, uma noção operativa de objetividade é usada para “minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (idem, p.76).

Tuchman (*in* TRAQUINA, 1993) indica outros quatro procedimentos estratégicos adotados por aqueles profissionais que definem o que objetividade é (é como se esses profissionais seguissem um receituário em torno do qual podem se dizer objetivos):

- 1 **Apresentação de possibilidades conflituais**, ou seja, os jornalistas devem apresentar todos os lados da notícia, o que envolve ouvir e dar voz, em tese, a todos os envolvidos na questão, apresentando suas versões da história;
- 2 **Apresentação de provas auxiliares**, com objetivo de corroborar uma afirmação encontrada na matéria. “A apresentação de provas auxiliares consiste na localização e citação de ‘factos’ suplementares, que são *geralmente aceites como ‘verdadeiros’*” (idem, p.80). Agindo desse modo, o jornalista poderá ratificar a afirmação de que “os fatos falam por si”. E, “contra fatos, não argumentos”, ou seja, evitam-se processos contra difamação ou a reprimenda do editor;
- 3 **Uso judicioso das aspas** - funcionam também como uma forma de prova suplementar, na medida em que os jornalistas citam as opiniões de outras e, assim, deixam de participar do relato para deixarem “os fatos falarem por si”;
- 4 **Estruturação da informação numa seqüência apropriada** - a informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo e, cada parágrafo subsequente, deve conter informação de menor importância. A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida. Assim, é taxativamente aconselhável que seis perguntas-chave sejam respondidas logo no começo da matéria: quem, o que, quando,

onde, porque e como. As respostas a essas indagações correspondem ao que os homens da mídia chamam *lead*¹⁵.

No Brasil, porém, o termo “objetividade” também é concebido pela classe jornalística como antônimo de “subjetividade”. Mais que procedimentos de conduta, ser objetivo exige que o jornalista seja alguém despido de valores e julgamentos; ou seja, mais que um sujeito *blasé* (SIMMEL, 1991), alguém distante da própria humanidade.

O caso Pimenta Neves é exemplar justamente por isto: é uma boa oportunidade para se pensar esse fazer-jornalístico. Ou, como resume Alberto Dines em um artigo disponibilizado no *site* Observatório da Imprensa: “não há precedentes, aqui ou no exterior, de como cobrir uma tragédia deste porte e que radiografa de forma tão cruel as entranhas do universo jornalístico” (DINES, 25 agosto 2000). A morte de Sandra Gomide é um crime de sangue *quase* como os outros - o *quase*, entretanto, muda tudo. O assassinato em questão tem algo que o distingue dos demais: vítima e algoz são, ambos, jornalistas. Indo mais adiante, pode-se dizer que o caso toque fundo aqueles que deveriam manter certo distanciamento, ou seja, os profissionais da imprensa, encarregados de contar, ao grande público, a história de modo *isento, imparcial, neutro*. Aqueles, por fim, que dizem relatar a realidade de forma objetiva, e não construí-la coletivamente.

1.3 Profissionalismo e Hierarquia

A industrialização do trabalho jornalístico tem conseqüências no âmbito do poder dentro das redações. Podemos dizer que há dessimetria nas relações entre jornalistas e seus superiores e inferiores hierárquicos. E, portanto, que a estrutura hierárquica, que pressupõe um jogo de poder, afeta as relações dentro das redações.

Warren Breed, em seu estudo acerca do controle social nas redações (1993), busca lançar alguma luz acerca dos padrões culturais existentes e disseminados

¹⁵ Tuchman aponta para o aspecto problemático surgido com o *lead* para o jornalista. A seleção dos aspectos principais da notícia é algo decidido pelo responsável pela matéria, é uma escolha apenas do jornalista (ao contrário das citações, que expressam a opinião das fontes, por exemplo). Para essa tarefa, o repórter se vale do *news judgment* (perspicácia profissional), o que a autora caracteriza como uma atitude defensiva, “pois o *news judgement* é a capacidade de escolher ‘objectivamente’ entre ‘factos’ concorrentes para decidir quais os ‘factos’ são mais ‘importantes ou ‘interessantes’. ‘Importantes’ e ‘interessantes’ denotam conteúdo. Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve revelar as suas noções de conteúdo, ‘importantes’ ou ‘interessantes’. (TUCHMAN in TRAQUINA, 1993, p.83).

nesses ambientes de convivência entre jornalistas. Breed divide os jornalistas em duas categorias principais: executivos, detentores de maior poder, e os *staffers*. Dentro da primeira categoria, encontra-se o dono do jornal (*publisher*), quem, na prática, define a política editorial, além dos editores. “Os *staffers* são os repórteres, responsáveis pelo *rewriting*, os revisores, etc. Entre eles, podem aparecer os editores da secção local ou os editores telegráficos, que ocupam um lugar intermediário.” (BREED *in* TRAQUINA, 1993) Ainda de acordo com o autor, as normas relativas ao trabalho jornalístico são socializadas, passadas dos mais experientes aos novatos.

Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. (BREED *in* TRAQUINA, 1993, p.155)

Como podemos perceber segundo a abordagem de Breed, as normas seguidas pelos profissionais nas redações estão mais para o que determina a política editorial do jornal do que as próprias normas jornalísticas, sobretudo no tocante à imparcialidade.

A “política” pode ser definida como orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não só no seu editorial como também nas suas crônicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos seleccionados. A “parcialidade” não significa necessariamente prevaricação. Pelo contrário, envolve a omissão, a seleção diferencial, ou a colocação preferencial, tal como “destacar” um item favorável à orientação política do jornal, “enterrar” um item desfavorável numa página interior, etc. (BREED *in* TRAQUINA, 1993 p.153)

Assim, o profissionalismo no jornalismo estaria mais para o adestramento do jornalista, obedecendo a um esquema de recompensa-reprimenda. E isso é tanto mais evidente quanto menor a posição ocupada pelo profissional na escala hierárquica. Além disso, mesmo que os jornalistas discordem da política editorial, Breed aponta seis fatores que os levam ao conformismo para com a mesma:

1 Autoridade institucional e sanções: o editor tem autoridade maior que o repórter dentro das redações e ocupa um cargo de poder por partilhar com o

dono do jornal da política editorial. Portanto, ele pode alterar ou mesmo impedir que seja veiculada uma matéria contrária à política da empresa jornalística. Por outro lado, o medo de sanções vinda dos superiores contribui para o conformismo de repórteres e demais profissionais em hierarquia profissional inferior à do editor.

2 Sentimento de obrigação e de estima para com os superiores: o profissional pode se sentir em obrigação para com o jornal, por ter sido contratado e, portando, busca obedecer a política da empresa. Também há sentimentos pessoais mais “calorosos” envolvidos, como a admiração pelos superiores e mais experientes. Como o ofício é tido como algo a ser ensinado, estabelece-se um misto de paternalismo e postura professoral, de acordo com a qual os tutores tendem a punir, quando julgam necessário, mas também a defender seus pupilos. Estes, por sua vez, sentem-se gratos por isso.

3 Aspirações de mobilidade: lutar contra a política editorial constitui-se um obstáculo àqueles que pretendem crescer profissionalmente dentro da empresa em que trabalham. E, mesmo aqueles que pretendem trabalhar em outros campos, como nas assessorias de imprensa, buscam alcançar maior reputação profissional com o intuito de serem mais bem aceitos no mercado.

4 Ausência de grupos de lealdade em conflito: os profissionais não se unem para conspirar contra a orientação política e, mesmo as organizações de representação oficialmente dos jornalistas não costumam interferir em assuntos internos.

5 Prazer da atividade: seja pelos laços que se formam dentro das redações, em que os profissionais compartilham conhecimentos em prol “da boa informação”, seja pelo trabalho considerado interessante e prazeroso, seja pela variedade de experiências e pela proximidade com o poder. “Assim, por todas estas razões, e apesar da remuneração relativamente baixa, o *staffer* sente-se, por vezes, parte integrante de uma empresa em plena atividade. A sua moral é boa.” (BREED, p.159)

6 A notícia torna-se um valor: a ênfase na notícias como elemento central, reforçada pela exigência da competição e pela luta contra o tempo, tendem a evitar conflitos envolvendo a orientação política do jornal. Isso envolveria perda de tempo e, conseqüentemente, menos notícias.

Dentre as principais variáveis que originariam a manutenção da política editorial, Breed aponta como a mais significativa a segunda, ou seja, a **obrigação e a estima pelos superiores**. Além de a mais importante, capaz de gerar não apenas uma atitude desejada dos jornalistas, mas um sentimento tal que o leva a se sujeitar à política determinada pelos superiores, a quem ele respeita e admira. Porém, é uma variável flutuante, pois o sentimento gerado pelos “chefes” pode não ser o de estima e admiração... De todo modo, o que gostaríamos de ressaltar é a conclusão à qual o autor chega quanto à lógica inerente às redações, que envolve, sobretudo, aceitação do profissional por parte do grupo.

A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, ele redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redactorial. (BREED *in* TRAQUINA, 1993, p.166)

Faz-se interessante considerar que as hierarquias profissionais tornam-se tanto mais fortes quanto maior o caráter institucional do meio de comunicação. Dificilmente um *blog* terá papéis rígidos para cada um de seus colaboradores. Entretanto, ele serve para comunicar. A imprensa, porém, ao reivindicar para si o posto de agente de confiança, que fornecerá informações “de qualidade”, estabelece um ambiente “profissional” de trabalho. “As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta (...)” (BERGER e LUCKMANN, 2002, p.80). Logo, podemos dizer que institucionalizar é submeter o indivíduo ao controle social. O que, por sua vez, contribui para legitimar a existência de hierarquias.

Institucionalizar está intrinsecamente relacionado a internalizar valores. Não há regras explícitas de conduta, impressas na forma de leis ou sanções. Nada além dos manuais de redação, que indicam caminhos a seguir, mas dificilmente explicitam

o ponto exato até onde se pode chegar. O que faz o trabalho jornalístico ser bastante baseado na experiência profissional. Os mais experientes costumam ocupar os cargos mais elevados hierarquicamente. E são responsáveis por ensinar o trabalho e guiar os passos dos mais novos, ou melhor, pelo adestramento dos “focas”.

Soloski, por sua vez, segue por um caminho próximo, porém distinto ao de Breed ao sugerir que o controle hierárquico não basta e não é o principal estruturante das relações dentro das redações. Ele enfatiza o profissionalismo como principal mecanismo de controle. Conforme argumenta o autor, o profissionalismo ultrapassaria os muros da redação de uma dada empresa de jornalismo, sendo capaz de exercer controle para além da interação face-a-face, como destacou Breed. Assim, Soloski destaca o profissionalismo como forma de controle transorganizacional e, quase como complemento a este estaria a política editorial, que estabeleceria o controle interorganizacional. Juntas, essas duas formas de controle estabeleceriam as fronteiras do comportamento profissional dos jornalistas. Fronteiras essas amplas o bastante para permitir certa liberdade aos profissionais, sobretudo em momentos que geralmente pouco afetam os interesses dos donos do jornal, que dizem mais da “criatividade” do que do enfoque político propriamente dito. “Por outro lado, as fronteiras são suficientemente estreitas para se poder confiar que os jornalistas ajam no interesse da organização jornalística.” (SOLOSKI *in* TRAQUINA, 1993, p.100)

O profissionalismo jornalístico é tido como transcendente à organização. É algo partilhado entre todos aqueles que se dizem jornalistas “na prática”, ou seja, aqueles que trabalham diretamente com a produção de notícias para um dado público. Contudo, ele também se opõe, em parte, à lógica da empresa, como um controle entre pares em oposição ao controle pelo patrão ou o dono da empresa jornalística. Entretanto, é algo encorajado pelas próprias organizações de notícias, salvo casos excepcionais, como uma forma de evitar desperdício de tempo, aumento de custos ou prejuízos.

As organizações de notícias mantêm flexibilidade e economizam dinheiro desencorajando uma burocracia mais complexa do que a que realmente existe, e encorajando o profissionalismo entre repórteres. Entre repórteres, profissionalismo é saber como ter acesso a uma história, o que vai ao encontro dos padrões e

necessidades organizacionais¹⁶. (TUCHMAN, 1978, p.65; tradução nossa)

A relação entre os jornalistas e as empresas que os empregam é peculiar. “Apesar de empregados por uma organização noticiosa, os repórteres se apresentam como profissionais autônomos quando lidam com as fontes¹⁷” (TUCHMAN, 1978, p.74; tradução nossa). Na assertiva, a autora se refere apenas aos repórteres, o que, entretanto, gostaríamos de estender aos demais profissionais que participam da “linha de montagem” do jornal e que lidam no dia-a-dia com as fontes, como os pauteiros ou produtores. E, como lembra Breed, existem fatores dentro da área de influência do repórter que o ajudam a iludir a orientação política. Podemos dizer que as situações de desvios acontecem porque a política editoria não costuma ser claramente exposta e estruturada. Além disso, o *staffer* é capaz de influenciar na seleção da notícia em vários pontos, na medida em que tem relativa liberdade para escolher, por exemplo, quem entrevistar e quem ignorar. Ou seja, ele pode conferir vários tons à notícia.

Soloski aponta dois modos relacionados segundo os quais o profissionalismo jornalístico controla o comportamento do profissional: **estabelecendo padrões e normas de comportamento e determinando o sistema de recompensa profissional**. Sendo assim, o profissionalismo se torna algo interessante para os donos das empresas de jornalismo, sendo um meio eficiente de controle que funciona para além das normas determinadas pela organização.

Entretanto, essas

normas profissionais partilhadas não eliminam completamente o problema do controle organizacional porque: 1) o profissionalismo fornece aos jornalistas uma base de poder independente que pode ser utilizada para frustrar a forte interferência da direção nas atividades profissionais do *staff*, e 2) o profissionalismo dá demasiada liberdade aos jornalistas, e assim as organizações jornalísticas devem adoptar procedimentos que limitem ainda mais o comportamento profissional dos seus jornalistas. (SOLOSKI *in* TRAQUINA, 1993, p.95)

¹⁶ Do original: “News organizations maintain flexibility and save money by discouraging a more complex bureaucracy than already exists, and by encouraging professionalism among reporters. Among reporters, professionalism is knowing how to get a story that meets organizational needs and standards”.

¹⁷ Do original: “Although employed by a news organization, the reporter presented themselves as autonomous professionals when dealing with sources”.

Tais procedimentos se “materializam” em políticas editoriais, ditadas a fim de limitar mais o comportamento discricionário do profissional. Porém, é importante lembrar que a política editorial é algo apreendido e ensinado entre os jornalistas, transmitida mais oralmente e sob a forma de exemplos do que escrita e formalizada em manuais. “Como um jogo, as normas profissionais e as políticas editoriais são regras que toda a gente aprende; só raramente estas regras são explícitas, e só raramente se levantam objecções a essas regras.” (SOLOSKI *in* TRAQUINA, 1993, p.99)

Dessa maneira, o profissionalismo é uma forma de controle sobre os jornalistas, uma vez que é algo “ensinado” e compartilhado pelo próprio grupo, no dia-a-dia das redações. E ser objetivo faz parte desse jogo.

Para prevenir o caos, o emprego do **news judgement** requer consenso entre jornalistas, e talvez até mais que isso, uma organização hierárquica na qual aqueles com mais poder podem aplicar seu julgamento assim como quais considerações são relevantes para uma dada notícia¹⁸. (GANS, 1980, p.83; tradução e grifos nossos)

A objetividade é destacada por Soloski (1993) dentre as normas profissionais como a mais importante para os jornalistas norte-americanos. Ser objetivo significa para o jornalista construir um relato “equilibrado” dos fatos, mostrando os lados envolvidos na questão. O que acaba por ser algo vantajoso para as organizações noticiosas, uma vez que a responsabilidade pela exatidão dos fatos recairá sobre as fontes, e não sobre os jornalistas. Além disso, ser objetivo é uma das maneiras encontradas pelos jornalistas para afirmarem seu profissionalismo. Os valores profissionais caracterizam um sistema de controle horizontal entre os pares e, mais que isso, de controle individual. Como vimos, os jornalistas internalizam determinados procedimentos e, muitas vezes sem refletir sobre o porquê, agem “conforme se deve agir”, com a finalidade de ser objetivos. Entretanto, a produção de notícia em grande escala também é marcada pelo controle vertical. Um controle que tem como objetivo garantir que a notícias seja manipulada dentro do prazo (*deadline*), que varia de mídia para mídia, sendo mais flexível na televisão que nos jornais e revistas. “Mas em ambos, mídia eletrônica e impressa, as organizações

¹⁸ Do original: “To prevent chaos, the application of news judgment requires consensus among journalists, and perhaps even more so, a hierarchical organization in which those with more power can enforce their judgment as to what considerations are relevant for a given story”.

noticiosas são hierárquicas; consequentemente, a divisão do trabalho é também divisão de poder¹⁹ (GANS, 1980, p.94; tradução nossa).

Logo, há uma hierarquia que deve ser obedecida e que visa a garantir um “produto de excelência”. Mais que um conjunto de rotinas a serem obedecidas há uma lógica de produção específica ao jornalista. Em primeiro lugar, ninguém é senhor de seu próprio texto. É claro, o repórter tem direito à “assinatura” da matéria. Seu nome pode aparecer escrito, ele pode ser citado pelo apresentador, no caso das mídias não-impressas, ou mesmo pode ter sua imagem inserida, como nas passagens²⁰ no caso específico dos telejornais. Mas a reportagem somente será veiculada se, antes, houver alguém que a pautou e/ou produziu e, depois, alguém que a editou, revisou e aprovou. Assim, a “linha de produção” do jornal de cada dia é composta por profissionais distribuídos em cargos com variantes de poder. Ao falar dos papéis desempenhados pelos jornalistas das redações norte-americanas, Gans resume a questão:

Todas as organizações nacionais de notícias incluem os seguintes papéis, listados em ordem decrescente de posição e poder: Mentores da política, editores-chefes (ou produtores), coordenadores de seções, repórteres e escritores (ou cinegrafistas), e investigadores. Esses cargos são complementados por vários cargos de apoio, alguns dos quais desempenham um papel indireto na seleção da notícia²¹. (GANS, 1980, p.84; tradução nossa)

A nomenclatura dos cargos pode variar de país para país. No Brasil, por exemplo, ela é distinta inclusive entre meios de comunicação impressos e audiovisuais. O que interessa é que, independentemente de como são chamados, há aqueles que mandam e os que obedecem, em gradientes variáveis de poder. Em nossa cobertura particular, Pimenta Neves era chefe e Sandra Gomide, sua subordinada de acordo com a hierarquia da redação. Cabe, porém, refletir a questão da hierarquia a partir de um ângulo diferente, o qual, por sua vez, não exclui os

¹⁹ Do original: “But in both, electronic and print media, news organization are hierarchical; consequently, the division of labor is also one of power”.

²⁰ Em “O texto na TV – manual de telejornalismo”, passagem é definida como a “gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria. A passagem reforça a presença do repórter no assunto que ele está cobrindo e, portanto, deve ser gravada no desenrolar do acontecimento”. (PATERNOSTRO, 1999, p.147)

²¹ Do original: “The national news organizations all include the following roles, listed in order of decreasing rank and power: policy makers, top editors (or producers), section heads, reporters and writers (or film makers), and researches. These are complemented by various supporting staffs, some of which play an indirect role in story selection.

demais. Numa empresa de jornalismo, há uma divisão informal “entre jornalistas (particularmente repórteres) que julgam história a partir da perspectiva das fontes, e aqueles, como os produtores e editores-chefes, que a examinam do ponto de vista da audiência²²” (GANS, 1980, p.89; tradução nossa).

Assim como ser objetivo, ser generalistas, como vimos na primeira parte deste capítulo, e saber como encontrar boas histórias significa, para os jornalistas, ser profissional. E, para tanto, é necessário conhecer e ter acesso às fontes. São elas que, em última instância, permitem que os responsáveis pela apuração e produção da notícia executem seu trabalho adequadamente. Desse modo, tanto maior é o poder do jornalista entre seus pares, e perante seu superior, quanto maior é seu acesso à informação, ou seja, quanto melhores e em mais quantidade são suas fontes. “Quanto mais elevado o status das fontes e maior o alcance de suas posições, mais elevado o status do repórter²³” (TUCHMAN, 1978, p.69; tradução nossa).

Os jornalistas expressam sua autonomia profissional ante seus chefes, sejam eles os donos da empresa ou os próprios jornalistas a quem são subordinados, acumulando fontes e compartilhando informações entre colegas, sejam eles da própria redação em que trabalham ou de meios de comunicação rivais.

Descartando o ditado organizacional de não compartilhar com competidores, repórteres invocam o coleguismo para trocar alguns tipos de informação com competidores. Informação prontamente disponível é compartilhada; informação fomentada primariamente raramente o é²⁴. (TUCHMAN, 1978, p.75; tradução nossa)

A troca de informações entre profissionais é uma forma de o jornalista fazer contato com outros colegas. E, nessa profissão, conhecer gente que conhece gente é essencial. Além do mais, nunca se sabe o dia de amanhã e o jornalista que trabalha em jornais concorrentes podem vir a ser colegas de redação no fechamento da próxima edição.

²² Do original: “... between journalists (notably reporters) who judge a story from the perspective of sources and those, such as top producers and editors, who look at it from the viewpoint of the audience”.

²³ Do original: “The higher the status of sources and the greater the scope of their positions, the higher the status of the reporters”.

²⁴ Do original: “Discarding the organizational dictate not to share with competitors, reporters invoke collegiality to exchange some kinds of information with competitors. Readily available information is shared; privately developed information rarely is”.

Como vimos, não apenas a relação dos jornalistas com os donos da empresa é pitoresca. Eles são profissionais que trabalham para uma organização, mas gostam de se dizer autônomos, inclusive para rejeitar a posição institucional, uma vez que precisam se afirmar imparciais. O relacionamento com os superiores também é delicado, como explica Gans.

A delegação de poder ocorre porque as organizações de notícias são constituídas de profissionais que insistem na autonomia individual. Os jornalistas clamam pela liberdade não apenas da interferência de não jornalistas, mas também de seus superiores; eles têm o direito de tomar seus próprios *news judgements*, os quais são o motivo porque não podem receber ordens²⁵. (GANS, 1980, p.101; tradução nossa)

No caso americano, ainda de acordo com Gans, as ordens vêm de forma velada, na forma de pedidos. Breed sinaliza na mesma direção, ao constatar, por meio de relatos colhidos também em redações norte-americanas, que “o *chefe* nunca *ordena*; a ordem é sempre mais sutil” (BREDD *in* TRAQUINA, p.156).

No cotidiano das redações brasileiras, porém, acreditamos que os “pedidos” por parte dos superiores vêm de forma mais “incisiva”, como veremos no quarto capítulo desta dissertação, a partir de comentários dos próprios profissionais da imprensa registrados no site Observatório da Imprensa. Acreditamos que, no Brasil, a dimensão pedagógica e paternalista do jornalismo é exercida de forma autoritária pelos profissionais de maior nível hierárquico. Cláudio Abramo, apontado como um dos responsáveis pela modernização dos jornais “O Estado de S. Paulo” e Folha de S. Paulo”, destaca essa dimensão do jornalismo ao discorrer acerca dos critérios usados para se formar e determinar aqueles que serão jornalistas competentes. Faz-se conveniente ressaltar que um dos protagonistas do caso estudado nesta dissertação, Pimenta Neves, é “cria” de Abramo no âmbito profissional.

O argumento usado na campanha contra o diploma de jornalismo e contra a regulamentação da profissão peca pela base, porque parte do princípio de que as escolas são ruins. Em parte isso é verdade, mas os jornais e as empresas têm de lutar para que os cursos de jornalismo melhorem, têm de exigir que os professores sejam mais exigentes e examinados por bancas compostas por jornalistas competentes. É assim que se faz. Concentrando-se uma massa de

²⁵ Do original: “Delegation of power also takes place because the news organization consists of professionals who insist on individual autonomy. Journalists claim freedom from interference not only by nonjournalists but also by superiors; they have the right to make their own news judgments, which is why they cannot be given orders”.

bons professores, consegue-se fazer uma boa escola. Por outro lado, **sou um grande jornalista, e por isso posso dizer quem pode e quem não pode exercer a profissão.** Pode-se julgar que isso é arbitrário, mas é melhor eu achar do que se decidir a questão pela média das notas de cinco professores. **Jornalismo é uma profissão autoritária.** (ABRAMO, 1988, pp. 251-252; grifos nossos)

Seguindo a lógica de Abramo, a formação universitária é importante para o jornalista, mas não é fundamental, uma vez que o "verdadeiro" profissional só se definiria dentro das redações, entre seus pares. Como geralmente ocorre nas empresas em geral, a experiência costuma ser algo exaltado nas redações. Além do tempo de trabalho, o conhecimento de fontes e a participação em "furos" e boas reportagens conta, e muito, a favor do jornalista. Em outras palavras, o currículo faz parte de seu mérito como profissional. E, geralmente, é o caminho natural seguido para se alcançar uma promoção dentro da organização noticiosa.

Sendo assim, a "mobilidade ascendente devido ao histórico familiar ou sucesso em atividade política é algo ressentido pelos outros, mas a rápida ascensão baseada no mérito não é²⁶" (GANS, 1980, p.108; tradução nossa). Sandra Gomide obteve, de acordo com a cobertura da mídia, rápida ascensão profissional a partir do momento em que começou a trabalhar no Estado de São Paulo. E, ainda de acordo com parte da cobertura, isso ocorreu depois que começou seu relacionamento com Pimenta Neves, chefe no jornal e seu namorado. Ao misturar vida privada e profissional, o caso em questão propõe dilemas aos responsáveis pela cobertura jornalística. Se, de um lado, o reconhecimento profissional cabe aos próprios jornalistas, ou melhor, cabe ao chefe (o grande jornalista) determinar "quem pode e quem não pode exercer a profissão", nas palavras de Abramo (1988), por outro, o mérito profissional de Sandra Gomide é posto em xeque por esses mesmos colegas de profissão.

Nesse caso que envolve a imprensa brasileira de modo tão particular, valores caros aos jornalistas, como objetividade e, em última análise, o próprio profissionalismo, começam a ser questionados pelos próprios jornalistas. Como veremos mais adiante, primordialmente no capítulo 4 deste trabalho.

²⁶ Do original: "Upward mobility due to family background or success in organization politicking is resented by others, but a rapid rise based on merit is not".

CAPÍTULO 2

Mais do que meros observadores, os jornalistas são tidos como “porta-vozes confiáveis, legítimos e privilegiados” (ZELIZER, 1992, p.1) do mundo real. O Caso Pimenta Neves, porém, coloca em xeque ou, ao menos, nos faz questionar esse lugar ocupado pelos profissionais da imprensa, uma vez que o objeto observado – o assassinato de uma jornalista por um jornalista – não oferece o distanciamento necessário para essa observação. No caso desse assassinato em particular, a natureza da notícia passa a ser tema de debate dos próprios jornalistas. O caso expõe uma parte “obscura” da profissão, a forma como se desencadeia a produção da notícia, uma vez que se pressupõe que os jornalistas ocupam o papel de porta-vozes autorizados porque internalizaram padrões “profissionais” de conduta. O debate em torno da cobertura noticiosa do assassinato de Sandra Gomide expõe o processo de auto-legitimação das interpretações autorizadas apresentadas pela *media*. E a definição daquela que seria a interpretação autorizada também vira objeto de debate na mídia e pelos profissionais do jornalismo. O lugar de testemunha é problematizado pelo fato de todos os envolvidos serem jornalistas: a vítima, o assassino e, claro, os jornalistas encarregados de relatar o caso, os agentes responsáveis por mediar o acesso a ele pelo grande público

Levando isso em consideração, o presente capítulo pretende tratar do papel social do jornalista enquanto mediador. Para tanto, é preciso situar, no tempo e no espaço, o que usualmente chamamos de jornalismo, uma prática centrada em fatos e baseada em critérios e normas pertencentes a um “modelo” específico. Assim, na primeira parte deste capítulo, buscaremos “desnaturalizar” o conceito de jornalismo, demonstrando que há outros modelos que não aquele vivenciado em nosso dia-a-dia, um jornalismo que, em última instância, reivindica filiar-se a um modelo anglo-saxão. Usaremos de uma perspectiva comparativa para comparar esse modelo que nos é familiar, em que a realidade é definida em torno do jornalismo centrado em fatos e o lugar de autoridade que se estrutura nele, em relação a uma concepção política (caso da Itália e da Polônia) e literária de jornalismo (França). Usaremos como base teórica, trabalhos que adotam essa perspectiva comparativa, como os desenvolvidos por Chalaby (1996) e Hallin e Mancini (2004).

O esforço em demonstrar que todo jornalismo não é igual em todos os lugares do planeta também nos ajuda a situar melhor o modelo de jornalismo que tomamos como base para a construção deste trabalho. Logo, entendemos o jornalismo como um fenômeno culturalmente variável (SCHUDSON, 1979; CAREY, 2007) e historicamente construído. Dentre diferentes modelos, acreditamos que o jornalismo brasileiro se definiu historicamente a partir da referência ao modelo anglo-americano, principalmente a partir da década de 1950. Porém, apesar de frequentemente o jornalismo brasileiro reivindica filiar-se a esse modelo específico, propomos que, na prática, o “modelo brasileiro” de jornalismo adaptou o anglo-americano, relendo seus fundamentos, por vezes de modo bastante original, em detrimento de uma simples *importação* do modelo desenvolvido primordialmente no universo anglo-americano (ALBUQUERQUE, 2004).

Entretanto, quem, ou melhor, que agentes políticos são mediados pelo jornalista? Como isso é feito? E o que é mediado? Essas perguntas retiradas do lead, usadas aqui arbitrariamente, podem nos ajudar a elucidar a questão que trataremos na segunda parte deste capítulo. Buscaremos situar o lugar ocupado pelo jornalista, agente que, no modelo que nos serve de referência neste trabalho, possui a capacidade de estar *entre* e, ao mesmo tempo, fazer parte do processo de comunicação (*inbetweenness*). Ao pensarmos a relação que o jornalista estabelece entre especialistas e leigos, entre autoridades e cidadãos, tentaremos elucidar as dimensões cognitivas e políticas da prática jornalística. Para isso, é preciso considerar que o jornalista media uma relação vertical, assimétrica, tanto em uma dimensão cognitiva (os especialistas e o público leigo) quanto em uma política (as autoridades e os cidadãos comuns). E faz isso por meio do texto, buscando se posicionar como mediador *legítimo* entre o discurso dos especialistas/autoridades e o senso comum (GEERTZ, 1997). Os jornalistas ocupam esse lugar de mediação através de um duplo papel. No plano cognitivo ele se apresenta como um cidadão bem informado (CAMPBELL, 1991) e no âmbito político, como um representante do interesse público (HALLIN e MANCINI, 1984).

Depois de situado o modelo que usaremos para discutir o jornalismo e os lugares de mediação que o jornalista desempenha neste modelo, daremos continuidade à discussão deslocando o foco da análise. Buscaremos, na terceira parte de nosso capítulo, situar como o jornalista busca legitimar esse lugar de mediador. Para tratar das bases nas quais o jornalista define sua autoridade de

mediação, uma solução seria recorrer ao conceito de profissionalismo. Este aponta para certa rigidez de regras de conduta e códigos. Zelizer (1992) propõe um caminho alternativo. Ao valer-se do conceito de comunidade interpretativa, desenvolvido por Fish (1997), a autora busca dar conta do aspecto dinâmico e coletivo da interpretação, levando em consideração menos as regras, mas como elas são definidas e renegociadas. Assim, chegamos ao conceito de autoridade jornalística. O caminho que faremos buscará deslocar a importância do texto para a do intérprete. Ou, em palavras mais condizentes com o jargão profissional, do fato, da notícia para o jornalista. Mais do que observar que o significado de um texto depende das circunstâncias, objetivamos situar a questão da autoridade jornalística, reivindicada pelos jornalistas no papel de mediadores legítimos entre os acontecimentos e o público. Julgamos a discussão assaz interessante, sobretudo em relação ao objeto aqui em questão, o caso Pimenta Neves.

2.1 O modelo anglo-americano de jornalismo e sua adaptação no Brasil

Entendemos, neste trabalho, o jornalismo como um fenômeno social, cultural e histórico. “Assim como *velejar, jardinagem, política e poesia*, o jornalismo é um ofício ligado ao lugar; ele funciona à luz do conhecimento local”²⁷ (CAREY, 2007, p.4, tradução nossa). Sendo assim, pensamos o jornalismo brasileiro de hoje como norteado por valores “importados”, na década de 50, dos Estados Unidos.

Dentre os vários modelos que buscam definir a profissão, escolhemos aquele que aponta o jornalismo como sendo centrado em fatos, baseado no conceito de notícia. Não cabe, aqui, examinar se o modelo foi implantado com sucesso ou com fracasso no Brasil. Seguimos por outro caminho em nossa análise, pensando que houve, em lugar de uma simples transferência de modelo vindo do vizinho do norte, uma *adaptação* do modelo de jornalismo americano. “Adaptar significa aqui reler, reformatar um modelo estrangeiro de modo que ele atenda às exigências da cultura que o *importa*” (ALBUQUERQUE, 2004, p.3).

Vários autores se debruçaram sobre o jornalismo praticado em diversos pontos do globo em busca de traçar modelos, encontrar semelhanças e diferenças

²⁷ Do original: “‘Like sailing, gardening, politics and poetry’, journalism is a craft of place; it works by the light of local knowledge”.

entre a prática profissional desenvolvida em diferentes países. A comparação de tipos ideais de jornalismo desenvolvidos por esses autores em seus trabalhos nos ajuda a lançar luz sobre a questão da própria identidade jornalística brasileira, seja pela diferença ou pela aproximação. Não pretendemos, porém, propor um modelo brasileiro de jornalismo, mas sim, resgatar alguns desses modelos a fim de melhor nortear nossa discussão. Nosso objetivo último nesta seção é mostrar que o que chamamos de jornalismo hoje, e em nosso país, é muito relativo. Ou melhor, o que chamamos no Brasil de jornalismo não é todo o jornalismo, mas algo derivado de um modelo em particular.

As semelhanças nos parecem, por vezes, mais recorrentes no jornalismo atual que quase podemos nos esquecer de que o modo como a profissão se desenvolveu - é, e foi exercida - não é tão homogêneo assim... “A tarefa claramente definida de dar informação, a grande e na verdade crescente semelhança das condições técnicas de produção e a rede internacional de comunicação de massa promovem a imagem de uma profissão pan-cultural” (KÖCHER, 1986, p.1). Tentar ver através dessa imagem é o trabalho de muitos pesquisadores. Optamos, aqui, por lançar luz à questão usando autores que estudam o jornalismo como objeto de uma perspectiva comparativa.

Chalaby (1996) credita a invenção do jornalismo a um país em especial. “O jornalismo é, não apenas uma descoberta do século XIX, como também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em grau menor na Inglaterra, que as práticas e estratégias discursivas, que caracterizam o jornalismo, foram inventadas” (CHALABY, 1996, p.1). Para o autor, o conceito de notícias foi cunhado pelos norte-americanos e pelos britânicos. Além do mais, também por eles teriam sido inventadas “as práticas jornalísticas discursivas propriamente ditas – tais como a entrevista e a reportagem”. O autor contrapõe a produção de notícias na França do final do século XIX à anglo-americana no mesmo período. Segundo o Chalaby, até seria possível aceitar que notícias sempre existiram. Entretanto, “o conceito de notícias antes do aparecimento dos jornais anglo-americanos jamais tinha adquirido um tal predomínio dentro de uma classe de textos” (CHALABY, 1996, p.7). O leitor francês daquele período encontraria nos jornais uma seleta de opiniões, enquanto que nos Estado Unidos e na Grã-Bretanha, curiosamente, haveria informação. Nesses países, a prática jornalística já seria centrada nos fatos, uma vez que a força-motriz dos jornalistas seriam os ideais de neutralidade e objetividade. Assim, o

jornalismo como gênero discursivo, centrado em fatos, teria nascido com os jornais anglo-americanos.

Em seu trabalho, Chalaby nos ajuda a compreender a evolução do jornalismo como fruto de contextos políticos, econômicos e sociais distintos. E que, portanto, se desenvolveu de modo diferente em cada país, sendo que é realmente difícil não atribuir aos Estados Unidos “o desenvolvimento de um jornalismo de informação baseado nas normas discursivas de neutralidade e objetividade” (1996, p.18).

Hallin e Mancini também analisaram o jornalismo americano, agora em comparação ao italiano. Para eles, o noticiário italiano trata a audiência como parte do processo político, mas também mantém a discussão política estritamente dentro dos limites dos partidos. No noticiário do país europeu, várias interpretações sobre um mesmo acontecimento são claramente apresentadas, ao passo que o noticiário americano oferece a interpretação, como se esta estivesse ligada em essência ao acontecimento. O jornalismo objetivo por assim dizer, é *produzido* por artifícios usados pelos jornalistas para que o significado dos acontecimentos pareça, aos olhos do público, emergir dos fatos em si, como se na matéria apresentada não houvesse a intervenção do jornalista. Sendo assim, o jornalismo americano é visto pelos autores como

uma instituição dotada de um enorme e muito visível poder como o principal “produtor” de significado político, mas ao mesmo tempo tem uma base pouco sólida de legitimidade. A instituição lida com esse problema, em parte, ocultando seu poder (dela mesma e também do público – trata-se e, grande parte de um processo inconsciente) pela adesão às normas profissionais de objetividade. (HALLIN E MANCINI, 1984, p. 22)

Mesmo quando não é objeto de uma análise claramente comparativa, os valores identificados como intrínsecos ao jornalismo norte-americano, como objetividade e imparcialidade, servem de contraponto para se pensar o modo como o ofício é exercido em outros países. Tomemos outro estudo assaz interessante, agora sobre o jornalismo polonês. Karol Jakubowicz (1992) busca analisar em “*From party propaganda to corporate speech? Polish journalism in search of a new identity*” o jornalismo daquele país durante e posteriormente ao regime comunista. Se à época do apogeu do comunismo, os profissionais da mídia se encaravam, sobretudo, como educadores sociais e ecoavam a voz do partido comunista, depois da queda do muro de Berlim os jornalistas se viram obrigados a redefinir a profissão.

É o que aponta o autor ao relatar os resultados de uma pesquisa, feita em 1990, na qual os jornalistas precisavam definir o que acreditavam ser sua missão:

Depois do colapso do comunismo, muitos acreditaram que havia chegado o momento de se praticar jornalismo como eles sempre desejaram. (...) As características seguintes eram típicas dos bons jornalistas: imparcialidade e objetividade, espírito empreendedor, ingenuidade e coragem. Entretanto, as condições para realizar o tão valorizado ideal de jornalismo foram em pouco tempo descobertas ausentes²⁸. (JAKUBOWICZ, 1992, p.70)

A realidade polonesa, em boa medida, moldou o jornalismo daquele país. Para muitos jornalistas, a vinculação partidária continuou entrelaçada à atividade profissional. A audiência, por outro lado, não se deixou atrair pelos poucos periódicos que abandonaram os relatos apaixonados, guiados pela imparcialidade e objetividade (JAKUBOWICZ, 1992). Porém, como podemos perceber, apesar de estarem inclinados a despirem-se do ideal de objetividade e do papel de cães de guarda da sociedade, dadas as circunstâncias, praticando uma forma de jornalismo menos independente e carregada de tons “sensacionalistas”, ainda assim os profissionais poloneses seguiram como parâmetro um ideal específico de jornalismo, e que muito se assemelha ao norte-americano.

Em seu livro *“Comparing Media Systems”*, publicado em 2005, Hallin e Mancini elaboraram um esquema interpretativo para estudar o jornalismo do “ocidente moderno”. De modo mais abrangente, eles apresentam três modelos de sistemas midiáticos que prevaleceriam em determinados países: o Modelo Liberal (identificado na Grã-Bretanha, Irlanda e América do Norte), o Democrático e Corporativista (Europa Central e Setentrional) e o Pluralista Polarizado (países da Europa Meridional). Como os autores mesmo esclarecem, são tipos ideais, apenas se adaptando de modo aproximado ao que seria a realidade daqueles países.

O Modelo Liberal é caracterizado por um relativo predomínio dos mecanismos de mercado e dos meios de comunicação comerciais; o Modelo Democrático Corporativista por uma coexistência histórica dos meios de comunicação comerciais e os meios de comunicação ligados a grupos sociais e políticos organizados, e por um papel relativamente ativo, mas legalmente limitado do Estado; e o Modelo

²⁸ Do original: “After the collapse of communism, many believed that the time had come to practice journalism as they had always wanted to. (...) The following features were typical of good journalists: impartiality and objective, enterprise, ingenuity, and courage. However, the conditions were soon found to be lacking”.

Pluralista Polarizado pela integração dos meios de comunicação na política partidária, um desenvolvimento histórico mais fraco dos meios de comunicação comerciais e um forte papel do Estado. (HALLIN & MANCINI, 2004, pp. 10-11)

A partir dessa breve exposição de estudos pontuais que buscam apontar diferenças significativas entre “modelos” de jornalismo, podemos verificar o quão árduo e, muitas vezes, pouco consensual, é o trabalho de tentar conferir exatidão ao que seriam as origens do jornalismo. O ofício extrapola os limites de qualquer modelo no qual se tente enquadrá-lo, e traçá-lo como um fenômeno estanque, pertencente a este ou àquele país é apenas uma forma para se viabilizar o trabalho científico. Sua evolução é muito mais complexa do que nos leva a crer em um primeiro olhar.

Carey vê o jornalismo, do modo como o conhecemos, como uma invenção situada entre os séculos dezoito e dezenove. “A notícia e a informação podem não ter sido inventadas no século dezoito, mas certamente o jornalismo foi²⁹” (CAREY, 2007, p.6; tradução nossa). Para o autor, o fenômeno estaria ligado à crescente sede por informação e por experiência (pelo novo, pelo surpreendente, pelo original e inesperado) nas sociedades modernas. E somente com o surgimento da imprensa se é possível admitir a existência de uma categoria totalmente nova, o público³⁰. Assim, as origens do jornalismo ligam-se ao advento da imprensa, uma vez que esta deu origem a uma esfera pública ampliada.

A ligação é realmente umbilical, se a imprensa cria o público, por outro lado também não há sentido se pensar em jornalismo sem a existência de um público ou de uma audiência. “O público então era, para os padrões do século dezoito, uma reunião aberta de conversadores, uma sociedade de debate que adquire força política como representante da opinião pública, apesar de esse debate ser limitado

²⁹ Do original: “News and reporting may not have been invented in the eighteenth century, but certainly, journalism was”.

³⁰ De acordo com Tarde (1992), a diferença básica entre público e multidão é que o segundo se baseia em uma proximidade física, enquanto que aquele diz de uma proximidade intelectual, independentemente de as pessoas ocuparem ou não um mesmo espaço físico durante um mesmo período de tempo. Desse modo, segundo a noção de público ou audiência, as pessoas compartilham a mesma informação sem, necessariamente, estarem unidas fisicamente.

por classe e gênero”³¹ (CAREY, 2007, p.11). Além do público, outra característica distintiva do jornalismo é seu caráter periódico.

Ao dar ênfase em situar temporalmente as origens do jornalismo, Carey as vê como relacionadas ao surgimento das práticas republicanas ou democráticas de governo. Para ele, não há jornalismo sem democracia e tampouco o contrário seria possível. A assertiva, entretanto, aponta para uma contradição, como explica o autor:

No mundo moderno, na era de um jornalismo independente, essa é uma suposição controversa, uma vez que ela parece confiar ao jornalista a defesa de algo, a comprometer sua valorizada imparcialidade. Ela reivindica que o jornalista pode ser independente ou objetivo sobre qualquer coisa, exceto a democracia, fazer isso seria abandonar o ofício. Acerca das instituições democráticas ou da vivência na democracia, os jornalistas não são permitidos ser indiferentes, imparciais, ou objetivos³². (CAREY, 2007, p.13)

Mas como esse modelo centrado em fatos e almejando a objetividade se construiu historicamente? Se o jornalismo é um fenômeno culturalmente variável, identificamos um modelo que foi naturalizado dentro de uma tradição, uma vez que, em termos gerais, quando se fala do jornalismo se tem como parâmetro o modelo anglo-americano. Porém, seguimos nossa dissertação orientados por Schudson (1978), que aponta a hegemonia desse modelo a partir de dois planos históricos: as mudanças ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, e as mudanças sociais, econômicas e políticas que se sucederam mais acentuadamente nos Estados Unidos.

Assim, o modelo em questão teria como marco inicial a década de 1830, com o advento da Penny Press. A partir da circulação de um jornal voltado para fins comerciais, com preço mais acessível aos padrões da época (1 penny), a Penny Press distingue o aspecto comercial do jornalismo de um modelo “político”, praticado até então. Duas décadas depois, surgiria a figura do repórter.

³¹ Do original: “The public then was, by the standards of the eighteenth century, as open gathering of conversationalists, a debating society that acquired a political force as a representative of public opinion, despite the fact that it was limited by class and gender”.

³² Do original: “In the modern world, in a age o independent journalism, this is a controversial assumption, for it seems to commit journalists to defense of something, to compromise their valued nonpartisanship. It claims that journalists can be independent or objective about everything but democracy, for to do so is abandon the craft. About democratic institutions, about the way of life of democracy, journalists are not permitted to be indifferent, nonpartisan, or objective”.

enquanto a notícia foi mais ou menos *inventada* nos anos de 1830, o repórter foi uma invenção social de 1880 e 1890. Anteriormente, os jornais eram feitos por uma única pessoa: um homem atuava como impressor, publicista, agente, editor e repórter. (...) No decorrer do século dezenove, editores começaram a contar menos com as fontes informais de notícias e mais com escritores free-lancers ou repórteres contratados que escreviam em troca de pagamento. Os jornais vendidos por 1 penny (penny papers) foram os primeiros a empregar repórteres para o noticiário local.³³ (SCHUDSON, 1978, p. 65)

Entretanto, esse “novo modelo” de jornalismo que começa a se desenvolver não adota em primeira instância a objetividade como uma de suas principais bandeiras. Assim, como explica Shudson, a crença dos jornalistas da época nos fatos se difere da convicção moderna de objetividade, adotada sobretudo pelos jornalistas norte-americanos. “Mas em seu desejo de contar histórias, os repórteres estavam menos interessados em fatos que em criar um estilo pessoal e popular de escrita³⁴”. (SCHUDSON, 1978, p. 71)

Schudson aponta a existência de dois modelos distintivos de jornalismo no século XIX: o informativo e o sensacionalista. Apenas no século seguinte, por volta de 1920, é que surgiria o conceito mais caro aos jornalistas americanos: o de objetividade, que vem a ser um dos pilares do modelo de jornalismo mais usualmente conhecidos por nós, o de um ofício centrado em fatos.

Existem outros modelos de interpretação, como o elaborado por Nerone e Barnhurst (2003), que propõem uma *etapização* diferente para a evolução do que usualmente tendemos a chamar de jornalismo. Enquanto Schudson situa os anos de 1830 como marcos da comercialização do jornalismo, em detrimento dos jornais partidários, Nerone e Barnhurst descrevem o século XIX como o ápice do jornal de tipo partidário. Situando o desenvolvimento do ofício nos Estados Unidos, os autores indicam o primado do século 1700 como ponto de partida para sua “linha do tempo”. Durante esse período, “esperava-se que o jornal simulasse a experiência de um

³³ Do original: “As news was more or less ‘invented’ in the 1830s, the reporter was a social invention of the 1880s and 1890s. Early newspapers had been one-man bands: one man acted as printer, advertising agent, editor, and reporter. (...) In the course of nineteenth century, editors came to rely less on these informal sources of news and more on free-lance writers and hired reporters who wrote for pay. The penny papers were the first to employ reporters for local news”.

³⁴ Do original: “But in their desire to tell stories, reporters were less interested in facts than in creating personally distinctive and popular styles of writing”.

cavalheiro visitando um boa cafeteria londrina”³⁵ (NERONE & BARNHUST, 2003, p. 436) e o debate entre seus freqüentadores. Assim, a publicação era feita a partir de cartas e jornais que chegavam, por correspondência, da metrópole européia à colônia na América. Poucos anos depois, “a Revolução mudou a metáfora mestre da cafeteria para a do encontro na cidade”³⁶ (NERONE & BARNHUST, 2003, p.437). Desse modo, em 1770 os jornais deveriam simular a deliberação entre os cidadãos, e, portanto, representar a opinião pública.

Já em 1820, a metáfora que de acordo com Nerone melhor caracteriza o jornalismo é a da cômte, na qual os jornais, exercendo o papel de advogados, apresentariam o caso, buscando persuadir o júri (a audiência). Na década seguinte, os Estados Unidos se encontram em pleno processo de politização da mídia. O autor aponta os anos de 1850 como o início do merchandising nos jornais, os quais traziam os anúncios estampados na capa, qual uma vitrine.

Apenas em 1880 ocorre o que Nerone e Barnhust chamam de “industrialização do jornal”, distribuído em massa e mantido por anunciantes. As mudanças físicas nas publicações, motivadas por fins comerciais, são destacadas pelos autores. Os jornais começam a ser divididos em seções, com cadernos destinados a públicos específicos, como o caderno de esportes e o de automóveis. A metáfora adotada pelos autores para caracterizar esse período é a da “loja de departamento”. E somente a partir de 1910 começaria a surgir uma noção de profissionalismo, associada a ideais de objetividade. A finalidade era combater a hostilidade do público para com os magnatas da mídia. Assim, o “profissionalismo” dos jornalistas teria como objetivo permitir aos jornais afirmar sua autoridade, dizendo-se independentes de questões econômicas. O repórter, que já ocupa um papel importante no jornalismo desde 1850, de acordo com Nerone e Barnhust, passa a ser visto como um “super-cidadão”, com habilidade incomum para entender a política e a ciência, mantendo-se neutro e trabalhando como guia do cidadão comum pelo mundo social. No “jornalismo profissional”, “repórter profissional gravaria os fatos com cuidado e fidelidade, e disporia tais fatos de modo que eles

³⁵ Do original: “A newspaper was supposed to simulate the experience of gentleman visiting a good London coffeehouse”.

³⁶ Do original: “The Revolution shifted the master metaphor from de coffeshop to the town meeting”.

falassem por si³⁷” (NERONE & BARNHUST, p.439). Ainda de acordo com os autores, esse modo de exercício da profissão teria originado o que conhecemos hoje como jornalismo.

Retomando nosso objeto, no caso Pimenta Neves está em jogo uma dinâmica de autoridade que tem lugar em um contexto muito específico de interpretação brasileira desse modelo anglo-americano centrado em fatos. Concordamos com a afirmação de que “a associação entre jornalismo e *notícia* ou *informação*, não é umbilical, como se costuma pensar, mas histórica e construída” (ALBUQUERQUE, sd, inédito³⁸). E é sobre o construto de objetivo, neutro e imparcial que se assenta o jornalismo brasileiro. Até a década de 50, podemos dizer que a grande parte dos textos publicados no país seguia o *modelo francês* de jornalismo, considerando o exposto de Chalaby. Ou seja, um modelo literário. Neste período, o ofício de jornalista era ocupado comumente por escritores, como Nelson Rodrigues. A partir da adoção de um modelo industrial de produção de notícia, baseada na divisão do trabalho (marcada pela contratação dos *copy descks*), a literatura passou a dar lugar ao factual no Brasil. Um dado curioso é o fato do personagem central de nosso objeto ter participado desse processo, como podemos perceber através do trecho extraído do livro “O adiantado da hora”, de Carlos Eduardo Lins da Silva:

Outro jornalista que levou conceitos adquiridos nos EUA para o jornalismo brasileiro foi Antonio Pimenta Neves, que em 1966, como bolsista do World Press Institute, fez um estágio no *Los Angeles Times* e depois foi para a equipe dirigente da *Folha de S. Paulo* e, mais tarde, para a Folha da Tarde. Pimenta Neves diz que a visão de como estruturar um jornal do ponto de vista administrativo foi a principal influência que recebeu de seu período nos Los Angeles Times. O estilo de diagramação do New York Herald Tribune também o impressionou. Pimenta Neves o estudou e levou muito de suas conclusões para os jornais que dirigiu no Brasil. Da imprensa americana como um todo, Pimenta afirma ter adquirido a dimensão da importância do cartum político e foi dessa compreensão que surgiu uma página de humor nas edições de domingo da *Folha de S. Paulo*, coordenada pelo desenhista Jaguar, a qual, embora tenha tido vida curta na *Folha*, acabou por ser a semente do semanário Pasquim. Pimenta Neves viveu na Folha uma interessante ao lado de Cláudio Abramo, cuja fonte de influência internacional era muito mais a França do que os EUA. Os dois juntos tentaram uma espécie de fusão dos dois modelos, segundo ele relata hoje, mas na verdade

³⁷ Do original: “The professional reporter would record facts with care and fidelity, and would arrange them so that the facts would comment on themselves”.

³⁸ ALBUQUERQUE, A. **Take a Walk on the Wild Side**: os Blogs como Outro do Jornalismo. [no prelo]

o que começava a ocorrer era o processo de internacionalização absoluta da produção jornalística, durante o qual é quase impossível dizer que qualquer prática em qualquer sociedade corresponde a estruturas de uma escola só" (LINS DA SILVA, 1991, p 82-83)

Assim, há algo que aproxima o jornalismo brasileiro daquele anglo-americano, situado em fatos, uma vez que desde a segunda metade do século XX o mesmo definiu seu caráter em referência a um conjunto de normas e procedimentos herdados do país vizinho. Entretanto, não podemos dizer que o modelo de jornalismo existente no Brasil é o anglo-americano, importado e naturalizado. Ana Paula Goulart Ribeiro aponta para uma dimensão interessante da evolução do ofício em solo nacional, que demonstra que o jornalismo *daqui* não pode ser entendido como simplesmente pertencente ao modelo anglo-americano ou a qualquer outro dentre os supracitados. Se a partir dos anos 50 o aspecto econômico começou a prevalecer nas empresas jornalísticas em detrimento das determinações políticas, tal qual como nos Estados Unidos no início do século XIX, o aspecto político jamais desapareceu totalmente das redações brasileiras. A autora aponta o fator, inclusive, como estrutural e fundamental na dinâmica das empresas jornalísticas.

Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade. (RIBEIRO, 2003, p.10)

Albuquerque destaca, inclusive, “o papel importante que os jornalistas comunistas desempenharam no processo de modernização do jornalismo brasileiro, entre as décadas de 1950 e 1970, mesmo em jornais conservadores” (ALBUQUERQUE, 2008, p.7). Também diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha, o exercício da profissão passou a ser vinculado à obrigatoriedade do diploma³⁹, o que ocorreu a partir de 1969, na época da ditadura militar.

³⁹ A obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalismo foi estabelecida por meio do decreto-lei 972, de 1969.

Produto da junta militar que governou o Brasil durante dois meses naquele ano, e formulado nos termos do Ato Institucional nº5, o decreto provavelmente tinha como objetivo diminuir a influência dos comunistas nos jornais, incentivando a formação de profissionais mais *técnicos* e menos *políticos*. (ALBUQUERQUE, 2008, p.7)

Assim, podemos dizer que o que houve no Brasil foi mais uma influência do modelo norte-americano, do que a importação deste. E a obrigatoriedade do diploma foi um dentre os fatores que contribuíram para isso.

O modelo Americano independente é usualmente pensado em oposição à militância política. No Brasil, entretanto, comunistas e outros jornalistas esquerdistas foram os principais responsáveis pela adaptação desse modelo. (...) Essas mudanças resultaram num novo tipo de identidade profissional compartilhada entre os jornalistas brasileiros, bastante corporativista, baseada na defesa de privilégios trabalhistas para aqueles que possuem um diploma universitário em jornalismo⁴⁰. (ALBUQUERQUE, sd, inédito, p.25⁴¹; tradução nossa)

Se nos EUA os jornalistas se colocam como mediadores entre o governo e o público, e reivindicam para si o papel de serem capazes de prover essas informações de modo objetivo e imparcial, no Brasil houve uma “leitura muito particular da retórica americana do *Quarto Poder*”, como afirma Albuquerque. Os jornalistas brasileiros “mais do que simplesmente servir como canal de comunicação entre os poderes (e destes com os cidadãos), eles reivindicaram o papel de *árbitros* dos conflitos que se estabeleceram entre as instituições políticas e de *intérpretes* privilegiados do interesse nacional” (ALBUQUERQUE, 2008, p.11). E, em alguns momentos, os profissionais da imprensa se posicionam para além desse papel, como uma espécie de defensores do interesse nacional. Mais uma vez, um de nossos “personagens” nesta dissertação ocupa papel de relevância, segundo seus próprios colegas, na construção de um espaço - no caso, um jornal - que zele pela cidadania. Pimenta Neves é citado com destaque na entrevista de Alberto Dines, no livro “Eles mudaram a imprensa”:

O Cláudio disse: 'Acredite ou não, o Frias quer que eu faça uma transformação no jornal. E eu queria que você, quando voltasse, se

⁴⁰ Do original: “The American independent model is usually thought as opposed to political militancy. In Brazil, however, communist and other leftist journalists played a major role in the adaptation of this model. (...) This changes resulted in a new kind of professional identity among Brazilian journalists, a strongly corporatist one, based on the defense of job privileges for those with a university degree in journalism”.

⁴¹ ALBUQUERQUE, A. **On models and margins:** comparative media models viewed from Brazilian perspective. [inédito].

voltar, constituísse esse grupo que vai fazer essa renovação. Estou indo para Washington agora, para convidar o Pimenta" - Antônio Marcos Pimenta Neves, que estava lá como funcionário do Banco Mundial. **'Ficamos eu, você e o Pimenta, um grupo de elite, e fazemos um grande jornal para enfrentar a ditadura**, um jornal de opinião" (ABREU, LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, pp.117-118, grifo nosso)

Entretanto, ao contrário do que poderiam desejar o supracitado "grupo de elite" na década de 70, os jornalistas brasileiros não abandonaram a retórica norte-americana. E é justamente sob a afirmação de seguirem rotinas que levam seus relatos a serem neutros e objetivos que repousa, em boa medida, a autoridade jornalística. Tanto aqui como em nosso vizinho do norte. E se o advento da imprensa foi responsável pelo surgimento do público, também é verdadeira a assertiva de que só há jornalismo se considerarmos a categoria de público. Apesar de buscarem sempre reafirmar entre si seus papéis enquanto *mediadores legítimos* entre o público e os acontecimentos, apenas ante o consentimento por parte do público é que realmente existe a chamada autoridade jornalística. O termo, a propósito, será um dos temas centrais discutidos ainda neste capítulo.

2.2 O lugar do jornalista

O jornalista somente pode ser encarado como tal dentro de uma relação específica: a relação entre jornalismo e fatos, obtidos por meio das fontes, e o público. Assim, ele ultrapassa o papel de um mediador ordinário, justamente por estar imerso no processo de mediação. O termo em inglês *inbetweenness* nos ajuda a compreender esse papel uma vez que, conforme o modelo de jornalismo contemplado por este trabalho, o jornalista possui a capacidade de estar *entre* e, ao mesmo tempo, fazer parte do processo de comunicação.

Nesse processo, o profissional estabelece uma relação entre especialistas e leigos, autoridades e cidadãos. Diremos, portanto, que o jornalista pode ser tido como "um mediador entre a especialização da ciência e o senso comum dos espectadores" (CAMPBELL, 1991, p.6). Entendemos o senso comum como algo consensual, uma opinião partilhada e aceita consensualmente pelos membros da comunidade, uma sabedoria ordinária, compartilhada pelas pessoas comuns. De acordo com Campbell, "o termo denota 'sabedoria convencional'; há uma qualidade de 'natural', de 'as coisas são assim' nele" (CAMPBELL, 1991, p.11). Uma vez que

o jornalista reivindica ser o intérprete legítimo entre autoridades e/ou especialistas e o público, ele o faz se posicionando como agente do senso comum.

Na verdade, seu tom (o do bom senso) é até antiespecialista, se não for antiintelectual; (...) para este saber não existe qualquer conhecimento esotérico, nem técnicas e talentos específicos, e pouco ou nenhum treinamento especializado, a não ser aquilo que, de forma mais ou menos redundante, chamamos de experiência, e de forma mais ou menos misteriosa, de maturidade. Para expressá-lo de outra maneira, o bom senso representa o mundo como um mundo familiar, que todos podem e devem reconhecer; e onde todos são, ou deveriam ser, independentes. (GEERTZ, 1997, p.138-139)

Desse modo, os profissionais da imprensa orientam-se também por valores dominantes na sociedade, pelo *senso comum*, ou o *bom senso*, a fim de que seu discurso seja reconhecido e aceito pelo público. “... o bom senso é uma forma de explicar os fatos da vida que afirma ter o poder de chegar ao âmago desses fatos” (GEERTZ, 1997, p.127). Segundo Geertz, o bom senso possui cinco propriedades principais: a naturalidade, que seria a capacidade de proporcionar um tom de obviedade às coisas; a *praticabilidade*, ou seja, a praticidade, a capacidade de fazer com que algo pareça ser o mais sensato; a *leveza*, ou a literalidade, parecer ser exatamente o que se quis dizer; a *não-metodicidade*, por seu saber não advir de dogmas, doutrinas ou teorias formais; e a *acessibilidade*, por poder ser captado por qualquer pessoas, ser comum e aberto a todos os cidadãos *estáveis*.

Para além deste trabalho de construção do discurso jornalístico com base no senso comum em prol de reconhecimento por parte do público, Hallin e Mancini destacam o papel social do jornalista como representante do bem público e intérprete da realidade. Segundo os autores, esse papel seria mais ativo no sistema político norte-americano do que na Itália, uma vez que “na ausência de outras instituições, compete ao jornalismo desempenhar o papel ativo de dar sentido e estruturar os eventos da vida pública” (HALLIN & MANCINI, 1984, p. 17). Assim, além de gerar publicidade no sentido comercial, o jornalismo norte-americano também seria responsável por publicizar a discussão pública de assuntos políticos naquele país.

O jornalismo nos Estados Unidos (como muitos jornais se auto-denominam) uma espécie de “tribuna do povo”: na ausência de outras instituições que poderiam representar os interesses do público contra os interesses do Estado, o jornalismo preenche esse

papel. É um papel que, por um lado, investe os jornais de autoridade, colocando-os à parte do público em geral e exigindo deles que ajam de modo a confirmar seus status público, e pelo outro lado (principalmente devido a uma cultura política individualista que confere um alto valor à sabedoria do “homem comum”) requer deles que adotem uma postura populista, para agir como advogado dos interesses e perspectivas do cidadão comum. (HALLIN & MANCINI, 1984, p.19)

E para se colocarem como intérpretes da realidade, “os jornalistas norte-americanos devem apresentar uma *persona* de autoridade que irá legitimar o poder que eles obviamente possuem”. A legitimação desse lugar será a temática central do tópico seguinte de nossa discussão.

2.3 Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa

Se o jornalista é um sujeito que tem como um dos apoios o senso-comum, ele também se ancora em normas e modos de produção da notícia para se legitimar enquanto mediador. Como já vimos no capítulo anterior, se convencionou que o *lead* é elemento essencial de qualquer texto jornalístico. Porém, “com o estabelecimento do *lead* como convenção jornalística tornou-se claro que os jornalistas deixaram de ser estenógrafos ou gravadores para passarem a ser intérpretes” (SCHUDSON, 1982, in TRAQUINA, 1993, p.284). Sendo assim, muito além de meros espelhos da realidade, ou intermediários do processo de comunicação, os jornalistas podem ser entendidos como construtores de realidade ao buscar dar sentido e organizar os acontecimentos (afinal, não é isso que se faz no *lead* e através da pirâmide invertida?). Entretanto, como se legitimam enquanto construtores de sentido ou no papel de intérpretes da realidade?

Mais do que de poder, podemos dizer que o jornalista é um sujeito que dispõe de autoridade. Se entendermos o primeiro conceito como a capacidade de se fazer obedecer, os profissionais da imprensa ocupam um lugar de destaque na sociedade por conseguirem se fazer ouvir legitimamente. E essa autoridade repousa no papel de mediador ocupado pelos jornalistas entre os acontecimentos e o público. Cabe, porém, indagar de onde vem essa autoridade? Como ela é construída e mantida? Ou, nos apropriando de questões propostas por Zelizer (1992): “que fatores tornam os *media* mais bem equipados para oferecer uma versão *privilegiada* da realidade” e quais os “limites dessa autoridade cultural”?

O termo nos leva a pensar os jornalistas como coletividade. Não apenas a comunidade jornalística como profissão, mas enquanto classe detentora de certo status de autoridade interpretativa. Este último conceito sugere que os jornalistas legitimam coletivamente suas ações.

A constituição dos jornalistas como comunidade interpretativa significa que eles circulam um conhecimento próprio entre si através de outros canais que não os manuais os cursos de treinamento e os procedimentos de credenciamento enfatizados pelos códigos formalizados do profissionalismo. (ZELIZER,1992, p.13)

Aqui, faz-se necessário retomarmos alguns conceitos para melhor embasar nossa dissertação. Fish (1980) explica que as comunidades interpretativas são assim denominadas por estabelecerem parâmetros que definem quais são as interpretações autorizadas de um texto e quais leituras seriam aberrantes, por separar o que é dizível daquilo que é indizível. Não é algo determinado por um leitor individualmente, mas pelo grupo. Em seu livro "*Is there a text in this class?*", o autor se opõe ao conceito de verdade do texto (*sentido literal*⁴²), afirmando que todo texto existe no campo de sua interpretação, ou seja, dentro de um contexto. Entretanto, há uma disputa em torno desta interpretação, de qual seria o lugar correto, autorizado. Aí entram as comunidades interpretativas, no campo de agentes que, de certo modo, conferem significado ao mundo.

De fato, são as comunidades interpretativas, mais que o texto ou o leitor, que produzem significados e são responsáveis pela emergência dos aspectos formais. Comunidades interpretativas são constituídas por aqueles que compartilham estratégias interpretativas não da leitura, mas da escrita dos textos, por comporem suas propriedades. (FISH, 1998, p.15)

Desse modo, Fish desloca o foco sobre a *verdade do texto* para uma análise que enfatiza o papel de intérprete de quem o relata. Levando isso consideração, seguiremos a mesma lógica para deslocar o papel da notícia, ou do fato para seu

⁴² Fish questiona comumente adotados 2 tipos de discurso: o discurso direto, no qual o significado seria literal; e o discurso indireto, que poderia ser chamado de *interpretativo*, uma vez é dependente das circunstâncias para ser interpretado. Em seu trabalho, o autor busca eliminar as fronteiras entre um e outro, afirmando que o significado sempre é apreendido posteriormente ao pronunciamento e que, entretanto, sempre é necessário haver um contexto compartilhado entre os interlocutores para que a mensagem seja compreendida. "They are direct because in each case the illocutionary force have will be immediately perceived; and they are indirect because their immediately perceived force will have been a function of mutually shared background information – that is, of some or other special stage setting" (FISH, 1998, p.288).

agente, ou seja, o jornalista, a despeito destes não assumirem tão claramente esse papel, afinal “os fatos falam por si”... pelo menos, para o “bom” jornalista, é assim que as coisas deveriam ser. Zelizer aponta os jornalistas como uma comunidade interpretativa, possuidores de um tipo específico de autoridade, a autoridade jornalística, que é a capacidade de se promoverem como porta-vozes autorizados e críveis dos eventos da vida real. “Implícito aqui está o reconhecimento da dependência da autoridade jornalística para com a aquiescência do público” (ZELIZER, 1992, p. 14), ou seja, é necessário o consentimento da audiência. Além do mais, os jornalistas utilizam a “prática narrativa como um meio de representar coletivamente códigos compartilhados de conhecimento que por eles são retroalimentados à comunidade a fim de se legitimarem como autoridades culturais” (ZELIZER, 1992, p. 14).

Ainda de acordo com Zelizer, os jornalistas reivindicam uma espécie de autoridade cultural por possuírem um *conjunto particular de qualidades* que os destaca perante as outras pessoas. No caso brasileiro, não é o saber específico que tem grande valor, não é essa a fonte de autoridade. O jornalista não chega a ser um especialista, não é mais que um sujeito bem informado. Este, porém, tem como pressuposto para seu trabalho o acesso a informações de forma *privilegiada*, de antemão, assim como a capacidade de circular entre esferas de poder e deferentes classes sociais. Apenas esses fatores, entretanto, não lhe conferem autoridade. Já o ideal de objetividade serve à comunidade jornalística “como instrumento estratégico que autoriza os *media* a produzir sentidos, enquadrar as ocorrências e interpretar a realidade, projetando no jornalista a imagem de profissional isento e livre de manipulações” (CASTILHO, 2005, p. 71). Essa suposta neutralidade nos ajuda a entender os fundamentos da autoridade jornalística, pelo menos se nos guiarmos pelo modelo de jornalismo calcado em fatos (discutiremos acerca desse modelo de jornalismo mais à frente).

Podemos dizer que o caso Pimenta seria um momento em que os próprios jornalistas questionam a autoridade jornalística; momento que também pode ser encarado como oportunidade para eles se consolidarem no interior desta comunidade e reafirmarem sua autoridade. É possível considerar que o caso em questão pode ser entendido como um *incidente crítico*, nas palavras de Zelizer. “O termo *incidentes críticos*, quando empregados discursivamente, refere-se a aqueles

momentos em que as pessoas circulam, contestam e negociam seus próprios padrões de ação” (ZELIZER, 1992, p.5).

No livro “*Covering the body*”, a autora lança mão do termo para dizer da cobertura do assassinato do presidente Kennedy pela mídia norte-americana. De acordo com o trabalho, os jornalistas norte-americanos capitalizaram a cobertura da morte do presidente (o “*Covering the body*”) como um lugar de auto-afirmação, de reivindicação de maior autoridade. “Importaremos” o conceito, na ausência de um que acreditemos se encaixar melhor para nos ajudar a entender o caso brasileiro. Entretanto, no caso Pimenta Neves/Sandra Gomide supomos que ocorreu um fenômeno diametralmente oposto ao da cobertura do assassinato de Kennedy. Ao invés de auto-afirmação, o que houve foi o questionamento do papel do jornalista enquanto mediador. Proponho ser possível identificar esse comportamento nos debates promovidos por jornalistas em torno do assassinato no site Observatório da Imprensa, que será objeto de um estudo mais aprofundado no Capítulo 4.

Para os jornalistas, os incidentes críticos constituem um modo de tornar presentes momentos importantes do ponto de vista do bem-estar duradouro da comunidade jornalística. Os incidentes críticos contribuem para a importância do discurso e da narrativa na formação da comunidade através dos tempos. (ZELIZER, 1992, p.5)

Contestar e negociar os próprios padrões de ação é, por fim, colocar em xeque e, ao mesmo tempo, buscar reafirmar a própria autoridade jornalística, uma vez que esta se situa no contexto das *práticas jornalísticas*. Boa parte dessa prática constitui-se como um tipo de “trabalho secreto”, conforme afirma Zelizer.

Os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo (...) Imprensados entre o público e o evento a ser descrito, os repórteres são capazes construir aquilo que lhes parece ser preferível e estrategicamente importante graças à pressuposição de que eles dispõem de alguma autoridade acerca das matérias que narram. (ZELIZER, 1992, p.11)

O caso Pimenta Neves é exemplar por nos permitir identificar esse processo de auto-legitimação/auto-contestação das interpretações autorizadas. Os jornalistas discutem com o público (discurso mediatizado) e entre si (discurso profissional)⁴³.

⁴³ Zelizer, ao se referir à cobertura da morte de Kennedy pela mídia norte-americana buscou distinguir discurso mediatizado do profissional. “O discurso mediatizado, no qual os jornalistas discutiram o assassinato com o grande público, incluiu os relatos mediatizados de massa da cobertura original

Arriscamos dizer que o discurso mediatizado está impregnado pelo discurso profissional, como uma estratégia de legitimação retórica. Quando falam do crime, a imprensa não está no papel apenas de mediadora entre o acontecimento e o público. Nos discursos acerca do crime cometido pelo jornalista contra a colega de profissão e ex-namorada, os jornalistas responsáveis pela cobertura falam entre si e de si.

É a partir do terreno do bom senso que o jornalista se posiciona. E se até então tentamos entender de onde vem a autoridade que justifica a posição de mediador ocupada pelos jornalistas, deslocaremos o eixo de nosso estudo para uma segunda questão: afinal que tipo de mediação é essa exercida pelo jornalista? É preciso ter em mente que situamos nossa discussão em torno de um modelo específico e, portanto, o lugar do jornalista enquanto mediador está ligado ao modelo de jornalismo centrado em fatos.

Faz-se oportuno lembrar que os jornalistas usam de estratégias para forjar a identidade do grupo. Como vimos no Capítulo 1, o uso do lead, da pirâmide invertida, das aspas nas citações, a apresentação dos *diferentes lados da questão* são exemplos de rituais estratégicos de objetividade. No entanto, a autoridade interpretativa dos jornalistas não está apenas na objetividade, usada para legitimar o discurso jornalístico.

Propomos que a dimensão política do jornalismo é afirmada a partir da dimensão moralizante da profissão. Os jornalistas, ao se posicionarem como uma espécie de guardiões da ordem moral, visariam ao fortalecimento de sua autoridade representativa. Em certa medida, os jornalistas tendem a reforçar os valores predominantes da sociedade em que vivem nos textos que escrevem. E acabam por presumir, mesmo que inconscientemente, que agem de forma objetiva, uma vez que não destoam desses valores, julgados por eles como universais. Na prática, “a ordem moral é tornada um fato e os fatos, claro, podem ser observados e reportados com distanciamento” (GLASSER & ETTEMA, 1991, p.13). Essa ordem moral encontra-se expressa não propriamente nas palavras do repórter, mas nas fontes, ou seja, inseridas nas palavras de alguma autoridade ou na letra da lei.

sobre o assassinato e as discussões sobre a tal cobertura. O discurso profissional, no qual os jornalistas discutiram entre eles mesmos a cobertura sobre o assassinato, foi encontrado na *trade press*, em discursos publicados e em resenhas do jornalismo profissional”. (ZELIZER, 1992, p.16)

Mais do que apenas reforçar a ordem moral, o jornalismo contribui para que essa seja renovada e atualizada. Afinal, é pouco produtivo não considerar o ofício como algo cultural e histórico e, portanto, sujeito participante (em um sentido lato) das mudanças de seu tempo. Apesar de tratar unicamente dos repórteres policiais, acreditamos ser possível estender a toda a classe a afirmação de que

Os jornalistas investigativos não são, então, árbitros morais que podem recriar a ordem moral a cada nova matéria, mas também não reforçam simples e acriticamente essa ordem. Antes, eles contribuem algo para a relação moral duradoura com suas comunidades. (GLASSER & ETTEMA, 1991, p.12)

Mas essa relação com a ordem moral e sua “objetivização” esconde conflitos. A ordem moral e, por conseguinte, o senso comum, são menos identificáveis quanto se pode acreditar. Para além desse fato, os jornalistas usam de estratégias para mascarar da audiência o conflito diário travado nas redações entre objetivo *versus* subjetivo. A objetividade pode ser entendida como uma forma encontrada pelos jornalistas de mostrarem que há um método, mas que continuam sendo pessoas comuns, apenas bem informadas. Estariam, por fim, a meio caminho entre aquele que é científico e o universo dos leigos. Entretanto, acreditamos que nosso objeto em particular nos ajuda a enxergar melhor as ambigüidades diárias que fazem parte do universo das redações. Sobretudo porque o caso envolve justamente aqueles que seriam os responsáveis por contar aos “comuns” sobre as coisas do mundo; e lhes expõem, de forma contundente, o íntimo.

CAPÍTULO 3

"Antônio M. Pimenta Neves tem um dos mais notáveis currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas do setor em São Paulo." Assim começa a matéria "Pimenta Neves tem currículo notável", divulgada no site da *Folha de São Paulo* no dia 21 de agosto de 2000. Como nos promete a introdução do texto, os trechos seguintes continuam a discorrer sobre a vivência profissional singular do jornalista:

Começou na profissão como repórter e crítico de cinema da "Última Hora", em 1958. Depois, foi repórter e redator de política de "O Estado de S. Paulo", para o qual também trabalhou na Sucursal de Brasília, logo após a capital do país ter-se transferido para lá.

Veio para a **Folha** com Cláudio Abramo, integrando a equipe do comando da Redação do jornal. Dali, foi para a chefia da Redação da "Folha da Tarde", função que ocupou em 1968, quando esse jornal se destacou na cobertura do movimento estudantil.

Depois, foi diretor da revista "Visão" e assessor editorial da presidência da Editora Abril.

Em 1974, mudou-se para Washington, como correspondente da **Folha**, para a qual cobriu o desenlace do caso Watergate e a renúncia do presidente Richard Nixon. Na capital dos EUA, trabalhou como correspondente também para a "Gazeta Mercantil" e para "O Estado de S. Paulo".

Banco Mundial

O Banco Mundial o chamou para ser o conselheiro-sênior para assuntos públicos da vice-presidência da América Latina e do Caribe em 1986, cargo que ocupou até 1995, quando retornou ao Brasil para dirigir a Redação da "Gazeta Mercantil". Em 1997, retornou a "O Estado de S. Paulo", como diretor de Redação.

No seu período no Banco Mundial, Pimenta mantinha contatos constantes com jornalistas e autoridades brasileiras. Vinha ao país com frequência, acompanhando o vice-presidente do Banco Mundial, a quem assessorava, ou com missões técnicas. Era, também, interlocutor freqüente dos governantes do país que iam a Washington em busca de empréstimos do banco.

Pimenta Neves também teve destacada formação acadêmica. Bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, fez mestrado em Política Pública Internacional na Johns Hopkins University, uma das mais importantes dos EUA. Participou de cursos de pós-graduação e extensão universitária em jornalismo, economia e política no Mocallester College e na Universidade Harvard.

"Los Angeles Times"

Nos anos 60, fez estágio do jornal "Los Angeles Times", um dos cinco mais importantes e de maior circulação paga dos EUA, onde aprendeu muitas das técnicas que depois aplicaria no jornalismo brasileiro.

Pimenta Neves é separado e tem duas filhas gêmeas, de 28 anos, nascidas e radicadas nos EUA, uma das quais enfrenta recentes e sérios problemas de saúde. (Folha de São Paulo online, 21 de agosto de 2001)

O que levou os holofotes da imprensa a destacarem Pimenta Neves, até então um prestigiado jornalista, mas não alguém cuja fisionomia ou mesmo o currículo profissional fossem conhecidos pelo grande público, não foi o recebimento de um prêmio ou homenagem pelo “conjunto da obra”, mas, sim, o fato de ele ter assassinado sua ex-namorada Sandra Gomide. Como o assassino, a vítima também era jornalista, tendo trabalhado como subordinada de Pimenta Neves nos jornais Gazeta Mercantil e O Estado de São Paulo. Neste último, exerceu os cargos de repórter especial e, posteriormente, editora de economia, de 1998 a 2000.

Neste capítulo, avaliaremos como os profissionais responsáveis pela produção da notícia procuraram lidar com a cobertura do crime em relação ao grande público. Para tanto, teremos a seguinte indagação como guia: como os problemas que se impõem aos jornalistas, que precisam falar como observadores distanciados sobre um caso envolvendo outros jornalistas na posição de vítima e assassino, vão marcar esse relato? A partir dessa questão geral, identificamos um conjunto de temáticas que nos ajudarão a delimitar melhor nossa análise, divididas em categorias derivadas do lead (quem, o que, quando, onde, como e por que). Nem o “onde” (no Haras Setti, em Ibiúna, interior de São Paulo), nem o “quando” (no início da tarde de domingo, dia 20 de agosto) foram objeto de controvérsia na cobertura do crime.

Assim, a primeira das categorias analíticas que exploramos aqui, “o que”, diz respeito ao crime, uma vez que as coberturas acerca desses incidentes comumente se traduzem em uma espécie de julgamento moral (GLASSER & ETTEMA, 1991), uma forma de trazer ordem ao mundo. Buscamos entender como o crime foi descrito pelos jornalistas que o cobriram, qual o ponto de vista foi adotado para relatá-lo.

Nossa segunda categoria se refere ao “quem”. Aqui, existem duas subcategorias: o *quem-assassino* e o *quem-vítima* que, em última instância, nos propõem refletir como os jornalistas desenvolveram questões relacionadas à autoria

do assassinato e trabalharam aspectos como a humanização – ou a “desumanização” – dos envolvidos. Logo, uma nova pergunta se apresenta: quem, afinal, é responsabilizado pelo crime?

A questão acima proposta nos leva à nossa terceira categoria, “*como e por que*”, e está relacionada ao que teria levado o crime a acontecer. O *relacionamento* entre Sandra e Pimenta, do modo como foi enquadrado pelo relato jornalístico, nos dá algumas pistas acerca da responsabilização pelo ocorrido. Esse mesmo enquadramento nos leva a acreditar que o modo como o crime foi relatado pela imprensa está intimamente ligado à forma como a imprensa se articula e auto-gerencia, o que envolve a obediência e (por que não?) subserviência às hierarquias estabelecidas dentro das redações.

Para realizarmos nosso estudo, utilizaremos como objeto empírico os primeiros quinze dias da cobertura que se seguiram ao assassinato de Sandra Gomide, divulgado pela versão virtual da Folha de São Paulo, somados à matéria postada no mesmo meio de comunicação no dia em que ocorreu o crime, a primeira dentre as 229 que compõem nosso material de análise.

3.1 A versão virtual da Folha de São Paulo e o caso Pimenta Neves

É importante esclarecer que, por se tratar de um meio virtual de comunicação, a dinâmica da versão online da Folha de São Paulo apresenta algumas diferenças em relação ao jornal impresso. Um dos termos orientadores do trabalho jornalístico impresso, o *deadline*, que diz do prazo máximo em que uma matéria possa ser entregue pelo jornalista a tempo de ser impressa, não faz muito sentido no jornalismo online, uma vez que não há um horário determinado para a exibição do noticiário. Nem por isso, porém, a luta contra o tempo deixa de existir. Pelo contrário. O imediatismo torna-se um imperativo, já que a possibilidade da atualização da notícia a qualquer momento faz com que o ritmo de trabalho do jornalista seja voltado para a produção de informação praticamente em “tempo real”. Apesar da diferença no modo como os prazos devem ser encarados pelos jornalistas, a Folha Online reivindica seguir os princípios editoriais do Projeto Folha (pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência, divisão em cadernos temáticos), que orienta a publicação diária.

É o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. Com uma equipe de reportagem própria, tem por objetivo a criação, produção

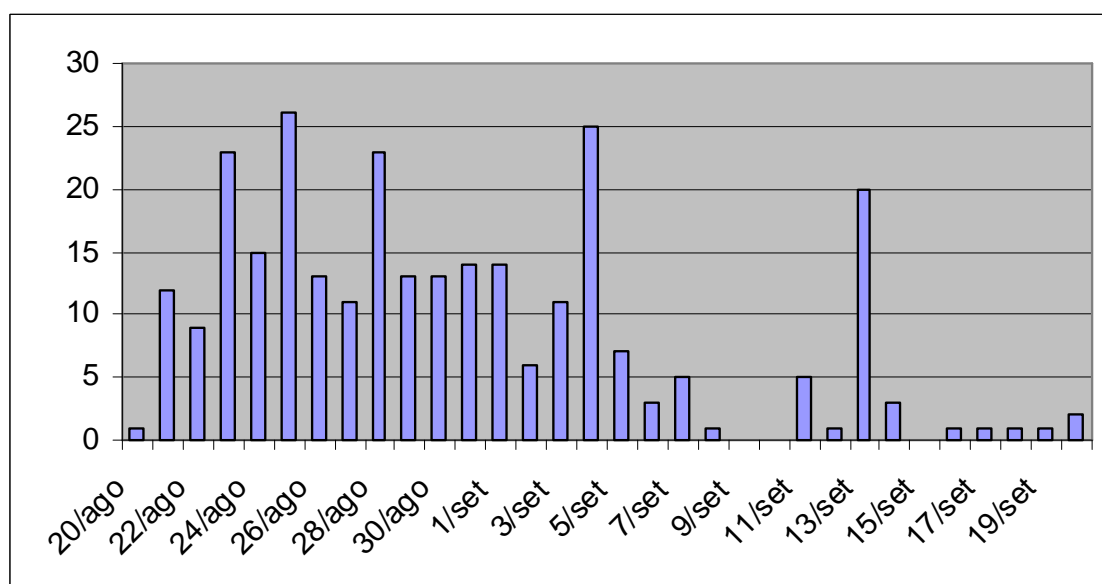
e desenvolvimento de conteúdo jornalístico on-line, além de serviços com destaques para áreas de interatividade.

Seu compromisso é o de produzir conteúdo on-line com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da Folha. (FOLHA ONLINE⁴⁴)

As principais divisões encontradas no jornal impresso Folha de São Paulo se mantêm na versão virtual. As matérias que fazem parte de nosso *corpus* foram retiradas da sessão “cotidiano”, onde se encontra a cobertura virtual da Folha de São Paulo acerca do caso. E, por reivindicar trabalhar em tempo real, a Folha Online deu um “furo” no jornalismo impresso, ao colocar no ar a primeira matéria sobre o assassinato de Sandra Gomide no mesmo dia em que o crime aconteceu, algo impensável para qualquer jornal impresso.

A cobertura do caso se deu de forma ininterrupta durante os 20 primeiros dias, a contar da data em que o crime foi cometido. A partir de então, houve continuidade, com falhas em alguns dias, até 24 de março de 2001, sete meses após o início do caso. A escolha dos 15 primeiros dias de cobertura se ocorreu em virtude da abundância de material divulgado (veja gráfico abaixo e anexo 1), o que demonstra a efervescência do caso e o grande interesse do jornal em cobri-lo e mantê-lo na pauta de discussões.

Gráfico 1: Cobertura do caso Pimenta Neves na Folha Online



⁴⁴ Princípios editoriais (Projeto Folha). Consulta feita em 6 de setembro de 2008 e disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/folha_online.shtml>

Um olhar distanciado poderia encarar o assassinato simplesmente como mais um crime de sangue com nuances passionais:

A jornalista Sandra Florentino Gomide, 33, foi morta no início da tarde de domingo com um tiro na cabeça e outro nas costas no Haras Setti, em Ibiúna, interior do Estado de São Paulo. O crime é atribuído a Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, diretor de Redação do jornal 'O Estado de São Paulo'. As suspeitas são de crime passionai. (Folha de São Paulo, 20 de agosto de 2000, 20h48)

Jornalisticamente, todas as perguntas que compõem o lead (a abertura da matéria) foram respondidas. Percebemos ao longo da cobertura, que a *Folha Online* buscou manter a imagem de "jornal imparcial e objetivo". Entretanto, uma análise mais aprofundada nos leva a questionar se essa imagem realmente pode ser tida como algo concreto – ou concretizável. Há como alcançar o distanciamento necessário, uma vez que os responsáveis por narrar ao público os fatos são colegas de profissão e, muitas vezes, possuem vínculos de coleguismo com os principais envolvidos no crime: a vítima e o assassino confesso?

Para responder a essa pergunta, nos valeremos de outras, usadas pelos próprios jornalistas para orientar seu trabalho com vistas à objetividade e, que, acreditamos, suscitam alguns dilemas quando relacionadas a esse caso específico. São elas: “o que”, “quem”, “como e por que”.

3.2 “O que”: o *crime* enquanto categoria

O relato de um crime, mais do que contar o que aconteceu, é uma forma de dar ordem ao mundo e, portanto, carrega em si um julgamento moral (GLASSER & ETTEMA, 1991). A violação dessa ordem moral, portanto, é lugar de afirmação do moralismo, servindo para a naturalização da mesma (Gans, 1980). Assim, os noticiários acerca dos crimes ilustram, por oposição, uma regra, funcionando, em geral, como uma espécie de espelho de um discurso social sobre o que é moral, normal ou aceitável.

... a imprensa em geral, e a reportagem investigativa em particular, funciona como uma influência fundamentalmente conservadora na medida em que tipicamente reifica, mas também vivifica, valores

permanentes e invoca, junto ao público, indignação ante sua violação. (GLASSER & ETTEMA, 1991, p. 22)

O que vemos, lemos ou ouvimos nos veículos jornalísticos pode ser entendido como compartilhamento de indignação com o público em virtude de uma infração cometida e que é moralmente inaceitável – como, por exemplo, o caso que envolve assassinatos nos quais a vítima não teve (ou não teria) chance de se defender. É o que Priscilia Seifert (2004) encontrou ao analisar as páginas que *O Globo* dedicou à cobertura do caso Daniella Perez, jovem atriz brutalmente assassinada.

O impacto e a mobilização do público diante do ocorrido quebraram a rotina do jornal (...). Sensível a essa reação, o *Globo* se sentiu à vontade para abandonar os parâmetros da objetividade e imparcialidade jornalística e adotar um tom emocionado e trágico, eminentemente narrativo. (SEIFERT, 2004, p;115)

Na morte de Daniella, as nuances emotivas marcaram o relato jornalístico durante o longo período em que ocorreram as investigações, necessárias para esclarecer vários detalhes acerca do acontecimento, inclusive quanto à arma utilizada (chave de fenda, punhal, faca, tesoura?) e o nome de seu autor - ou autores (Guilherme de Pádua? Paula Tomaz, mulher de Guilherme?).

O Globo acompanhou toda investigação policial, as etapas do processo judicial e o julgamento pelo Tribunal do Júri. Mas, paradoxalmente, a cobertura não foi construída a partir de dados da investigação dou do processo, e sim através de uma **narrativa que reforçava a natureza monstruosa do fato e dos acusados**. Dessa forma, O Globo condenou Paula e Guilherme sumariamente (SEIFERT, 2004, p.11, grifo nosso)

No caso Pimenta Neves/Sandra Gomide, não houve questionamentos quanto à autoria e a arma utilizada no crime. O jornalista confessou rapidamente, e teve sua culpa reforçada por testemunhas.

O crime

O corpo da jornalista Sandra Gomide foi encontrado com dois tiros _um na cabeça e outro nas costas_ no domingo à tarde no Haras Setti, onde ela e Pimenta Neves mantinham cavalos.

Uma testemunha afirmou à polícia ter visto Pimenta Neves manobrando o carro e saindo do local logo após ouvir uma discussão e disparos.

Há duas semanas, a jornalista procurou a polícia para dar queixa do ex-namorado, alegando que havia sido agredida e ameaçada por ele em seu

apartamento.

Segundo a polícia, após os disparos, Pimenta Neves saiu do haras em um Renault Clio. O carro foi encontrado abandonado pela polícia no final da noite de anteontem a aproximadamente 3 km do local do homicídio.

"Um segundo veículo, ainda não identificado, o ajudou a fugir", diz o delegado Carlos Alberto Ferreira Sato, da 1ª Delegacia do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa).

(...)

A pena para quem é condenado por homicídio qualificado (em que é usado recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima) é de 12 anos a 30 anos de prisão. Para o homicídio simples, é de seis anos a 20 anos. (Folha Online, 22 de agosto de 2000, 13h18)

Em comum, porém, os dois casos possuem um ponto fundamental: assim como aconteceu com Daniella, Sandra também não teve chances de defesa, sendo a jornalista assassinada com dois tiros de revólver, pelas costas. Esse mesmo aspecto, curiosamente, deu origem a coberturas completamente distintas. Seguindo a proposta de Entman (1991), essas coberturas são formadas a partir de quadros interpretativos, compostos de pelo menos cinco aspectos nos textos dos *media*: juízos de importância (referente a elementos mais ou menos realçados na cobertura), agente (determinação de um culpado pelo incidente, por exemplo), identificação (ou o jogo de humanização e desumanização dos sujeitos envolvidos), categorização (diz da escolha de rótulos) e generalização (o enfoque da parte ou do todo).

Se a morte da atriz global foi enquadrada como ato bárbaro, idéia selecionada e enfatizada nas manchetes ("As marcas da brutalidade: Daniella é morta com 16 golpes de tesoura"); a cobertura do crime contra a jornalista foi feita com bem menos clamor, indignação e humanização. Observando a cena do crime, o que houve foi um homicídio doloso, em que Sandra não teve chances de defesa.

O promotor afirma ter chegado à conclusão de que houve homicídio qualificado a partir de laudo necroscópico do IML (Instituto Médico Legal), que aponta que a jornalista foi alvejada duas vezes pelas costas. Segundo ele, isso denota que ela não teve possibilidade de defesa.

De acordo com o laudo, o primeiro tiro foi nas costas. O segundo, quando a jornalista já estaria caída no chão, na orelha esquerda. As duas balas ficaram alojadas no corpo de Sandra.

Segundo o laudo, Sandra teve morte instantânea. "O laudo mostra que os dois

tiros foram por trás, o que torna o crime qualificado e, portanto, hediondo, impossibilitando o relaxamento da prisão", disse o promotor. "Se eu continuar no caso, sem dúvida pedirei prisão preventiva." (Folha Online, 23 de agosto de 2000, 18h09)

Caso dramatizado pela mídia, o assassinato poderia ser classificado como uma emboscada ou tocaia de Pimenta (uma vez que Sandra não pretendia encontrar com o ex-namorado naquele domingo) e, em última instância, um ato covarde (o crime ter sido cometido "pelas costas"). Entretanto, ao se referir ao crime a Folha Online não se vale de palavras como *covardia*, *brutalidade*, *barbaridade*. A indignação quanto ao modo como foi cometido (sem chances de defesa) não é destacado nem enfatizado nas matérias avaliadas.

Reforçando essa assertiva, diferentemente do caso Daniella Perez em O Globo, o ponto de vista adotado pela Folha Online para a cobertura do assassinato de Sandra Gomide foi o dos especialistas do Instituto Médico Legal (IML), como demonstra a manchete "Jornalista foi morta com dois tiros dados pelas costas, revela IML", de 23 de agosto de 2000 e a matéria abaixo apresentada:

Primeiro tiro dado por Pimenta Neves atravessou coração de Sandra Gomide

Laudo do IML (Instituto Médico Legal), ao qual a Folha Online teve acesso, revela que o primeiro tiro que o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, disparou contra sua ex-namorada, a também jornalista Sandra Gomide, 32, atravessou o coração da vítima. A bala entrou pelas costas e atingiu a sexta vértebra antes de chegar ao coração.

Não é possível determinar a qual distância foi feito o disparo, mas não foram encontradas marcas que indiquem que o tiro foi dado à queima roupa.

Sandra foi morta com dois tiros no último dia 20 em um haras na cidade de Ibiúna, a 70 km de São Paulo. Pimenta Neves, que está internado em um clínica psiquiátrica e teve a prisão temporária decretada, confessou o assassinato em depoimento à polícia.

Na manhã desta segunda-feira, a polícia deu por encerrada a fase de investigação e concluiu que Pimenta Neves cometeu homicídio doloso (quando há intenção de matar) duplamente qualificado.

Ainda de acordo com o laudo do IML, assinado pelos legistas Celso Roberto Nantes e Angelo Higo Zaccariotto, Pimenta Neves deu o segundo tiro na orelha

esquerda de Sandra. Pela trajetória da bala, o jornalista teve que se abaixar para atirar. A bala ficou alojada no crânio da vítima. Os legistas também não encontraram marcas que indicassem disparo à queima roupa.

No laudo, os legistas afirmam que a causa mortis de Sandra foi "insuficiência cardiorrespiratória aguda, consequente a tamponamento cardíaco mais traumatismo craneencefálico". (Folha Online, 28 de agosto de 2000, 19h21)

Ao adotar essa perspectiva, a abordagem da imprensa em torno do crime pode ser entendida como fria, despida de emoção, não se percebendo um sentimento de "justiça" incluso.

Também é curioso o dado de muitas das matérias não se referirem necessariamente ao crime. No conjunto da cobertura analisada, cerca de 50 (ou seja, mais de 25 por cento) apresentam como enfoque principal a saúde de Pimenta Neves, como exemplificam as manchetes: "Novo boletim médico de Pimenta Neves deve ser divulgado às 9h", "Ex-mulher de jornalista e filhas virão dos EUA para visitá-lo", "Pimenta Neves está deprimido e pode se suicidar, diz advogado", "Pimenta está mais tranqüilo", diz advogado, "Companheiros de cela se oferecem para dar remédios a Pimenta". Por vezes, o crime sequer chegou a ser mencioná-lo ao longo de todo o texto da notícia.

Quadro clínico de Pimenta Neves melhora; jornalista já está em quarto comum

O boletim médico de número 4, divulgado há pouco pelo Hospital Albert Einstein, na zona sudoeste de São Paulo, informa que o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, obteve melhora em seu quadro clínico e que, por isso, foi transferido da unidade de terapia semi-intensiva para um quarto comum.

Segundo o boletim, o estado geral de Pimenta Neves é estável, com funções hemodinâmicas preservadas. Ele foi internado às 19h de terça-feira em estado de coma por ingestão de excesso de calmantes, da classe benzodiazepínicos. O hospital não informou que medicamento contém está substância. (Folha Online, 24 de agosto de 2000, 11h35)

Com isso, nota-se que o assassinato efetivamente não domina as notícias divulgadas pela Folha Online, sendo identificados deslocamentos para outros assuntos, como a internação e o estado de saúde do jornalista. Em geral, elas retratam um homem doente, fragilizado; e pouco ou nada têm a ver com o crime.

Pimenta Neves recebe visita de advogado e familiares

O jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, recebeu hoje pela manhã a visita do seu advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveria na Clínica Psiquiátrica do Parque Julieta, na Granja Juliela (zona sudoeste de São Paulo). Ele permaneceu das 10h às 10h30 com o jornalista.

O advogado disse que **Pimenta chorou "copiosamente" e estava bastante deprimido.**

Às 11h15, chegaram à clínica a ex-mulher de Pimenta Neves e uma de suas filhas.

Dois carros do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) da Polícia Civil de São Paulo, permanecem no local. (Folha Online, 2 de setembro de 2000; grifo nosso)

Aqui, faz-se necessário um esclarecimento: enquadramentos pouco hegemônicos sempre aparecem, mas numa posição de menor destaque (ENTMAN, 1991). Algumas matérias – bastante escassas - apontam para um comportamento frio por parte de Pimenta (“Para Márcio Thomaz Bastos, Pimenta Neves premeditou assassinato”), ao contrário do aspecto passional, que poderia ser utilizado como justificativa ao ocorrido.

Homem diz à polícia ter presenciado assassinato de jornalista em Ibiúna

(...) Segundo a **Folha Online** apurou com a polícia, o relato da testemunha pode complicar a situação do jornalista, pois **aumentaram os indícios de que ele tinha a intenção de matar.**

(...)

A jornalista havia acabado de cavalgar. O homem, que disse estar a menos de 20 metros do local e tinha visão completa da cena, afirma que **Pimenta Neves estacionou o carro e foi andando, calmamente, na direção de Sandra.** Os dois chegaram a trocar algumas palavras. A testemunha diz não ter conseguido ouvir o que os dois conversaram.

Logo em seguida, de acordo com o depoimento, Pimenta Neves teria segurado o braço de Sandra e a forçou a entrar no carro. Sandra resistiu e começou a gritar. Depois, tentou correr. Nesse momento, segundo o relato, Pimenta Neves teria dado o primeiro tiro, que atingiu as costas da jornalista.

Já no chão, Sandra teria pedido ajuda a essa pessoa que presenciou a cena. Mas, segundo a testemunha, não houve tempo para nada. Ele afirma que Pimenta Neves teria se aproximado, calmamente, de Sandra e teria dado o segundo tiro, que atingiu o ouvido, a menos de meio metro da cabeça da jornalista.

Em seu depoimento à polícia, ocorrido na última quinta-feira no hospital Albert

Einstein, Pimenta Neves deixa a entender que atirou a esmo, sem saber exatamente onde tiros pegaram.

Após o segundo tiro, afirma a testemunha, Pimenta Neves teria virado as costas, caminhado lentamente até o carro e foi embora. (...) (Folha Online, 26 de agosto de 2000, 20h08, grifos nossos)

O terror e a angústia de Sandra poderiam ser objetos de humanização do crime. Entretanto, não há manchetes e reportagens que afirmem que a jornalista teria implorado por sua vida. O máximo que encontramos é o trecho da matéria acima destacado, que nos dá indícios do drama vivido pela jornalista ao ser baleada por Pimenta e que, “já no chão, teria pedido ajuda”. Os relatos feitos pela imprensa se dão à luz do IML, como já foi demonstrado. A ação é, dessa forma, “destramatizada”.

Ainda de forma contraditória ao relato hegemônico, identificam-se matérias divulgadas na tentativa de dar um corpo mais consistente à cobertura. Ou seja, aqueles temas que poderiam ser relacionados ao crime, foram relacionados a ele. É o que ocorre com a questão de um suposto aumento de criminalidade, mostrada em duas matérias da Folha Online. Em uma delas, cuja manchete “assassinato de mulher bate recorde em SP”, a morte de Sandra Gomide é apontada como mais uma, em meio à crescente estatística:

Levantamento feito pelo departamento de homicídios da polícia paulista e pelo sociólogo Guaracy Mingardi, obtido com exclusividade pela **Folha**, mostra que o motivo do assassinato da jornalista Sandra Gomide, aos 32 anos, pelo também jornalista Antônio Pimenta Neves, 63, é regra, não exceção. Quem ama continua matando: crime passional é o principal motivo pelo qual as mulheres são mortas em São Paulo. (Folha Online, 27 de agosto de 2000, 10h03)

Em certa medida, o acima exposto é semelhante ao identificado no estudo de Fishman (1980) sobre a “onda de crimes contra idosos”, incidente que teria ocorrido na cidade de Nova Iorque, em 1976. De acordo com o autor, a onda de crimes foi um evento produzido pelo trabalho jornalístico. Isso se deveu porque os meios de comunicação foram, ao mesmo tempo, o meio pelo qual o público tomou conhecimento da onda de crimes, mas também onde a mesma foi montada. Entretanto, apesar de os jornalistas manipularem (no sentido estrito da palavra, de manusear) as informações, Fishman esclarece que eles não criaram ou inventaram

os crimes; o papel da mídia, portanto, foi dar forma e conteúdo aos incidentes por ela reportados.

Sob essa perspectiva, a violência e a impunidade, como temas amplos e preocupantes a toda a sociedade, fazem parte do corpo de matérias relacionadas ao caso Pimenta Neves. Caso da segunda – e última - reportagem relacionada exclusivamente a essa temática, em que a indignação do público (no caso, estudantes do ensino médio) se mostre presente. Apesar disso, esta não está entre as temáticas preponderantes...

As estudantes Fernanda Souza de Almeida, Pamela Alcântara Augusto e Maria Leila Veríssimo de Franca, todas de 16 anos, estão fazendo um trabalho sobre violência em frente à clínica Parque Julieta, na Granja Julieta (zona sudoeste de São Paulo), onde está internado o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63.

(...) O tema do trabalho é: "A violência está fora de controle".

As estudantes dizer ter escolhido o caso do jornalista pois acreditam que a impunidade é um dos principais fatores que geram a violência. "É bem o caso dele (Pimenta Neves), que deveria estar na prisão e não em uma clínica de luxo", disse Fernanda.

"Se fosse uma pessoa de classe média, ela estaria na preso mesmo com problemas psiquiátricos", acrescentou Pamela.

As alunas afirmaram que escolheram o assunto pois ficaram chocadas com o assassinato da jornalista Sandra Gomide, 32, no domingo, 20. (Folha Online, 29 de agosto de 2000, 16h50)

A análise de nosso objeto empírico aponta para uma postura ímpar por parte da mídia. Como pudemos observar, o que motivou o interesse jornalístico - ou seja, um crime-, não é o tema preponderante da cobertura. Tampouco se identifica o relato fortissimamente moralizado que costuma acompanhar crimes nos quais a vítima é tida como um ser frágil e indefeso, como ocorreu em relação à morte de Daniella Perez e, mais recentemente, ao assassinato do menino João Hélio, apenas para citar alguns exemplos. Casos categorizados (ENTMAN, 1991) como bárbaros, violentos ou brutais.

O caso Pimenta Neves, por sua vez, foi rotulado pelos jornalistas como um "crime". Quase mais um, se não denunciasses aspectos inerentes ao cotidiano jornalístico, desconhecidos do grande público. Ao apresentarem o que chamam de cobertura imparcial, os jornalistas deixam transparecer desconforto e, em última

análise, falta de distanciamento, uma vez que tendem a reproduzir, através do crime, as hierarquias que dominam o cotidiano das redações.

A cobertura, portanto, vincula-se intimamente aos sujeitos, ou melhor, aos papéis ocupados pela vítima e pelo assassino na esfera profissional. E, justamente quando se refere a esse âmbito, o jornal permite falas que identifiquem o crime como uma tragédia, por envolver o destino de dois colegas de profissão. A despeito de apenas Sandra ter literalmente perdido a vida, o crime também teria causado a ruína de Pimenta. Sentimento evidenciado em nota enviada à imprensa, e divulgada pela Folha Online, em nome da redação do Grupo Estado na qual esta se apresenta "consternada pela **tragédia** que envolveu dois de seus amigos e funcionários"; e pelo próprio diretor responsável pelo jornal "O Estado de S. Paulo", Ruy Mesquita, que em entrevista "classificou o caso como 'uma tragédia inédita' em sua vida".

Podemos dizer, ainda, que há temporalidades distintas no que diz respeito ao crime: uma que abrange relatos referentes a momentos que o antecederam e outra com enfoque no período posterior. Entretanto, todas enfatizam o assassinato em detrimento da vítima.

Dessa maneira, o crime envolve jornalistas que ocupam espaços de legitimidade diferentes. De um lado, está o assassino, um grande nome do jornalismo. Do outro, a vítima, uma jornalista pouco conhecida, cuja trajetória de vincula a esse grande jornalista. É justamente acerca dos problemas levantados pelo modo como esses sujeitos foram apresentados ao público pelo jornal, ou seja, os aspectos referentes ao "quem" do lead, que trataremos em nosso próximo tópico.

3.3 Dois lados de uma mesma questão: quem é o "quem"?

O quem-vítima

É possível dizer, por um lado, que a cobertura do crime foi como a dispensada a um assassinato corriqueiro. Por outro, se há uma tendência geral de humanização das vítimas, sobretudo quando elas não tiveram chance de se defender, não podemos dizer que esta é a postura adotada em relação ao crime que tirou a vida da jornalista Sandra Gomide quando analisamos o material disponível na Folha Online.

O "quem" geralmente contemplado pelos meios de comunicação noticiosos é a vítima, apesar de não haver uma regra específica a esse respeito. Percebe-se nas

páginas dos jornais que o *quem-vítima* é pressuposto, uma vez que o assassino é encarado como marginal e, portanto, não deve ser enquadrado como sujeito protagonista da ação nos noticiários. Isso representaria uma transgressão à ordem moral; e não sua reafirmação.

De acordo com Entman (1991), o discurso moral humanizante encontrado nos meios de comunicação “se reflete também na escolha de palavras específicas para descrever as vítimas” (p.13). Ao identificá-las como, por exemplo, “seres humanos”, “histórias individuais de emoção pessoal”, “seres amados”, se tornam “humanizadas nas mensagens verbais e visuais de modo a promover a identificação com elas” (ENTMAN, 1991, p.11). Por outro lado, a desenfatisação das vítimas ajuda a produzir, de acordo com o autor, “uma reportagem técnica”.

Assim, humanizamos quando olhamos para as vítimas como indivíduos únicos, possuidores de histórias pessoais. Elas tinham família, ou o sonho de constituírem uma. Elas exerciam uma profissão e faziam parte de círculos de amigos. Vemos esforços nessa direção costumeiramente nos jornais. O mais recente foi o caso relacionado à morte da adolescente Eloá; crime cometido pelo namorado da jovem, em São Paulo, em outubro de 2008. Feita refém pelo rapaz, junto com uma amiga, a “agonia” das meninas foi acompanhada a cada minuto pelos repórteres. Sua vida pessoal foi destacada nas palavras e imagens selecionadas pela edição: as fotos da jovem, sempre sorridente e aparentando felicidade; a ênfase na beleza e juventude (perdidas) de Eloá e da amiga, assim como o bom relacionamento com os colegas e a popularidade na escola.

Mas o que humanizaria nossa vítima? Em nosso material empírico, apenas duas fotografias de Sandra Gomide foram mostradas, uma única vez cada. Na primeira, Sandra não sorri. Aparece com os cabelos soltos, desarrumados e com olheiras. Não podemos dizer que seja uma imagem capaz de despertar empatia (Foto 1). Na segunda, a jornalista esboça um sorriso. Aparece com ar mais jovial e está de cabelos presos (Foto 2). Em ambas as imagens, Sandra aparenta estar com bem menos do que seus 32 anos. O que nos leva a crer que não eram fotografias recentes.



Foto 1 (divulgada em
21/08/2000, 13h15)



Foto 2 (divulgada em
21/08/2000, 19h13)

Sandra era uma mulher relativamente jovem (apesar de as imagens divulgadas mostrarem-na mais nova ainda), seria possível relatá-la como alguém que teve o futuro usurpado e, ao perder precocemente a vida, deixa de desfrutar muitas alegrias pessoais, como casar-se e ter filhos. A jornalista tinha os pais vivos e, ao contrário do que fluxo natural, precisou ser enterrada por eles. Provavelmente, também tinha seu próprio círculo de amigos, era querida por essas pessoas. No lado profissional, ainda tinha toda uma carreira pela frente e deveria ter feito colegas na redação e nos jornais por onde passou.

Entretanto, a dor da família de Sandra não encontra destaque nas matérias analisadas. Colegas e amigos da jornalista raramente tiveram seus depoimentos divulgados. A respeito de Sandra, pouco é relatado ao leitor. Nesse caso, a vítima é construída em relação ao assassino. Seu passado é comumente vinculado ao de Pimenta Neves. Nas reportagens, ela é “a também jornalista” (porque Pimenta aparece em primeiro lugar), “ex-namorada de Pimenta” ou subordinada a ele no jornal.

Pimenta Neves e Sandra Gomide namoravam havia aproximadamente três anos. Eles se conheceram quando Pimenta Neves foi contratado para dirigir a “Gazeta Mercantil”, depois de trabalhar durante 12 anos no Banco Mundial, em Washington (EUA). Sandra era repórter de matérias-primas daquele jornal.

Durante seu relacionamento com Pimenta Neves, ela foi promovida e chegou a ser editora de economia da “Gazeta Mercantil”. Deixou o jornal depois que Pimenta Neves se transferiu para “O Estado de S. Paulo”, há cerca de dois anos.

Nesse jornal, ele a contratou como repórter especial. Depois ela passou a

editora de economia. Há cerca de um mês, ele a demitiu. Pimenta Neves disse a amigos ter provas de que o comportamento profissional da ex-namorada, na função de editora, não era ético. Sandra trabalhava atualmente em um site da Internet... (Folha de São Paulo, 20 de agosto de 2000, 20h48)

Logo, identificamos que, em grande parte das reportagens, Sandra aparece no texto depois de Pimenta, como “a também jornalista”. Aparentemente, conforme o que se identifica nas reportagens, ela só teve conquistas profissionais em virtude do vínculo com Pimenta. Pode-se considerar uma forma de submissão póstuma da editora em relação ao ex-chefe e ex-namorado imposta a ela pelo jornal. Pimenta só aparece de forma “subordinada” a Sandra, e pela primeira vez em toda a cobertura, no terceiro dia depois do crime. O segundo parágrafo da matéria “Processo deve durar três anos, diz advogada de jornalista morta” finalmente afirma que o sujeito, Sandra Gomide, “foi assassinada por seu ex-namorado, o também jornalista Antônio Marcos de Pimenta Neves” (Folha Online, 23 de agosto de 2000, 17h03). Mas esse não é o enfoque preponderante. O que se nota ao longo da cobertura é que ao se falar de Sandra, os jornalistas parecem tratar de apenas mais um assassinato, um crime praticamente como os outros. A vítima não ocupa posição de destaque na cobertura - e também na redação, se comparada a Pimenta Neves.

Em muito poucas oportunidades Sandra é descrita como editora e, menos vezes ainda, como editora de economia, último cargo que ocupou à época em que trabalhava no Estadão. Entretanto, há momentos em que a profissão de Sandra sequer chega a ser mencionada, como ocorre na matéria de 23 de agosto de 2000.

Pimenta Neves teria alugado apartamento na frente de imóvel de jornalista assassinada, diz família

O jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, teria alugado por dez dias um apartamento em frente ao imóvel de sua ex-namorada, Sandra Gomide, 32. Sandra foi assassinada no domingo e, segundo o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Pimenta Neves foi o autor do crime.

A informação de que Pimenta Neves teria alugado o apartamento é de familiares da vítima e foi transmitida pelo promotor criminal Marcelo Milani, que acompanhou depoimentos do pai de Sandra, de seu tio e de um segurança da vítima no DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), no centro de São Paulo.

O imóvel supostamente alugado por Pimenta é o apartamento número 10 no prédio em que Sandra morava, na rua França Pinto, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo.

O apartamento 10 fica na frente do de Sandra, no mesmo andar do edifício. No local, segundo a família, teria sido instalado um olho mágico para que o jornalista pudesse supostamente espionar a ex-namorada.

No depoimento à polícia, a família também afirmou que Pimenta Neves teria colocado escutas no telefone residencial de Sandra. Essas informações prestadas pelos familiares ainda não foram verificadas pela polícia, segundo o promotor. (Folha Online, 23 de agosto de 2000, 17h)

Mais curioso ainda é o texto veiculado poucas matérias à frente da supracitada, ainda em 23 de agosto.

Morte em Ibiúna: Entenda o que determina a prisão do autor de um crime

O crime envolvendo o jornalista Antônio Pimenta Neves fez surgir na mídia a discussão sobre se um homicida deve ou não ficar preso enquanto aguarda o julgamento. Pimenta Neves confessou o assassinato da ex-namorada, está com a prisão temporária decretada, e o promotor do caso pretende pedir a decretação da prisão preventiva.

Em princípio, o que determina se o autor de um crime grave fica preso ou não antes do julgamento é sua história pregressa. Se não tiver antecedentes criminais, não oferecer risco para a sociedade nem para o prosseguimento da investigação e, além de tudo, possuir endereço e emprego fixos, deve responder ao processo criminal em liberdade.

Mas nem sempre tudo isso basta. Se, mesmo preenchendo todos esses requisitos, o autor do delito se mostrar desnorteado a ponto de representar perigo para terceiros ou existir a possibilidade de fuga, então é possível que seja mantido preso até o julgamento da ação penal.

E como se sabe se o criminoso oferece risco ou não para a sociedade? 'É preciso analisar as condições em que ocorreu o crime. Se foi um homicídio passional, por exemplo, a agressão se deu contra uma pessoa determinada, num contexto específico. Em tese esse homicida não oferece perigo para outras pessoas e não há necessidade de mantê-lo preso', argumenta o criminalista Roberto Podval.

'Se for um homicídio qualificado, por exemplo, e o criminoso for movido por um insano sentimento de vingança, nada garante que ele não volte a delinquir. Mesmo que a vítima fosse o alvo principal, o autor do crime pode querer se vingar em outras pessoas que, de alguma maneira, tinham ligações com ela. Daí a necessidade de mantê-lo preso', avalia Antonio Fernando Pinheiro Pedro, também advogado criminalista.

Nesses casos, o juiz pode aceitar o pedido de prisão temporária, que é de 30 dias, renovável por mais 30 dias. Depois, pode deferir ainda o pedido de prisão preventiva, que pode perdurar até o julgamento. Os requisitos para a prisão

preventiva são a manutenção da ordem pública e a garantia da aplicação da lei penal.

No homicídio simples, a pena mínima é reclusão de 6 anos e a máxima, 20 anos de reclusão. Já no qualificado, a pena mínima sobe para 12 anos de reclusão e a máxima para 30 anos.

Se o réu ficar preso até o julgamento e, ao final, for condenado, esse período será descontado da pena aplicada pelo juiz. (Folha Online, 23 de agosto de 2000, 21h01)

É assaz interessante notar que, em uma matéria que envolve o crime que a vitimou, o nome de Sandra não chega a mencionado. Apesar de o título da matéria “Morte em Ibiúna: entenda o que determina a prisão do autor do crime” fazer menção a uma vítima e a alguém que cometeu o crime, apenas o nome do assassino participa de relato. A vítima aparecendo apenas sob a denominação de “ex-namorada”.

No enquadramento adotado hegemonicamente pelo jornal, ocorre o apagamento da vítima. O lugar de destaque passa a ser, portanto, de Pimenta Neves, o *quem-assassino*. Assim, embora tente seguir os padrões de objetividade e imparcialidade, a Folha acaba por evidenciar as hierarquias presentes no interior das redações dos jornais. No desenrolar do caso e, por conseguinte, da cobertura jornalística em torno do assassinato, nota-se o apagamento da figura de Sandra Gomide. Qual uma jornalista ordinária, pertencente à casta mais baixa na linha de produção que é o jornal; sua presença é considerada de menor valor e importância dentro da cobertura feita pela Folha Online.

O quem-assassino

Se o nome de Sandra Gomide não chega a ser mencionado em algumas matérias, o de Pimenta Neves domina a cobertura da Folha Online. Contrariando o tratamento que se costuma destinar aos homicidas, não é possível identificar julgamento moral (GLASSER & ETTEMA, 1991; SEIFERT, 2004) em relação a Pimenta na maioria dos relatos da Folha Online. Como demonstramos ao falar da “cobertura do crime”, Pimenta é relatado mais com um homem doente e atormentado do que como um assassino... apesar de não haver dúvidas quanto à autoria do crime, confessado pelo jornalista e confirmado por testemunhas. O jornal, porém, mostra extrema cautela.

Parecendo pouco à vontade, a *Folha* vale-se de rituais estratégicos (Tuchman in TRAQUINA, 1993), como o uso das aspas, para afirmar sua objetividade e imparcialidade, mas também como uma forma de "mascarar" o desconforto de precisar fazer a cobertura de um "crime em família". Logo na primeira matéria, Pimenta é apontado como o principal suspeito. O jornal, entretanto, sente a necessidade de valer-se do depoimento de testemunhas do crime e do delegado responsável pelo caso para validar a afirmação.

O crime é atribuído pela polícia e por testemunhas a Antônio Marcos Pimenta Neves, 63. diretor de Redação do jornal "O estado de S. Paulo". As suspeitas são de crime passional.

"Há indícios fortes e testemunhas que o apontam como principal suspeito", afirmou o delegado Lincoln Kunisawo, responsável pelo caso.

Segundo Delmar Setti, dono do haras, ele, sua família e empregados estavam na sede da propriedade quando ouviram, por volta das 15h, Sandra pedir socorro e implorar para que Pimenta Neves não atirasse. (Folha Online, 20 de agosto de 2000)

Pimenta permanece como "principal suspeito" do crime até o quarto dia de cobertura, quando comunica oficialmente à polícia e à imprensa, por meio de seu advogado, a autoria do assassinato. A matéria que divulga o fato é a 29ª da cobertura. E, apesar de o jornalista já ter confessado culpa pela morte de Sandra, na 34ª matéria a *Folha* continua sendo cautelosa quando se refere ao autor do assassinato.

Sandra foi assassinada no domingo e, **segundo o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Pimenta Neves foi o autor do crime**. (Folha Online, 23 de agosto de 2000, divulgada às 17h, grifo nosso).

De acordo com Entman, a escolha dos rótulos para os incidentes tende "a situá-los em categorias que convencionalmente ora invocam, ora omitem o julgamento moral (1991, p.14). Em nosso caso, apesar de réu confesso, o jornal evita a palavra "assassino" para se referir a (ou rotular) Pimenta Neves.

E, se percebemos que houve apagamento da vítima nos relatos jornalísticos acerca do caso, o oposto ocorre em relação ao jornalista-diretor de redação. O quadro interpretativo preponderante na cobertura da *Folha Online* seleciona e enfatiza o notável currículo de Pimenta Neves, como vimos na introdução deste

capítulo. O jornalista-diretor de redação-assassino é mais importante, segundo a ótica do jornalismo, do que a editora-ex-namorada-vítima.

Pensemos, pois, a “medida de importância do evento” (ENTMAN, 1991), na qual a quantidade de material disponível e quão proeminente ele é apresentado conferem a dimensão do enquadramento que, em sua essência, se traduz na “ampliação ou encolhimento de elementos da realidade retratada de modo a torná-los mais ou menos realçados” (p. 5). A posição hierárquica superior do jornalista, diretor de redação, é mencionada 44 vezes no *corpus* analisado. Ao passo que encontramos apenas 13 menções ao cargo de maior visibilidade ocupado por Sandra; dessas referências, em dez a palavra "editora" relaciona-se a Pimenta Neves.

Sandra, que até então não tinha atuação de destaque, passou a ser beneficiada profissionalmente pelo relacionamento. Logo no início do namoro, Pimenta Neves avisou aos chefes de Sandra que, dali por diante, ela só receberia ordens dele. Dizia que o seu talento estava sendo mal aproveitado e a promoveu de repórter a editora. (Folha Online, 27 de agosto de 200, 00h33)

(...)

Durante seu relacionamento com Pimenta Neves, ela foi promovida e chegou a ser editora de economia da "Gazeta Mercantil". Deixou o jornal depois que Pimenta Neves se transferiu para "O Estado de S. Paulo", há cerca de dois anos.

Nesse jornal, ele a contratou como repórter especial. Depois ela passou a editora de economia. Há cerca de um mês, ele a demitiu. Pimenta Neves disse a amigos ter provas de que o comportamento profissional da ex-namorada, na função de editora, não era ético. Sandra trabalhava atualmente em um site da Internet.

(Folha Online, 20 de agosto de 2000, 20h48)

Pimenta se torna, portanto, sujeito não apenas de sua própria história, mas também da de Sandra Gomide. Talvez para preservar sua imagem, não há a identificação (ENTMAN, 1991) de Pimenta com imagens. Esta é feita por meio de relatos sobre ele apresentados por familiares, colegas de profissão e amigos.

"Estava acolhendo um amigo, não um homicida", diz amigo de Pimenta Neves

O publicitário Ênio Mainardi, que abrigou o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, na noite de segunda para terça-feira, disse que não teria problema para explicar à Justiça porque acolheu o jornalista em sua casa. "Eu espero que, caso enfrente uma situação como essa, tenha um amigo para me

acolher." Pimenta Neves confessou ter assassinado a ex-namorada e também jornalista Sandra Gomide, 32, com dois tiros.

(...)

Em relação ao que irá acontecer com o amigo, Mainardi disse: "Espero que a Justiça seja sábia o suficiente para que não o deixe por conta de si mesmo." (Folha Online, 25 de agosto de 2000, 18h31)

Ele aparece como um pai amoroso na nota divulgada pela ex-mulher e pela filhas na Folha Online:

Com sua compaixão, generosidade e bondade, Antonio sempre nos deu o melhor de tudo durante nossas vidas. Todos quantos o conhecem sabem de suas qualidades. Ele também nos ensinou o verdadeiro significado de um amor incondicional que nós esperamos poder retribuir (Folha Online, 26 de agosto de 2000, 19h19).

A fala da irmã de Pimenta, Isabel, destacada pelo jornal destaca seu profissionalismo, além de qualidades pessoais.

"Lastimamos muito o que aconteceu, pela Sandra e seus familiares", afirmou Isabel. Ela destacou, durante a entrevista, as qualidades profissionais do irmão. "Ele se empenhava em sua atividade e exigia rigor profissional dos que o cercavam, no sentido de não proteger ninguém", continuou Isabel.

"Todos aqueles que conhecem Pimenta Neves mais de perto, principalmente do ponto de vista profissional, podem dar testemunho sobre a postura dele", disse. **"É claro que a admiração não é só profissional e também a respeito da sensibilidade, da demonstração de amizade oferecida por ele nos momentos fáceis e difíceis"**, afirmou Isabel. (Folha Online, 22 de agosto de 2000, 22h07, grifo nosso)

São relatos que ajudam na construção de uma margem de dúvidas. Em certa medida, o jornal nos expõe argumentos de justificativa para o não enfoque de Pimenta Neves no papel de criminoso. E, "embora o enquadramento não tenha eliminado as contradições presentes na linha predominante da história, ele demoliu sua possível influência ao reduzir-lhe a ênfase" (ENTMAN, 1991, p.18). São quadros interpretativos que apontam para a não-responsabilização do criminoso, afinal, como afirma a Folha, respaldada pelas aspas do advogado de Pimenta, Antonio Claudio Mariz de Oliveira:

o jornalista tem bons antecedentes e não se enquadra em nenhum dos motivos que, segundo a lei, poderiam levá-lo à prisão durante o processo. "Ele não oferece risco em liberdade, não é nenhum bandido. É um homem que cometeu crime de ímpeto". (Folha Online, 23 de agosto de 2000, 22h)

A forma como a notícia é trabalhada contribui para a humanização de Pimenta. Ele é apenas grande jornalista, distinguível entre os comuns. É alguém com um passado e cujo futuro foi gravemente comprometido; respeitado pelos colegas e por quem os amigos e familiares sentirão se preocupam. Ele poderia ser interpretado como um homicida frio e calculista ou como covarde, por ter atirado pelas costas de Sandra. Relatos nessa linha até aparecem, mas se diluem no todo de uma cobertura do caso que, em última análise, humaniza o criminoso.

3.4 *Como e por que: enquadrando o relacionamento*

Como podemos perceber, o modo como o lead é construído diz muito do enfoque da reportagem. De acordo com Carey, o *por que* e o *como* são elementos que geram grande reflexão, uma vez que seriam responsáveis por dar profundidade à matéria.

Não há gradiente acessível para a medição das causas, a avaliação dos motivos, a predição das conseqüências ou a estimativa da importância. Ninguém jamais viu uma causa ou uma conseqüência; os motivos são acontecimentos fantasmagóricos da mente; e a importância parece estar no olhar de quem observa. (CAREY, 1987, p.14)

Em nosso objeto, esse “olhar de quem observa” pertence aos jornalistas da Folha Online destacados para a cobertura do caso Pimenta Neves, que procuram responder *como* e *por que* o assassinato aconteceu. Ao buscar não colocar em foco a responsabilidade do assassino pelo crime, percebe-se que a culpa é deslocada para um terceiro elemento dessa equação: o relacionamento entre Sandra e Pimenta, que extrapola o âmbito profissional... ou seria o âmbito pessoal?

Pimenta Neves justificou o crime dizendo que Sandra o traiu profissionalmente e pessoalmente. Segundo o jornalista, **no campo profissional, ela teria deixado de fazer uma reportagem** sobre a companhia aérea Vasp, mesmo tendo informações para escrevê-la. As informações, segundo ele, apontavam que uma outra empresa que compraria a Vasp não estaria em boa situação financeira.

Pimenta Neves, no entanto, negou que perseguisse Sandra ou pessoas ligadas a ela.

Na área pessoal, o jornalista disse que Sandra o traía. Segundo Milani, **Pimenta Neves informou ainda que se sentia usado pela ex-namorada.** "Ele disse que ela era uma pessoa de pouca cultura e que com, a chegada dele, galgou posto que não tinha condições de assumir.", afirmou Milani.

O jornalista e Sandra trabalharam juntos nos jornais "Gazeta Mercantil" e "O Estado de S. Paulo". Em ambos ele ocupava cargo de direção. (Folha Online, 24 de agosto de 2000, 15h27, grifos nossos)

Note: de acordo com o réu, a vítima o teria traído duplamente. Além de descartá-lo como namorado, ela haveria desafiado seu poder enquanto superior hierárquico... O que, ainda em conformidade com a lógica do ex-diretor de redação - e exposta pela Folha - seria algo capaz de justificar o crime.

Sendo assim, teria sido o relacionamento entre os dois jornalistas o principal culpado pela desgraça de Pimenta, como nos informa a Folha Online:

Pimenta Neves tinha até então uma biografia invejável.

(...)

O rompimento transformou a vida dos dois num inferno.

(...)

Pimenta Neves ficou tão deprimido que pediu demissão. Alegou problemas de saúde e o estado de saúde da filha. O jornal não aceitou. Sugeriu que ele trabalhasse menos e se tratasse. Na última quarta-feira, "O Estado de S. Paulo" anunciou o afastamento de Pimenta Neves do cargo de direção de Redação. (Folha Online, 27 de agosto de 2000, 0h33)

O ditado "onde se ganha o pão, não se come a carne" parece não ser amplamente empregado pelos jornalistas. Talvez pelo tempo que passem juntos, em virtude de plantões e horas-extras dedicados à apuração de alguma matéria inesperada (e o inesperado é a essência do jornalismo!), a presença de casais nas redações é algo usual. "É o amor, que surge da convivência". Entretanto, o relacionamento entre pessoas de hierarquias contrastantes não costuma ser visto com bons olhos pelos colegas (GANS, 1980), apontado como o famoso "teste do sofá".

A ênfase no relacionamento do casal de jornalistas encontrada na cobertura da Folha Online é direcionado para a responsabilização de Sandra Gomide; agora não mais enquadrada como nosso *quem*-vítima, mas entre os elementos participantes do *como* e *por que* utilizados para explicar o que teria motivado o

crime. É possível, com base no que aparece no jornal online, vislumbrar o perfil de uma mulher que privilegiava a ascensão profissional e cultivava desafetos. E, em sua busca, fazia-se acompanhar pelo poder dentro e fora da redação – o envolvimento com Pimenta é apontado como exemplo, como nos mostra o intertítulo “namoro e ascensão”, abaixo transcrito:

O relacionamento entre os dois sempre foi muito desigual. Ele era 31 anos mais velho, famoso, culto, refinado e dividia sua privacidade com poucos amigos.

Sandra vinha de uma família simples, era bem-humorada e ambiciosa. Até conhecer Pimenta Neves, achava que a sua capacidade era subestimada e estava desanimada com o trabalho.

Eles se conheceram em setembro de 1995, quando Pimenta Neves assumiu a direção do jornal "Gazeta Mercantil" depois de 21 anos vivendo nos EUA.

O flerte começou em fevereiro de 1996, durante o aniversário de Pimenta Neves. Sandra era repórter **e o novo diretor de redação viu nela qualidades profissionais que ninguém mais enxergava.**

Em depoimento à polícia, Pimenta Neves disse que foi Sandra que se aproximou dele. Ex-colegas dizem que foi o contrário. Sandra estava muito entusiasmada com o assédio do chefe e perguntando a amigas se o achavam velho demais para ela.

(...)

Depois que começaram a namorar, ele passou a repetir que havia descoberto a melhor repórter de economia do país

Sandra, que até então não tinha atuação de destaque, passou a ser beneficiada profissionalmente pelo relacionamento.

(...)

De acordo com ex-colegas de redação, **Sandra usou o poder para perseguir desafetos.**

Gostava de reafirmar a sua intimidade com o diretor. Na frente de colegas, dizia a Pimenta Neves coisas que não seria habitual comentar com um chefe _que ele estava mal-vestido ou muito gordo, por exemplo.

Foi nesse período, em 1997, que ocorreu o primeiro desentendimento.

(...)

Pimenta Neves a remanejou para um cargo com muito menos destaque. Sandra entrou em férias. Desesperado, ele chegou a perguntar a pessoas próximas a ela o que fazer para reconquistá-la.

Eles reataram, Sandra foi promovida mais uma vez e virou coordenadora de cadernos _o terceiro posto mais importante na hierarquia da redação.

Era a primeira de uma série de idas-e-voltas no relacionamento amoroso. A montanha-russa do namoro virou chacota entre os colegas. **Vários jornalistas que tiveram problemas com Sandra foram demitidos.**

Pimenta Neves trocou a "Gazeta" por "O Estado" em 1998. Meses depois de assumir, contratou Sandra como repórter especial. No começo deste ano, foi

promovida a editora de Economia.(Folha Online, 27 de agosto de 2000; 0h33, grifos nossos)

Identifica-se um esforço no sentido de "desresponsabilização" do réu. Não obstante a sua biografia invejável, Pimenta Neves é descrito como tendo promovido alguém cujas qualidades não condiziam com os cargos que ocupava. Há, portanto, alguns aspectos aqui que merecem atenção. Primeiramente, o texto menciona explicitamente o assédio de Pimenta à repórter, valendo-se de sua posição dentro da redação para despertar o interesse da jornalista. Além disso, ele indicou alguém supostamente sem experiência para o terceiro cargo da hierarquia do jornal, usando o seu poder de promover Sandra para conquistá-la e também demitir os desafetos dela. Em todos os casos, a atitude de Pimenta Neves pode ser classificada como bastante anti-profissional, mas isso não parece presente no noticiário, não é condenado pelo jornal.

Nessas mesmas páginas, a leitura que podemos fazer de Sandra, por outro lado, é de uma mulher de poucos escrúpulos, que usava o sexo para conseguir o que queria e não se importava em passar por cima dos colegas que se colocassem em seu caminho. Em outras palavras, uma megera, que usou um deslumbrado e quase inocente Pimenta Neves para conseguir o que queria. Além disso, ela teria cometido outro "crime", do ponto de vista chauvinista: envolveu-se com outro homem enquanto ainda nutria relação com Pimenta, ou seja, teria traído o ilustre namorado.

E-mails de Sandra mostram intimidade com jornalista equatoriano

O diretor do IC (Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo), Valdir Santoro, divulgou a conclusão de perícia em e-mails encontrados no computador da jornalista Sandra Gomide, 32, morta pelo ex-namorado Antônio Marcos Pimenta Neves, 63.

Segundo Santoro, foram achadas 25 mensagens de Sandra para o jornalista equatoriano Jayme Mantilla e 10 mensagens dele para Sandra.

Mantilla é apontado como pivô da crise de ciúme de Pimenta Neves. Nas mensagens, disse o diretor do IC, Sandra chegou a contar para Mantilla que Pimenta Neves havia lhe agredido.

Segundo Santoro, os e-mails trocados entre a jornalista e o colega equatoriano demonstravam o início de um relacionamento. (...) (Folha Online, 31 de agosto de 2000, 11h28)

Em outra matéria, divulgada no dia 23 de agosto, a manchete era: “equatoriano nega relacionamento com jornalista assassinada”. Assim, uma leitura possível a partir do recorte feito pela Folha Online é que Sandra Gomide teria tentado investir contra mais um homem. Assim como vez com Pimenta, iniciara seu jogo de sedução, agora com o jornalista estrangeiro.

A tradição de responsabilização da mulher é uma característica da estrutura patriarcal, utilizada para dar suporte ao discurso referente à violação moral. Não foi Eva, assim como houve com Sandra em relação a Pimenta, a responsabilizada pela desgraça de Adão e de todos os demais homens da terra? Entretanto, à época em que o crime ocorreu, essa não era mais a estrutura padrão.

O enquadramento do caso Pimenta Neves/Sandra Gomide, no fim das contas, descarta o gênero não porque este não importa, mas por outra razão: por reproduzir as hierarquias das redações; que tendem a ser machistas. Apenas o discurso “um homem que matou uma mulher” não é bastante para explicar essa responsabilização de culpa em cima do relacionamento dos dois jornalistas e, por conseguinte, de Sandra. É possível, porém, se fazer a leitura de que o relacionamento entre os jornalistas significaria uma ameaça para o plano profissional. A julgar pelo relato do jornal, a presença de Sandra na sala de redação, como parceira íntima de Pimenta, ameaçava a ordem e os valores profissionais, o que talvez explique o tom excepcionalmente agressivo que caracteriza a cobertura. O problema maior em se lidar com esse incidente reside, pois, na dificuldade em se tratar do caso de forma distanciada, de falar com distanciamento desse lugar tão íntimo aos jornalistas que é a sala de redação.

A solução encontrada pelo jornal foi deslocar o discurso para “uma jornalista morta por um diretor de redação”, que divide espaço com “um diretor de redação que mata uma ex-namorada” ou, “uma jornalista assassinada por um também jornalista e diretor de redação”. “Os julgamentos de valores dos jornalistas podem, portanto, refletir o consenso da comunidade sobre valores até que, em última análise, esses julgamentos (...) fiquem tão ‘incrustados’ que se tornem julgamentos noticiosos” (GLASSER, 1991, p. 11). Nesse caso particular, os julgamentos morais feitos pelos jornalistas refletem, sobretudo, os valores das redações e, portanto, os valores morais de uma comunidade em especial: a comunidade jornalística.

Logo, as hierarquias funcionam como uma espécie de ordem moral e, portanto, não são apenas reproduzidas, como também reforçadas. O que nos leva a

constatar que esse tão almejado distanciamento não existe e tampouco é possível de se atingir, a despeito do que prega e acredita a classe jornalística. É justamente do questionamento dos próprios valores pelos jornalistas, incitado pelo caso Pimenta Neves, do que trataremos em nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O presente capítulo se propõe a analisar como o caso Pimenta Neves se constituiu como uma ocasião para discutir questões relativas à natureza da atividade jornalística. Como veremos, o crime extrapolou a cobertura, motivando um debate público acerca da natureza da atividade profissional e dos dilemas que a cercam. Um momento oportuno para se refletir como um acontecimento específico – o crime – deu lugar a discussões mais abrangentes, de caráter generalizante sobre o jornalismo e seu cotidiano, feitas pelos próprios jornalistas.

Logo, o caso funcionaria como “revelador” de um problema mais geral. E faz parte de um conjunto de incidentes que, conforme demonstraram estudos recentes envolvendo coberturas como da morte do jornalista brasileiro Tim Lopes, assassinado durante a apuração de uma reportagem (CASTILHO, 2005); da revelação das crenças socialistas por parte de A. Kent MacDougall, repórter da tradicional publicação de negócios norte-americana *The Wall Street Journal* (REESE, 1990); ou da confissão do repórter do *The New York Times*, Jayson Blair, que admitiu publicamente inventar histórias que publicava no jornal (HINDMAN, 2005); põem em xeque as rotinas e os padrões de produção das notícias, desafiando o modelo usualmente aceito como aquele utilizado para se “fazer jornalismo”, causando controvérsia dentro da comunidade jornalística.

São os bastidores expostos... Ou, ao menos, parte deles. Em nosso estudo, usaremos como ancoradouro empírico as discussões que abarcam o caso do assassinato da jornalista Sandra Gomide pelo ex-namorado, ex-chefe e também jornalista Pimenta Neves, presentes no site Observatório da Imprensa. Acreditamos que nosso objeto empírico nos ajudará a refletir sobre como relações tidas como fundamentais e auto-explicáveis da produção discursiva começam a ser questionadas pelos próprios jornalistas. Mas, para além disso, o caso é entendido como um incidente crítico (ZELIZER, 1992), em que os jornalistas contestam, renegociam e (por que não?) reafirmam seus padrões de ação.

De acordo com essa lógica, a hipótese que se levanta é que os jornalistas, em meio aos textos divulgados e nos debates travados nesse espaço virtual do Observatório da Imprensa, buscam reafirmar sua posição enquanto intérpretes autorizados da realidade, reforçando sua autoridade jornalística (ZELIZER, 1992).

Portanto, o foco deste capítulo recai sobre os jornalistas enquanto comunidade interpretativa (FISH, 1997) que compartilha e põe à prova juízos sobre como o jornalismo é, ou como deveria ser exercido.

A análise que se propões neste capítulo será estruturada a partir do conjunto de reflexões suscitadas por nosso objeto, dividindo-se em três partes. A primeira relaciona-se à natureza do método jornalístico, sobretudo o distanciamento, apoiado em critérios de objetividade e normas de trabalho, conceitos abordados no capítulo inicial desta dissertação (TUCHMAN, 1978, 1993; BREED, 1993; SOLOSKI, 1993). Afinal, o método jornalístico, por si só, é suficiente para se executar a cobertura desse caso tão particular? Ou melhor: a cobertura do caso foi como qualquer outra? Essa pergunta-chave servirá de guia para iniciarmos nossa análise.

O problema ocasionado ao repórter por “estar próximo demais” dos personagens da matéria nos levará a pensar, portanto, a cobertura – tema central da segunda parte dessa análise. Há um conjunto de textos no Observatório direcionados para a discussão do assunto, mas que se distinguem quanto ao enfoque. Alguns apontam a cobertura do caso Pimenta Neves/Sandra Gomide como evolução do jornalismo brasileiro; enquanto que outros a criticam como exceção injustificada, levada por um favoritismo para com o réu.

Em nossa terceira parte, trataremos do acontecimento como revelador de dilemas no âmbito da própria organização da produção da notícia. Ou seja, das relações nas salas de redação e as estruturas hierárquicas que permeiam o cotidiano dos jornalistas em seu lugar de trabalho. Aqui, as relações de poder que configuram o caráter industrial do jornalismo não são mais meras base da notícia, mas objeto questionado, incorporado, em última instância, à trama da qual fizeram parte Sandra Gomide, Pimenta Neves e os jornalistas do Brasil de modo geral.

4.1 O caso Pimenta Neves e o site Observatório da Imprensa

As discussões em torno do assassinato de uma jornalista por seu ex-namorado e chefe ganharam espaço singular no Observatório da Imprensa. Três “edições” do site, consecutivas ao crime, foram compostas praticamente apenas por textos dedicados ao debate do incidente. Algo nada usual, uma vez que o Observatório de propõe a abordar os mais diversos assuntos em seu espaço virtual, não dedicando costumeiramente edições inteiras a uma única temática.

Assim, apesar de ter havido a postagem de uma edição no dia da morte da jornalista, 20 de agosto de 2000, nela não constam relatos acerca do caso. Entretanto, pouco tempo depois, a mesma foi atualizada “de última hora”, no dia 25 do mesmo mês, sendo composta apenas por relatos referentes à discussão da cobertura do “caso Pimenta Neves” e de críticas ao modo como se organiza o trabalho jornalístico nas redações. Em 5 de setembro houve nova edição voltada para reflexões e lições em torno do caso, a qual, em 12 de setembro, foi atualizada “de última hora”, e novamente abastecida com textos em torno do caso. Dessa maneira, nosso material de análise é composto apenas por aqueles textos relacionados ao incidente; somando um total de 94 relatos, entre artigos e cartas. Alguns terão mais destaque porque perpassam todos os itens que se pretende discutir - a) o distanciamento; b) a cobertura; e c) as relações nas redações; outros porque apresentam argumentos mais complexos relacionados às nossas temáticas. Esses textos serão apresentados na íntegra no anexo II deste trabalho. Vale ressaltar que a atenção destinada ao debate em torno do caso demonstra que o assunto se tornou pauta para a discussão de questões particulares e privadas do jornalismo entre os profissionais do meio, alcançando dimensão ímpar expressa pela abundância de material disponível no site do Observatório.

O Observatório da Imprensa é um espaço coordenado por jornalistas dedicado à crítica de mídia (*media criticism*), sobretudo no que se refere à discussão de questões relativas especificamente ao jornalismo e à ética jornalística. Estrutura-se a partir de seções especializadas. O conjunto de textos que compõem nosso objeto empírico situa-se basicamente em duas dessas seções: O Circo da Imprensa, uma espécie de espaço editorial, “primariamente voltado para a exposição das concepções particulares do Observatório sobre questões relacionadas à ética e à responsabilidade social da imprensa” (ALBUQUERQUE, LADEIRA & SILVA, 2002, p. 172); e A Imprensa em Questão, “fórum de debates em torno do *media criticism*, com ênfase para os desvios éticos da imprensa” (idem). Esta última se divide em subseções, compostas por: a) artigos escritos para o Observatório; b) cartas enviadas por leitores do site; c) textos retirados de outras publicações (subseção intitulada “Aspas”).

São espaços compostos por textos escritos, em sua maioria, por jornalistas, mas também por outros agentes sociais, que fazem parte da audiência.

... é na condição de espaço plural, aberto à participação de diversos segmentos da sociedade que o *Observatório* pode clamar representá-la. Na prática, tal abertura tende a ser sufocada pela imposição de uma lógica editorial que hierarquiza os agentes e suas falas. (ALBUQUERQUE, LADEIRA & SILVA, 2002, p.186)

Apesar de propor ser um espaço polifônico, o Observatório tende, em certa medida, a reproduzir a lógica de produção das redações ao selecionar, enfatizar e hierarquizar aqueles discursos que julga serem mais pertinentes - assim como fazem os jornalistas em relação às notícias, ao valerem-se dos critérios de noticiabilidade. Se o *site* coloca-se *locus* aberto onde é possível expor opiniões, as mais variadas, sobre os produtos midiáticos, em especial o jornalismo, “ao que tudo indica, proporcionar um espaço para o debate em torno de questões relativas à ética jornalística não parece ser o bastante; é preciso conduzir esse debate, a fim de garantir que ele chegue a bom termo” (ALBUQUERQUE, LADEIRA & SILVA, 2002, p.187)

Dessa forma, o Observatório se configura em meio à ambigüidade, uma vez que há a intenção não apenas de discutir, como também educar sobre o jornalismo. O debate existe, mas se dá, sobretudo, entre pares. O caso Pimenta Neves é exemplar por propiciar uma repercussão nesse ambiente virtual que ultrapassa os limites propostos pelo site no que diz respeito à crítica de mídia, despertando discussões referentes a uma etapa anterior na produção da notícia, que envolve as relações intra-redação e entre jornalistas.

Apesar de feito prioritariamente por profissionais da imprensa, estes não ocupam mais a posição discursiva de contar (ou informar) algum acontecimento, mas de comentar os relatos e/ou, a partir do acontecimento, buscar um significado profissional. O caso Pimenta Neves, em especial, suscitou a seguinte indagação entre boa parte dos jornalistas que participaram do debate no site: “que lições podemos tirar desse incidente particular?”.

Verifica-se, assim, o surgimento de um processo de deliberação⁴⁵ a fim de buscar certa “moral da história”, uma lição para o crime que envolveu jornalistas em todos os ângulos da notícia.

⁴⁵ É importante ressaltar que deliberação envolve “a busca cooperativa para as soluções corretas em circunstâncias de conflito” (SHAPIRO, 2002, p.196), assim como uma troca argumentativa isenta de coerção.

Apesar da deliberação pública, nesse sentido, pretender alcançar um acordo racional, é provável que esta pretensão não tenha sucesso. A questão mais relevante é compreender a dimensão cognitiva da deliberação – a qual produz conhecimento de algum tipo (COOKE, 2000, p.948).

Ao questionarem suas rotinas, os jornalistas puderam não somente refletir, como também propor mudanças; uma forma válida de produção de conhecimento. Acreditamos, dessa maneira, que lançar luz sobre a troca de argumentos no Observatório relacionada ao incidente em questão nos ajuda a pensar o jornalismo; não mais a partir da notícia em si, mas sob a perspectiva dos profissionais que a produzem.

4.2 O problema do distanciamento

Crimes de sangue, com nuances passionais, fazem parte do cotidiano dos jornalistas. Para cobri-los, esses profissionais se valem de suas rotinas, como responder às perguntas do lead e o uso das fontes, de forma a atestar um relato objetivo e imparcial. Há, entretanto, casos capazes de colocar em questão esse distanciamento, por envolverem os jornalistas não apenas no papel de observadores, mas também como vítimas. É, por exemplo, o que houve em relação à morte, supracitada, de Tim Lopes. Brutalmente assassinado em uma comunidade pobre e violenta do Rio de Janeiro enquanto fazia uma reportagem, o jornalista teve sua biografia construída nos jornais de modo a ter valorizado seu trabalho no jornalismo investigativo. A estratégia, entretanto, não servia apenas para idealizar a imagem de Tim Lopes. O jornalista foi tomado como exemplo e símbolo de toda uma classe, e as narrativas acerca de seu assassinato tenderam a “reforçar a atuação dos jornalistas como policiais no combate à criminalidade, agindo em favor do ‘bem coletivo’” (CASTILHO, p.141, 2005). Nesse caso particular, o jornalista foi a vítima; e essa posição foi enaltecida nas páginas dos jornais, a partir de um “martírio” contado e recontado, de modo a enquadrar Tim Lopes como herói, em oposição a seu assassino, “bandido e vilão da história”, o traficante Elias Maluco.

No caso Pimenta Neves/Sandra Gomide, no entanto, é um jornalista que desempenha, além do papel de observador e de vítima, o de assassino. O caso é singular porque vítima e assassino eram colegas de profissão e, muitas vezes, conhecidos em primeira pessoa dos profissionais da imprensa. No caso de Sandra,

não houve nos textos do Observatório manifestação declarada de amizade ou de algum colega de trabalho que mencionasse que a conheceria. Apenas em um depoimento de nosso objeto identificou-se uma espécie de vínculo com a jornalista, quando a autora afirmou se identificar com a posição de "vítima" ocupada por Sandra em sistema que tenderia a ser o predominante nas redações brasileiras.

Antes do crime Sandra Gomide vinha sofrendo represálias e injustiças na redação, até seu desempenho profissional foi questionado. Neste ponto, **me identifiquei com ela, lembrando dos momentos em que fui vítima de arbitrariedades de chefes**. (Miriam Leitão, em Aspas do Observatório da Imprensa de 25 de agosto de 2000; grifo nosso)

Quanto ao assassino, são vários os textos no Observatório de jornalistas que conheciam ou trabalharam com Pimenta.

Pimenta era amigo de meu pai e o **conheço desde sempre**⁴⁶. (Cláudio Abramo, em A Imprensa em Questão do Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifo nosso)

Conheci o Pimenta há vinte anos, **trabalhei com ele** na 'Gazeta Mercantil' e tinha muito contato quando ele estava no Banco Mundial⁴⁷. (Miriam Leitão, em Aspas do Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

Até esta semana, perto de mim, jamais tinha visto uma pessoa se desfazer como este **amigo de 50 anos**, que se desconstruiu por razões que somente ele soube ou armou⁴⁸. (Ignácio de Loyola Brandão, em "Aspas" do Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifo nosso)

Pimenta Neves cometeu um delito gravíssimo pelo qual terá de pagar. Disse isso a ele na visita que me vi obrigado a lhe prestar, na condição de **alguém que o respeitava e admirava fazia 25 anos**, desde que Cláudio Abramo nos apresentou na Folha⁴⁹. (Otavio Frias Filho, em Aspas do Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifo nosso)

⁴⁶ Texto disponível na íntegra em anexo.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Idem

Todos os relatos acima pertencem a profissionais de renome na imprensa nacional. E nos ajudam a entender a proporção que o crime ganhou em meio aos jornalistas. Foi praticamente impossível não tecer comentários sobre o réu. Para alguns colegas, ele foi considerado exemplo de abuso de poder e tirania dentro das redações, demonstrando um comportamento generalizado por parte das chefias do jornalismo brasileiro (trataremos dessa temática de modo mais aprofundado na última seção deste capítulo); para outros, um exemplo de profissional. Palavras como “honradez”, “competência” são usadas para descrever o réu. Isso sem considerar o lado pessoal da vida de Pimenta, uma vez que, de acordo com alguns colegas “ele sempre foi, reconhecidamente, um bom jornalista, um homem com grande zelo, que preza muito a ética (...) foi e é um bom pai, um cidadão correto” (Roberto Müller Filho, em entrevista ao Observatório do dia 5 de setembro de 2000⁵⁰)

Não defendo o gesto de Pimenta. Mortes como a de Sandra tornam a vida feia, mergulham o mundo no escuro. No entanto, misturadas, me chegam imagens desencontradas do homem que saía do Cine Odeon, em Araraquara, em nossa adolescência, ansioso por fazer filmes, criar arte. Esse foi um de seus sonhos. Não fez, foi por outros caminhos e foi brilhante no que fez. Ou o homem que carregou docemente por anos a imagem de uma apaixonada de juventude.

(...) Imagens me vinham.

Pimenta e eu saindo de Washington, porque ele queria revelar-me o fascínio do Vale de Shenandoah, o mesmo de um filme em technicolor que nos encantara.

Ou passeando por museus de Washington para me mostrar pinturas que o tocavam. A beleza o emocionava. O Pimenta que me enviava livros, ou vídeos raros ao Rodolfo Konder. O homem que, nas viagens de volta ao Brasil, quando estava no Banco Mundial, pedia aos amigos de Araraquara que organizassem um reencontro com a turma de classe. A imagem que me vem é a do futebol do curso científico, quando Bazani, já um craque na Ferroviária, fazia longos lançamentos para a ponta, obrigando o Pimenta a xingar, correr e a saltar feliz com o gol que o meio-de-campo lhe dera.

Enquanto escrevo, ele está no hospital, em coma induzido, com a polícia na porta à sua espera. Ao destruir, ele se destruiu. (Ignácio de Loyola Brandão, em *Aspas do Observatório da Imprensa*, 5 de setembro de 2000.)

São relatos que tendem a humanizar ainda mais o criminoso em meio aos debates do Observatório. Percebe-se a proximidade e os laços, de anos, que

⁵⁰ Texto disponível na íntegra em anexo.

ligavam o réu a muitos de seus colegas. Pimenta estava no jornalismo havia décadas. Alcançou cargos de chefia. Assim como ele, muitos de seus amigos de início de carreira também eram chefes em grandes veículos de imprensa, jornalistas com o poder e a responsabilidade de decidir que matérias seriam veiculadas e sob qual enfoque. Muitos desses jornalistas, apesar de condenarem o ato que levou à morte da vítima, saíram em defesa do réu, lembrando que, antes do assassino, existia um bom ser humano.

A proximidade com o caso representou um dilema profissional: afinal, é possível fazer uma cobertura distanciada de um crime que envolve personagens tão próximos dos repórteres e editores que produziram as respectivas matérias? A dúvida foi apontada pelos próprios jornalistas, como destacam Miriam Leitão e Alberto Dines:

A cobertura da imprensa foi prejudicada por uma certa paralisia, os jornalistas ficaram abalados, um pouco sem saber lidar com um caso tão próximo. (Miriam Leitão, em *Aspas do Observatório da Imprensa* de 5 de setembro de 2000)

Jornalistas acostumados a colocar-se acima das paixões, **treinados no penoso mister de distanciar-se dos eventos transcendentais para avaliá-los com frieza, estão perplexos** diante de uma história tão velha e tão trágica quanto a própria condição humana⁵¹. (Alberto Dines, em *O Circo da Imprensa do Observatório da Imprensa* de 25 de agosto de 2000; grifos nossos)

Assim, houve um embate entre treinamento e humanidade, considerando-se o primeiro termo equivalente ao método, ao distanciamento que leva à objetividade jornalística; e o segundo ao lado humano dos jornalistas, que **conheciam** os envolvidos no crime o qual, portanto, tornou-se difícil de ser examinado com a frieza exigida. Um crime caracterizado, portanto, como excepcional pelos próprios responsáveis pela cobertura porque “não está previsto nos manuais”, termo utilizado pelo editor do *Observatório da Imprensa* ainda no mesmo texto supracitado, o primeiro dedicado ao incidente.

⁵¹ Texto disponível na íntegra em anexo.

Um dado interessante é que alguns poucos relatos chegam a cobrar o distanciamento, por notarem a ausência desse quesito indispensável ao jornalismo tal qual é normativamente praticado no Brasil.

“A decisão de jornais de publicar o currículo de Pimenta e nenhuma palavra sobre quem era Sandra, no primeiro dia, se deu porque eram jornais amigos. Corporativismo mesmo. Ele teve acesso direto aos donos de jornais e ela não. A apresentação do currículo é como se a imprensa dissesse: infelizmente hoje aconteceu um crime envolvendo um diretor de redação de um grande jornal... isso não faz sentido.” (Augusto Nunes, em *Aspas do Observatório da Imprensa* de 25 de agosto de 2000.)

Entretanto, a abordagem predominante nos textos disponíveis no Observatório aponta para o problema do distanciamento sob uma outra perspectiva: não por sua falta, mas como forma de justificar uma cobertura que não poderia ser como qualquer outra, uma vez que os envolvidos eram conhecidos “íntimos” da imprensa em geral.

No caso Pimenta ocorreu algo inédito na imprensa recente. O autor do assassinato era conhecido de grande parte dos jornalistas, tinha nome, era um profissional de reputação ilibada (apenas comprometida pelos privilégios profissionais concedidos à namorada). Até o crime nada havia em sua vida que explicasse sua conduta. Portanto ficou impossível recorrer-se aos velhos modelos do vilão de história em quadrinhos⁵². (Luís Nassif, em *Aspas do Observatório da Imprensa* de 5 de setembro de 2000)

Ou seja, para Nassif e tantos outros colaboradores que se manifestaram por meio do site, não seria possível agir de maneira semelhante a casos como o da morte de Tim Lopes, nos quais o assassino pôde ser rotulado de “vilão” ou “bandido”. Os debatedores do Observatório são unânimes ao afirmar que não é viável haver distanciamento. Ao caso não caberia ser abordado como um crime comum simplesmente porque, aos olhos de quem olha (ou seja, os próprios jornalistas), ele fugiu às regras.

Sendo assim, por se conhecer o réu, foi preciso mudar o discurso a fim de justificar uma quebra de conduta por parte dos jornalistas. Logo, o caso Pimenta Neves/Sandra Gomide pode ser entendido como uma exceção à objetividade, uma vez que o método jornalístico, no que concerne ao distanciamento, mostrou-se insuficiente nesse incidente, pois o “réu” - e não somente a vítima - era alguém

⁵² Texto reproduzido na íntegra em anexo.

familiar aos jornalistas. É justamente a partir da revelação desse “desvio de conduta” que se produz uma demanda por esclarecer quais seriam, afinal, as regras válidas (ou não) para se produzir uma cobertura adequada. Por detrás dessa espécie de “perfil” do réu, presente não apenas nas matérias sobre o caso (como vimos em no capítulo anterior), mas principalmente nos artigos e cartas que expressam a opinião dos jornalistas, podemos identificar uma tentativa de justificar ou condenar a cobertura dispensada pela mídia a esse incidente em especial. O que tende, por fim, a reforçar autoridade dessa comunidade específica enquanto comunidade interpretativa.

4.3 Cobertura nada usual... mas válida?

Boa parte das publicações no Observatório relaciona-se à cobertura do caso Pimenta Neves/Sandra Gomide. Em tempo, ressalta-se, que como ocorre com a temática do distanciamento tratada acima, a tendência geral dos relatos presentes no site é tratar de mais de uma temática, misturando-as, o que torna pouco válida uma análise quantitativa.

Poderíamos, em tese, dividir os textos presentes no site sobre a cobertura destinada ao caso em uma *cobertura como qualquer outra* e *cobertura excepcional*. A primeira posição, como se verificou em nossa análise e embora menos ressaltada, aponta para uma cobertura sensacionalista “como sempre” ou de costume na imprensa. Nela, o assassino tenderia a ser pré-julgado nas páginas jornais, recebendo um “veredicto” imediato, antes mesmo de condenado pela lei (SFEITER, 2004), muito em virtude dos curtos prazos a que estão submetidos (DARNTON, 1990; GANS, 1980; FISHMAN, 1990; TUCHMAN, 1978).

Acho que **boa parte da imprensa foi leviana, invasiva, parcial e sensacionalista**. Sem dúvida, alguns órgãos se comportaram bem, registraram os fatos, ouviram e deram igual destaque às partes envolvidas e levaram em conta os aspectos médicos e psiquiátricos do caso. (...) A meu ver, essa **volúpia sensacionalista prejudica, é óbvio, o réu; mas prejudica muito mais o andamento da Justiça**. (Roberto Müller Filho em entrevista ao Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

Já a segunda foi validade por relatos que apontaram unanimemente para um procedimento excepcional da imprensa brasileira. E isso se deu justamente porque, o objeto é diferente e não proporcionou o distanciamento necessário, em virtude de

uma relação muito próxima entre os jornalistas responsáveis por mediar ou relatar o acontecimento, a jornalista vítima e o jornalista réu.

Essa “excepcionalidade”, por sua vez, foi considerada pelos debatedores sob duas perspectivas distintas: a) a cobertura aponta para uma mudança positiva no comportamento dos jornalistas e, assim, é antes uma evolução do que uma exceção em relação à prática usual; b) ela não se justifica, uma vez que a proximidade que impossibilitou um distanciamento do caso levou ao favorecimento (em geral, do réu), gerando uma cobertura parcial.

O que justifica a cobertura excepcional para os jornalistas participantes do Observatório é a perspectiva de que aprendizado que ela traz consigo. Esse se concretiza a partir na medida em que, conforme esse ponto de vista positivo acerca da cobertura, os jornalistas teriam evitado os relatos sensacionalistas, buscando mostrar o lado humano dos envolvidos; e não “vilões de histórias em quadrinho”.

É curioso o caso Pimenta Neves. **Pela primeira vez a imprensa conferiu a um episódio dessa natureza um tratamento absolutamente profissional.** (Luís Nassif, em Aspas do Observatório da Imprensa de 5 de setembro de 2000; grifo nosso)

A cobertura pôde ser caracterizada enquanto evolução porque esse profissionalismo do qual Nassif fala evita alguns erros do passado recente da imprensa.

Os jornalões de São Paulo fizeram o que sempre deveria ser feito. Tratar suspeito como suspeito. Mas não é sempre assim. No caso, um ilustre jornalista, mesmo diante de vários relatos, foi tratado como suspeito. Os cidadãos comuns deveriam receber o mesmo tratamento no dia-a-dia das redações. Não raras vezes, uma simples suspeita serve para derrubar toda uma história particular de vida. **Que todos sigam o exemplo deste assassinato. Vale lembrar o triste caso da Escola de Base.** (Carta ao Observatório da Imprensa, 25 de agosto de 2000; grifos nossos)

O caso da Escola de Base é um fantasma que ainda ronda as redações brasileiras e representa um exemplo de mau jornalista, carregado por nuances sensacionalistas e que levou a um julgamento equivocado dos réus. O incidente, ocorrido em 1994, diz de uma série de reportagens apontando os donos e alguns funcionários de uma escola primária em São Paulo em

envolvimento em abuso sexual de crianças. A divulgação do caso levou à depredação e consecutivo fechamento da instituição e os donos da Escola de Base chegaram a ser presos. O inquérito policial foi arquivado por falta de provas, mas os danos já haviam sido causados em virtude da grande repercussão negativa, o que levou alguns órgãos da imprensa a serem condenados a pagar indenização aos acusados.

Dessa forma, ao construir uma abordagem que contemple o lado humano do réu, os jornalistas acreditam evitar pré-julgamentos. Como é sabido, a objetividade pressupõe um conjunto de rituais estratégicos, os quais incluem ouvir e citar os dois lados da notícia (TUCHMAN, 1993).

Do conjunto de reportagens sobre o tema foi possível compor todas as facetas de sua personalidade (de Pimenta Neves), do profissional competente ao chefe que beneficiava a namorada, do pai de família amoroso ao amante possessivo, da pessoa solitária e fechada ao chefe de redação arrogante.

Fugiu-se do estereótipo primário do vilão consumado, o sujeito que só tem defeitos e nenhuma qualidade, mais propício a histórias em quadrinhos do que a reportagens de nível.

É evidente que, expostos todos os ângulos, houve quem se desagradasse com partes do perfil. Houve também quem lembrasse que uma pessoa humilde não receberia o mesmo tratamento, logo seria acusada de assassina.

Incorre-se em uma deturpação do conceito de igualdade. Todos devem ser iguais perante a lei e a opinião pública no respeito aos seus direitos, não no desrespeito. (Luís Nassif, em *Aspas do Observatório da Imprensa* de 5 de setembro de 2000)

Assim, vítima e réu deveriam ser, via de regra e até provado legalmente o contrário, iguais; e, portanto, tratados dessa maneira. Mais que isso: embora pareça contraditório, foi justamente a proximidade com a vítima e o réu (ou seja, a falta de distanciamento), que possibilitou a construção de relatos objetivos, considerando-se que Pimenta Neves foi tratado como suspeito até confessar o assassinato da ex-namorada; e passou, depois disso, a acusado (a palavra assassino praticamente não foi usada para classificá-lo). Dessa forma, o réu só foi humanizado porque era alguém bastante conhecido da classe jornalística, sobretudo das chefias responsáveis pela tomada final de decisão.

Pimenta Neves é tratado na matéria como "suspeito" do crime – isso apesar do relacionamento tumultuado dele com a vítima, das ameaças deixadas na secretária eletrônica de Sandra Gomide, do testemunho de diversas pessoas que estavam no haras etc. E a condição de "suspeito" não é dita diretamente pelo jornal (o *Estadão*), mas numa citação de palavras do irmão da vítima. **A mesma cautela em tratar Pimenta Neves como "suspeito", "suposto assassino", "acusado" foi observada em outros meios de comunicação. Há algo de errado nisso? Muito pelo contrário. A cobertura sem emocionalismo, discreta, até certo ponto "fria", do caso Pimenta Neves–Sandra Gomide deveria ser a norma de procedimento da imprensa em situações semelhantes.** (...) (Carta ao Observatório da Imprensa, 25 de agosto de 2000; grifo nosso)

Entretanto, relatos concebidos por alguns jornalistas como prejudiciais ao o réu foram classificados de sensacionalistas. Ou seja, um jornalismo que representaria a antítese do jornalismo considerado “sério” e objetivo, sendo os jornais que seguem essa linha “rotulados por uma tendência de publicação de mensagens desacreditadas e sensacionalistas, nas quais a violência e o sexo quase sempre são os temas explorados” (PEDROSO, 2001, p.47).

Ao afirmarem que a cobertura foi excepcional, os jornalistas tenderam a considerá-la uma evolução do jornalismo brasileiro para lidar com casos “especiais”, que causam comoção e indignação, ao menos em um momento inicial (conforme pareceu à imprensa em geral o caso da Escola de Base, num primeiro olhar). E é por essa razão que boa parte dos comentaristas avaliou essa cobertura positivamente. Porém, os relatos que apontavam para o réu enquanto assassino (construindo a imagem de um “monstro”, nas palavras de Loyola Brandão) demonstraram, segundo essa mesma perspectiva, que o jornalismo brasileiro ainda não evoluiu bastante...

...discordo da noção, que começa a prevalecer, de que o assassino está sendo favorecido. A maior parte das versões divulgadas proveio da acusação e de pessoas ligadas a Sandra Gomide. O assassino não se manifestou, exceto em depoimento editado com notória má-fé contra ele. As revistas – capa em todas elas – **pintaram-no como vilão rematado. A TV se entregou prazerosamente a seu linchamento moral.** (Otávio Frias Filho, em *Aspas do Observatório da Imprensa* de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

Um outro olhar, porém, aponta justamente para a noção da qual discorda Frias Filho. Há vozes no observatório que, apesar de atestarem a

“excepcionalidade” da cobertura, afirmam que a mesma é injustificada, uma vez que houve favoritismo para com o réu. Isso se constitui um delito grave, que aponta para a quebra total da objetividade jornalística, uma vez que um lado estaria sendo beneficiado em detrimento do outro. Ou melhor, nesse caso, é o assassino, e não a vítima a ser humanizado e tornar-se protagonista dos relatos.

Causa-me profunda indignação a abordagem de determinados veículos de comunicação – em especial o jornal Folha de S.Paulo e o site Folha Online – na cobertura do bárbaro e covarde crime praticado pelo ex-diretor de redação do Estadão Antônio Pimenta Neves, contra a repórter Sandra Gomide. Neles, de forma repugnante, há uma insinuação explícita de que a vítima era, antes de tudo, uma alpinista social, que se aproveitou do interesse do apaixonado diretor para galgar posições e defenestrar desafetos nas redações por onde trabalhou, fazendo questão inclusive de afirmar o acesso e o prestígio que tinha com o diretor.

Lamentavelmente, Sandra Gomide não está mais entre nós para se defender de abordagens para lá de preconceituosas e difamatórias contra a sua memória. Não houve sequer preocupação em ouvir outras fontes, inclusive ex-namorados e colegas, que talvez tivessem versão diferente sobre o comportamento da jovem jornalista, sem se esconder no anonimato⁵³. (Alexandre Caetano, em A Imprensa em Questão do Observatório de 5 de setembro de 2000)

Relatos que caracterizam a um favoritismo de réu demonstrando, portanto, uma involução da imprensa no Brasil, porém, não são predominantes no Observatório no que diz respeito à *cobertura*. A crítica que se faz, por outro lado, apontando para um problema mais profundo. As coberturas que tenderam ao favorecimento do chefe de redação seriam apenas fruto de uma questão mais abrangente e problemática, incrustada no íntimo dos jornalistas - as relações profissionais e hierárquicas presentes nas redações que cercam o exercício da profissão, como veremos no tópico seguinte.

4.4 “Egotrip jornalística”: o incidente como revelador do cotidiano das redações

Boa parte do debate desencadeado a partir do caso Pimenta Neves/Sandra Gomide no Observatório da Imprensa referiu-se ao dia-a-dia das redações. A partir

⁵³ Texto disponível na íntegra em anexo.

desse incidente crítico, os jornalistas se colocaram a repensar a profissão a partir de suas bases. O acontecimento funcionou, desse modo, como um revelador da estrutura inerente ao fazer-jornalismo, o qual envolve o autoritarismo por parte dos profissionais ocupantes de cargos de chefia.

O comportamento do senhor Pimenta Neves não é único nas redações. Há uma série de tiranos que adotam comportamentos pautados muito mais em critérios pessoais do que profissionais. (...) As empresas jornalísticas é que devem rever suas estruturas hierárquicas, seus critérios profissionais e o poder tirânico que concedem a determinadas pessoas. (Alexandre Caetano, em A Imprensa em Questão do Observatório de 5 de setembro de 2000)

Assim, mais do que questionar essas relações, os jornalistas apóiam-se sobre o crime cometido por Pimenta para denunciar as “tirantias” presentes no interior das redações, bem como o uso desse poder como forma de beneficiar alguns profissionais em detrimento de outros.

Um caso de crime passional em nosso meio e logo lembramos daquela demissão que veio de cima, inexplicável, para retirar um colega competente que trabalhava na mesa ao lado. E também vêm-nos à memória aqueles colegas que, surpreendentemente, tendo a mesma idade e o mesmo tempo de trabalho, e não maior habilidade para escrever um texto do que outros de nós, subiram rapidamente em carreiras meteóricas rumo à posição de chefes ou repórteres especiais, com salários altíssimos⁵⁴. (Cláudia Rodrigues, em A Imprensa em Questão do Observatório de 5 de setembro de 2000)

Como já dissemos em momentos anteriores deste trabalho, a ascensão profissional por mérito é vista com bons olhos pelos pares; porém, aquelas consideradas como “beneficiamento” porque o sujeito é amigo ou amante do chefe são condenadas (GANS, 1980). Ok, pode-se afirmar que é assim em qualquer profissão. Entretanto, o questionamento por parte dos jornalistas é recorrente; e somente o é porque a prática de ascensão profissional por “outros méritos” é ainda bastante comum nas salas de redação.

Logo, a proposta seria menos discutir a forma como se faz a cobertura (porque pode ser executada de forma correta) do que as relações intra-redação. A culpa pela morte de Sandra Gomide recai com menos peso sobre os ombros de Pimenta Neves. A tragédia, como gostam os jornalistas de rotular, foi, na verdade,

⁵⁴ Texto disponível na íntegra em anexo.

resultado de relações de trabalho. É no ambiente das redações que se nutrem os egos dos “grandes jornalistas”, onde o poder é exercido a ponto dos superiores hierárquicos se considerarem praticamente donos dos jornalistas em posição inferior.

Mas o crime, o caso da jornalista assassinada por um ex-chefe e ex-namorado, causa espanto. E o espanto é maior quando **associamos a morte da colega ao microcosmos doentio de uma grande redação**. O espanto se torna gigantesco quando percebemos que **o sistema de funcionamento do órgão, o jornal, tem tudo a ver com o que aconteceu**, mesmo que o caso de dezenas de outras Sandras e Pimentas não chegue a um final tão trágico.

O que aconteceu na redação do Estadão, antes do crime, não é um caso isolado, e traduz muito bem, nesse microcosmos do universo jornalístico, o macrocosmos de desigualdades, corrupções, bajulações, concessões e disputas pelo poder. (Cláudia Rodrigues, em *Imprensa em Questão* de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

Assim, o que qualquer jornalista sabe e que, por não estar estampado no produto final de seu trabalho (ou seja, as páginas, sons ou imagens dos jornais), o público desconhece, ganha visibilidade a partir de ~~Se~~ caso de sangue singular. Há uma hierarquia nas redações e as relações de poder – e posse – fazem parte das regras não escritas da profissão. Mais do que um homem ter matado uma mulher, foi um diretor de redação que matou uma editora; que também fora sua namorada.

Essas relações viciadas, porém, ultrapassam o âmbito amoroso, por assim dizer. São praticamente coisa ensinada de geração para geração. Lembremos que os grandes jornais do Brasil são negócios familiares. Assim procura-se manter o exercício do poder em família, entre pessoas próximas, fiéis e bem quistas aos donos da empresa jornalística.

O crime em questão, no final das contas e levando-se em consideração a perspectiva dos próprios jornalistas, foi uma consequência lógica do autoritarismo.

Dois anos atrás, o Observatório da Imprensa publicou um artigo meu intitulado "Carta aberta aos jornalistas – Os novos bárbaros", no qual eu chamava atenção para a expansão avassaladora do poder imperial, por parte dos chefes, no ambiente das redações. Manifestava estupefação diante do exercício narcisista do mandonismo desbragado, que, se não convém a nós, jornalistas, tampouco convém aos patrões, como é fácil observar agora no caso dos Mesquita, e muito menos aos leitores.

Alertava para a necessidade de se pôr cobro ao autoritarismo das chefias, que se acreditam acima do bem e do mal, e propunha, a exemplo do que ocorre em países do Hemisfério Norte, que se cortem as asas do arbítrio. Sugeria a criação de critérios explícitos e de instrumentos de decisão que removam o poder absoluto dos chefes. **Para o pesar de todos, vê-se agora, no caso Pimenta Neves, que infelizmente minhas observações pareciam pertinentes.**

Ir até o fundo da questão, no caso, implica que se repense a maneira como se exerce a autoridade nas redações. O mando a bel-prazer é uma ameaça a todos; não apenas pelo fato de mandar, mas porque, mandando, inibe-se a capacidade de discernimento e de reação por parte das vítimas, que, se não morrem de tiro, como Sandra, morrem um pouco a cada dia, adubando com sua defecção o terreno em que medram Pimentas. (Alexandre Caetano, em A Imprensa em Questão do Observatório de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

É como se os jornalistas dissessem: “a questão não está no produto de nosso trabalho, os jornais; está num momento anterior, ainda na linha de montagem. É algo que precisa ser revisto. Entretanto, esse caso excepcional nos uniu enquanto classe e, mais do que nunca, trabalhamos com competência”. Ainda sob a perspectiva dos próprios jornalistas, o problema foi identificado. E encontra-se no interior das redações.

Mas o problema real não reside propriamente nas hierarquias e, sim, naqueles jornalistas que apenas “fazem parte do jogo”, sem merecerem ocupar os cargos.

Jornalismo é uma atividade que, por suas características, exige uma estrutura vertical, ágil, disciplinada. Estas características orgânicas e intrínsecas não devem impedir a introdução de ferramentas consensuais num nível decisório menos imediato. Imperioso lembrar que o Caso Pimenta Neves respingou na imprensa inteira. (...) No conjunto, a mídia está oferecendo uma cobertura razoavelmente objetiva, mas **a questão vai além da cobertura: embute-se num modo de produção imperial, ultrapassado.**

A questão do comando das redações brasileiras não pode ficar reduzida a nomes, sobrenomes, sexo, faixa etária ou atributos individuais. É preciso pensar na modernização do sistema para que o produto seja melhor. Mais confiável⁵⁵. (Alberto Dines, O Circo da Imprensa do Observatório de 5 de setembro de 2000; grifos nossos)

Por outro lado, como é possível perceber com base no trecho acima, o autoritarismo é concebido como algo positivo e necessário pelos próprios jornalistas, caso não se ultrapasse as tênues fronteiras do profissionalismo. Disciplina,

⁵⁵ Texto disponível na íntegra em anexo.

comando e, logo, obediência aos superiores fazem, pois, parte do processo de produção da notícia. Dessa forma, as hierarquias são elaboradas enquanto algo inerente à prática profissional. Os jornalistas estariam, por sua vez, afirmando seu profissionalismo e autoridade ao rechaçarem as escolhas arbitrárias dos dirigentes dos jornais e afirmarem o mérito como condição para solucionar o problema do comando nas redações - ou, nos termos do próprio Dines, a valorização dos “talentos”, antes desperdiçados. O favoritismo encontrado nas coberturas apontadas como injustificadas seriam proveniente dessa forma de jornalismo “ultrapassada e imperial”, em que seus dirigentes deveriam ser depostos e dar lugar aos “bons” jornalistas.

Sendo assim, o caso pode ser encarado como um incidente crítico, em que os membros da comunidade jornalística contestam e renegociam seus próprios padrões de ação. Mas também em que reafirmam sua autoridade enquanto intérpretes autorizados da realidade (ZELIZER, 1992). A afirmação dessa autoridade jornalística consiste no convencimento argumentativo de que são capazes de produzir relatos considerados objetivos, ao “darem voz ao réu”, apesar de imersos em um acontecimento tão próximos. E, para além disso, e a despeito de algumas exceções, atestam terem construído um relato que demonstra evolução profissional, ao “evitar e aprender com os erros do passado”. Tal procedimento indica que o debate em torno do incidente procurou, em suma, reivindicar e reafirmar a posição dos jornalistas no papel de mediadores legítimos entre a sociedade e o mundo da vida.

CONCLUSÃO

Pimenta Neves “sempre foi, reconhecidamente, um bom jornalista, um homem com grande zelo, que preza muito a ética. Tem duas belas filhas, gêmeas, foi e é um bom pai, um cidadão correto”. O trecho entre aspas já foi mencionado no capítulo anterior deste trabalho, extraído de uma entrevista concedida pelo jornalista Roberto Müller ao Observatório da Imprensa. E exemplifica bem o grau de proximidade que havia entre o réu e os responsáveis pela cobertura jornalística do caso – o que, a nosso ver, afetou profundamente o modo como os relatos em torno desse crime envolvendo jornalistas foram construídos na imprensa. A análise das matérias em torno do caso presentes na Folha Online apontam para uma cobertura parcial, apesar de os próprios jornalistas afirmarem o contrário no debate paralelo travado no site do Observatório da Imprensa.

Percebe-se um comportamento que vai de encontro ao lugar geralmente ocupado pelos jornalistas, de guardiões da ordem moral; em que um criminoso confesso, que matou a vítima pelas costas, seria, ao menos, enquadrado como “assassino”; ao contrário do que ocorreu em relação a Pimenta Neves. Um caso em que o réu teve as qualidades ressaltadas enquanto profissional, pai e amigo, de modo a humanizá-lo. Nesse procedimento “atípico” da imprensa, houve uma desproblematização do crime cometido, tendo os jornalistas se eximido de produzir relatos que conduzissem a um julgamento moral do criminoso.

Logo, a cobertura foi parcial por não mostrar os dois lados da notícia, não apenas tendendo para um lado: o da “positivação” do assassino, mas também pelo apagamento da vítima, ou mesmo sua “negativação”. Ao contrário de Pimenta, as qualidades profissionais de Sandra, além de menos destacadas, foram colocadas em questão. Nos relatos da Folha Online, paira a dúvida quanto à competência da jornalista, que teria sua ascensão profissional vinculada ao relacionamento com Pimenta. Ele é o homem de poder, um diretor de redação. Ela, sua subalterna, que o teria traído “pessoal e profissionalmente”.

A falta de distanciamento em relação aos envolvidos na trama relatada na imprensa, portanto, se transforma em problema. Propomos que o caso foi revelador de uma naturalização da hierarquia existente nas redações, o que conduziu a essa cobertura parcial, apesar de, em boa medida, elogiada pelos próprios jornalistas por ser vista como “equilibrada”, em que o réu não teria sido tratado de forma “sensacionalista”, como um “vilão de histórias em quadrinho”. Porém, o cuidado do qual teria se revestido a imprensa para a produção de uma cobertura anti-sensacionalismo, evidenciado nos argumentos divulgados no Observatório da Imprensa, demonstra menos uma preocupação em se evitar os erros do passado (para não se recair em casos como o da Escola Base) e mais um produto da proximidade para com os envolvidos, de um conhecimento tanto da vítima como do réu - e principalmente do réu - em primeira pessoa.

Entretanto, a humanização do réu, a despeito do apagamento da vítima, demonstra mais que a ausência de distanciamento, mas a concessão de exceções aos critérios de objetividade e imparcialidade jornalísticos. Os jornalistas, sobretudo aqueles em cargo de chefia e com vasta experiência profissional no currículo (como demonstramos verificamos através do depoimento de Cláudio Abramos), possuem não somente autoridade para definir o que é notícia e qual angulação esta deve adotar; mas seu julgamento estaria acima da própria objetividade para os profissionais brasileiros. Porque para esta há exceção; enquanto o mesmo não se pode dizer em relação à autoridade hierárquica dos chefes. O comando vertical, portanto, se coloca acima dos demais rituais estratégicos. Uma forma de trabalho já interiorizada por boa parte dos profissionais das redações.

O tratamento destinado pela imprensa à vítima, por outro lado, se deveu, em boa medida, por ela ter sido assassinada não por um “qualquer”, mas por seu ex-chefe... Ela foi “apagada” para que o réu fosse enquadrado positivamente. Somado a isso está o fato dele também ser ex-namorado de Sandra. Um relacionamento condenado pelos jornalistas. Pimenta Neves fez sua história como jornalista, construiu sua carreira, “tinha um currículo exemplar”. Disso, tanto os relatos na Folha Online, quanto os depoimentos no Observatório não deixam dúvidas. Sandra, porém, poderia ter se beneficiado da relação extra-profissional para se promover como jornalista, algo condenado pelos demais colegas.

O debate em torno do caso promovido pelos próprios jornalistas, mais do que questionar, traz consigo uma “pedagogia do jornalismo”, uma vez que o que se pretende é aprender com “as lições que o crime traz”. Ao contrário do que declararam muitos profissionais, o caso não levou a uma evolução da prática jornalística. Na verdade, essas lições apontam para um jornalismo que tende a reproduzir, em seu noticiário, a estrutura interna da redação, que reside numa autoridade baseada na hierarquia profissional.

Se, de um lado, os jornalistas se colocam enquanto mediadores legítimos da realidade para o público, através da afirmação de um trabalho realizado de modo objetivo; o caso leva ao questionamento dessa competência profissional entre os membros da própria comunidade jornalística. Obrigados a rever as normas e os conceitos internos de trabalho, os jornalistas acabam por reafirmá-los. E, ao fazerem isso, deixam transparecer o que, talvez, haja de mais revelador do modo como a atividade jornalística é exercida na prática no Brasil: os procedimentos que, segundo os jornalistas, conferem objetividade aos relatos são, sim, importantes e devem ser levados em conta na produção da notícia; porém, o que realmente guia seu trabalho são os vínculos de poder existentes dentro das redações. Ou seja, a autoridade jornalística, para os próprios jornalistas, reside menos em se dizerem e procurarem ser objetivos e mais em se afirmarem capacitados e qualificados para exercê-la. “As coisas são assim porque devem ser, porque alguém diz – e tem poder – para assim decidir”. Um poder que, em última instância, é distribuído desigualmente dentro das redações, entre os próprios profissionais responsáveis pela produção da notícia.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Folha Online - 20 de agosto a 8 de setembro de 2000; 11 a 14 de setembro de 2000; 16 a 20 de setembro; 24 a 28 de setembro de 2000; 3; 5; 10 e 31 de outubro de 2000; 1 e 13 de novembro; 7 e 14 de dezembro de 2000; 23 e 24 de março de 2001.

Arquivo de matérias disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ibiuna.html>> (último acesso em dezembro de 2008)

Observatório da Imprensa - 20 e 25 de agosto; 5 e 12 de setembro de 2000.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arquivo/inde20082000.htm>>;
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arquivo/inde05092000.htm>> (último acesso em dezembro de 2008)

Livros e Artigos

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (orgs). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003, 397 p.

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBUQUERQUE, Afonso. A mídia como "Poder Moderador": uma perspectiva comparada. In: **XVII Encontro Anual da COMPÓS**, 2008, São Paulo. Anais da XVII Compós, 2008.

_____. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. **E-Compós**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 1, p. 1-14, 2004.

_____. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. **Contracampo** (UFF), v. 14, p. 71-91, 2006.

_____. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação n.4, 2007, p.23-57.

ALBUQUERQUE, A. ; LADEIRA, J. D. M. ; SILVA, M. A. R. Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXV, n. 2, p. 166-183, 2002.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo, Brasília: Editora UNB e Hucitec, 1993.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BREED, Warren. Controlo Social na redacção. Uma análise funcional. In: Nelson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 152-166.

CAMPBELL, Richard. **60 Minutes and the news**: a mythology for Middle America. Urbana & Chicago: University of Illinois Press. 1991. Trad. para o português de Albuquerque. Rev. téc. De A. de Albuquerque.

CAREY, James W. A Short Story of journalism for journalists: a proposal and essay. In: **Press and Politis** v. 12, n.1, p.3-16, winter 2007.

_____. Communication as culture: essays on media and society. Boston: Unwin Hyman [c1989]. xiii, 241p. **Introduction**, p.1-9. Trad. para o port. de MTGFA. Rev. técn. A. de Albuquerque.

_____. Communication as culture: essays on media and society. Boston: Unwin Hyman [c1989]. xiii, 241p. Part.I, cap. 1: **A cultural approach to communication**. Trad. para o port. de MTGFA. Rev. técn. A. de Albuquerque.

_____. Why and how. The dark continent of American Journalism. In: MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael, eds. **Reading the news**: a pantheon guide to popular culture. New York: Pantheon Books, 1987. 245 p. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

CARLSON, Matt. War Journalism and the “KIA Journalist”: the cases of David Bloom and Michael Kelly. **Critical Studies in Media Communication**, v.23, n.2, p.91-111, June 2006.

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. In: **European**

Journal of Communication, London [etc], v.11 n.3, p.303-326, 1996. Trad. para o port. por MTGF de Albuquerque. Rev. de A. de Albuquerque.
COOKE, MAEVE. Five arguments for Deliberative Democracy. *Political Studies*, n.48, 2000.

DARNTON, Robert. Jornalismo : toda a história que couber a gente publica. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENTMAN, Robert. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, p. 6-27, Autumn 1991. Trad. De MTGF de Albuquerque e de FFL de Albuquerque. Rev, téc. de A. de Albuquerque.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretative communities. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press. 1998.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing news**. Austin: University of Texas Press, 1990.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time. New York: Pantheon books, 1980.

_____. **Deciding what's news**: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time. New York: Pantheon books, 1979. 393 p. cap.4, p.116-146. Trad. de MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de Denis Moraes e A. de Albuquerque. {PRIVATE}

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making & unmaking of the new left. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque. {PRIVATE}

GLASSER, Theodore L. & ETTEMA, James S. Investigative journalism and the moral order. In: **Critical perspectives on media and society**, ed. By Robert K. Avery and David Eason. New York & London: The Guilford Press [c1991]. 417p. cap.9, p.203-225. Trad. Para o português por MGTF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, vol.II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.57- 121, 2003.

HACKETT, Robert A (1993). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos. In: In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 101-132.

HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo. Commercialism and Professionalism in the American News Media. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (orgs.). **Mass Media and Society**. London: Hodder Arnold, 1996.

_____. **Comparing media systems**: three models of media and politics. Cambridge, New York etc. Cambridge University Press [2004]. xv, 342p. 1. Introduction, p.1-17. Trad. para o port. de MTGFA. Rev. técn. A. de Albuquerque.

_____. Falando do Presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. . In: Nelson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 101-132.

HINDMAN, Elizabeth Blanks. Jayson Blair, *the New York Times*, and paradigm repair. **Journal of Communication**, p.225-239, June 2005.

JAKUBOWICZ, Karol. From party propaganda to corporate speech? Polish journalism in search of a new identity. In: **Journal of Communication**, v. 42, n. 3, p. 64-73, summer 1992.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 52-60.

KÖCHER, Renate. Bloodhounds or missionaries: role definitions of German and British journalists. **European Journal of Communication**. London[etc]: SAGE, v.1, p. 43-64, 1986. Trad. Para português por MGTF Albuquerque e A. de Albuquerque.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias**: seis mil dias depois. São Paulo: Publifolha, 2005.

_____. **O Adiantado da Hora**: A influência americana sobre o Jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991. 155 p.

MOLOTCH, HARVEY & MARILYN, LESTER (1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos, rotinas e escândalos. In: Nelson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 34-51.

NERONE John & BARNHURST, Kevin G. US newspaper types, the newsroom, and the division of labor, 1750-2000. **Journalism Studies**, v. 4, n. 4, p.435-449, 2003.

PATERNOSTRO, Vera Íris, **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

REESE, Stephen D. The news paradigm and the ideology of objectivity: a socialist at The Wall Street Journal. In: **Critical Studies in Mass Communication**, 7, p. 390-409, 1990.

RUGE, Mari Holmboe e GALTUNG, Johan. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Nélson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 61-73.

SCHLESSINGER, Philip. **Putting “reality” together**: BBCnews. London & New York: Routledge, 1992 [c1978]. Cap.7. The mediation of control (2): corporate ideology. P.163-204. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFL de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of American newspapers. New York: Basic Books, 1978.

_____. The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television. In: **Daedalus**: Journal of the American Academy of Arts and Sciences, p.97-112, Fall 1982.

_____. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: Nélson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 101-132.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Zahar [1942]

SENNETT, Richard. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHAPIRO, Ian. Optimal deliberation? In: FISHIKIN, James & LASLETT, Peter. **Debating deliberative democracy**. Oxford: Blackwell, p.121-137, 2003.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac e Naify, 2001.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: Nélson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 91-100.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: Nélson Traquina (org.) **Jornalismo: questões , teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 167-177.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: Nélson Traquina (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p.74-90.

_____. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body**: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 229p. Cap.1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. p.1-13. Traduzido para o português por MGTF de Albuquerque. Tev. téc. de A. de Albuquerque.

_____. CCN, the Gulf War and Journalistic Practice. **Journal of Communication**, n.42, v.1, p.66-81, Winter 1992.

YORKE, Ivor. **Jornalismo diante das câmeras**. São Paulo: Summus, 1998.

WHITE. David Manning. O *gatekeeper*: uma seleção de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 142-151.

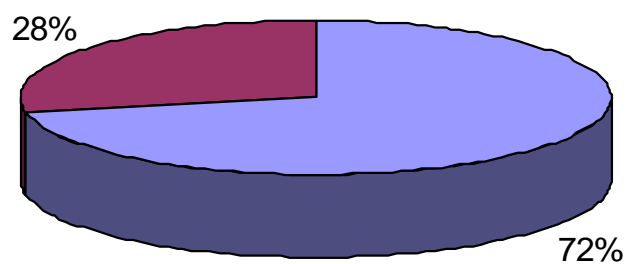
Dissertações

CASTILHO, Marcio de Souza. **Uma morte em família**: martírio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em O Globo. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

SEIFERT, Priscila Leal. **Tribunais paralelos**: imprensa e poder judiciário no caso Daniella Perez. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

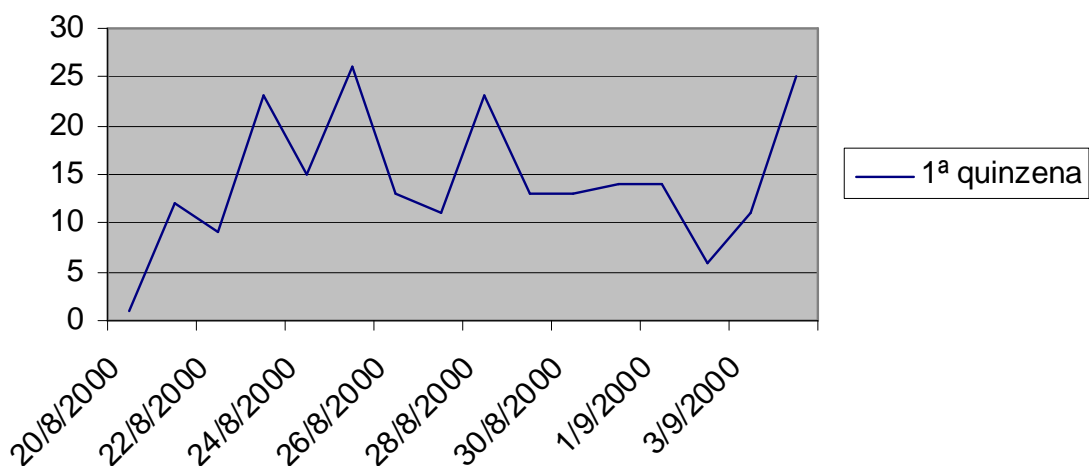
ANEXO I

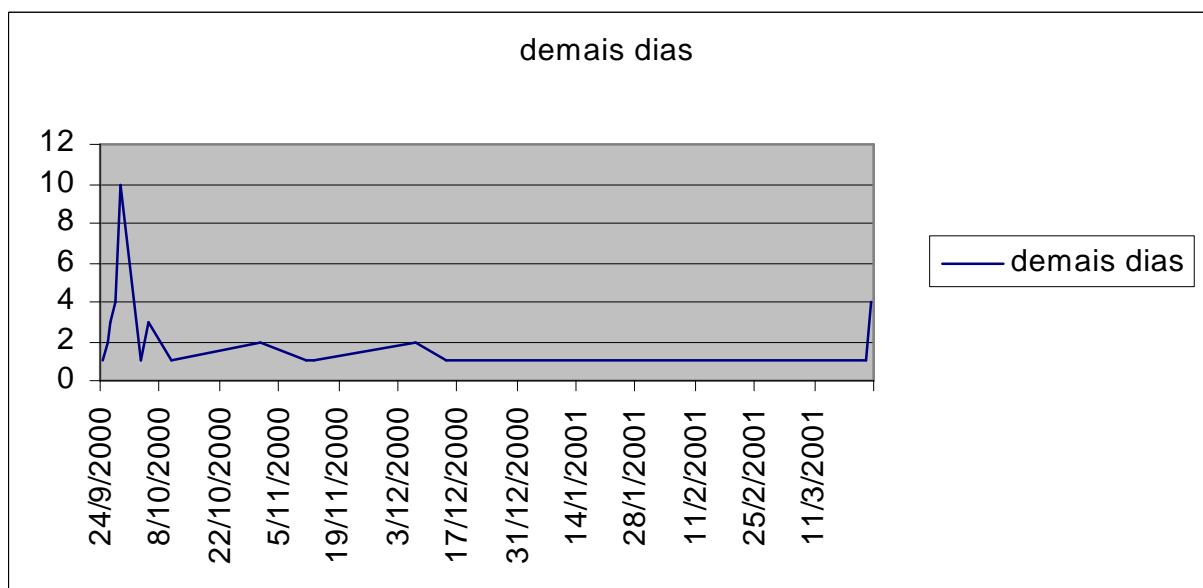
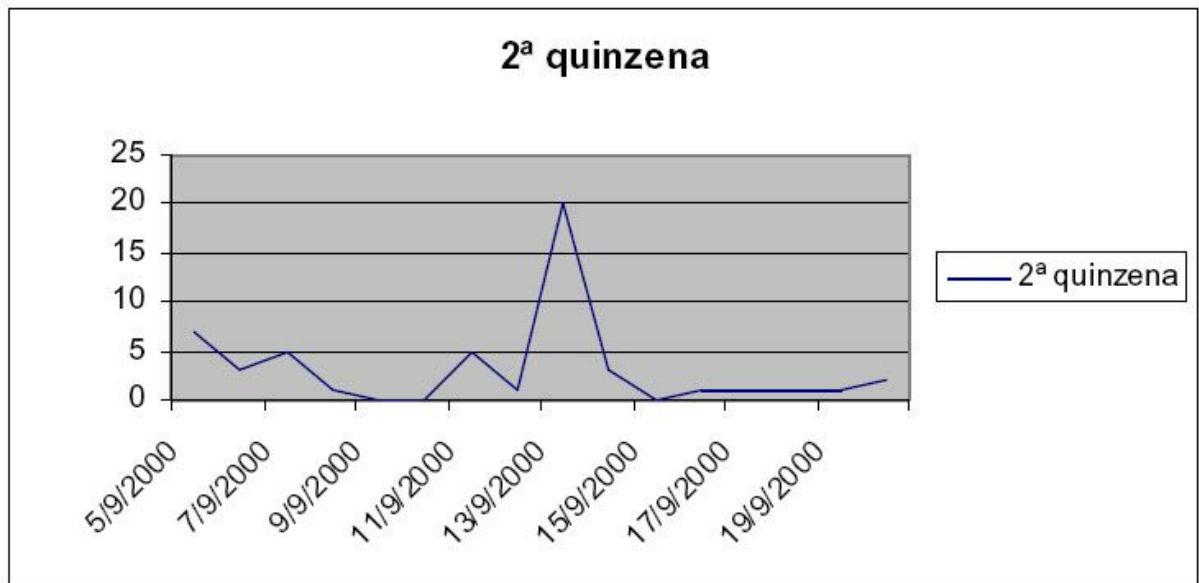
Caso Pimenta Neves Cobertura - Folha Online



■ 20 de agosto de 2000 a 4 de setembro de 2000
■ 5 de setembro de 2000 a 24 de março de 2001

Cobertura do Caso





ANEXO II

Os textos que compõem este anexo estão dispostos na ordem em que primeiro são citados no capítulo 4 desta dissertação.



Dois tiros nas redações

Alberto Dines

Foram disparados num haras, em Ibiúna, a duas horas de São Paulo. Cinco dias depois continuam ecoando, comovendo e angustiando as redações brasileiras.

Jornalistas acostumados a colocar-se acima das paixões, treinados no penoso mister de distanciar-se dos eventos transcendentais para avaliá-los com frieza, estão perplexos diante de uma história tão velha e tão trágica quanto a própria condição humana.

Cada matéria sobre o assunto é discutida, revirada, questionada. Porque o caso do covarde assassinato de Sandra Gomide, 32 anos, jornalista da área econômica, pelo ex-namorado Antonio Pimenta Neves, 63 anos, até aquela data diretor de Redação de *O Estado de S. Paulo*, não está previsto nos manuais.

Não há precedentes, aqui ou no exterior, de como cobrir uma tragédia deste porte e que radiografa de forma tão cruel as entranhas do universo jornalístico. Sobretudo, as relações de trabalho. Sobretudo, o processo de premiar e punir, promover e demitir.

Junto com a obsessão e o ciúme que levaram um dos jornalistas mais experientes e credenciados do país a cometer tamanho desatino está exposto pela primeira vez um dos ingredientes básicos de um processo que Sigmund Freud chamaria de "psicopatologia do cotidiano jornalístico": a onipotência.

E porque não havia precedentes – e porque, enquanto instituição, já pressentiu que está sendo observada por todos os ângulos –, a imprensa brasileira comporta-se até o momento com naturalidade. Se há constrangimento é pelo inusitado e, não, pelo impulso de esconder, manipular, acusar ou inocentar.

O Estado de S. Paulo, diretamente envolvido como cenário onde gestou-se a brutalidade, vem dando ao assunto um destaque que não daria se os protagonistas tivessem outra profissão. Isso desde o primeiro dia (edição da segunda-feira, 21 de agosto), com uma chamada na primeira página em que apresenta seu diretor como principal suspeito do crime. Publicou nota oficial no segundo dia e no quarto comunicou o afastamento do seu diretor.

A *Folha* (em cuja empresa o assassino confesso trabalhou e certamente deixou amigos), concorrente direto, tem noticiado o caso com bastante destaque e desenvoltura sem denotar qualquer envolvimento emocional para encobrir ou denegrir. Os colunistas, aparentemente, não foram orientados para omitir-se [veja, no *Aspas desta rubrica*, artigo de Barbara Gancia].

O *Globo* e TV Globo têm dado grande exposição ao crime e aos protagonistas no estilo e entonação apropriados aos veículos de grande circulação.

Se a cobertura da mídia impressa e televisiva está sendo ultrapassada e batida pela cobertura da cibermídia é porque nos últimos 20 anos desaprendemos a arte da reportagem policial, reproduzindo apenas boletins e *releases* oficiais. E como o jornalismo on-line está começando da estaca zero, reaprende a contar uma história policial [veja, nesta edição, artigo "*Internet versus papel*" e, no *Aspas* desta rubrica, matérias do no. e do iG].

Se dentro das redações dos principais veículos as matérias estão sendo examinadas com cautela – porque é a primeira vez que isto acontece –, para quem lê e conhece o caso o resultado é positivo.

O que falta discutir (e não será agora que isto vai acontecer) é o código de conduta para o caso de casamentos ou relacionamentos entre profissionais dentro da redação. Algumas empresas já haviam estabelecido em passado recente que casais não deveriam estar engajados no mesmo ambiente de trabalho. Recuaram porque se a cautela poderia prevenir dissabores privava uma redação de profissionais competentes só porque eram casados ou relacionados. Ao que consta nenhuma empresa jornalística voltou a adotar a proibição.

Mas o assunto não deveria ser descartado no foro pessoal. O fato de um profissional namorar outro profissional no mesmo nível não viola nenhum princípio funcional. Mas um(a) chefe namorar um(a) subordinado(a) cria uma situação embaraçosa e constrangedora capaz de gerar mal-entendidos. Se a empresa não interveio, se não há no Brasil Conselhos de Redação onde situações funcionais anômalas poderiam ser desativadas, cabe aos profissionais levar em consideração que ao lado da ética jornalística deve pulsar a ética funcional. Evitar-se-ão privilégios, injustiças.

E tragédias.

[Texto fechado às 17 horas de quinta-feira, 24/8]

Míriam Leitão

"Foi uma bomba que explodiu na cara dos jornalistas", copyright no.<www.no.com.br>, 24/8/00

"Isso foi uma tragédia, a interrupção da vida de uma jovem, bonita, inteligente, uma bomba que explodiu na cara dos jornalistas. A cobertura da imprensa foi prejudicada por uma certa paralisia, os jornalistas ficaram abalados, um pouco sem saber lidar com um caso tão próximo.

Conheci o Pimenta há vinte anos, trabalhei com ele na *Gazeta Mercantil* e tinha muito contato quando ele estava no Banco Mundial. Como eu, acho que ninguém suspeitou de algo assim. A cobertura foi influenciada pela perplexidade, a dificuldade de saber como dar a notícia do que aconteceu dentro da redação. Os jornais ficaram tímidos na hora de explicar por que alguém bem-sucedido chega a esse ponto, e faltou mostrar que a personalidade dele vinha desmoronando aos poucos.

Pimenta estava incapacitado para dirigir um jornal e ninguém fez nada. A questão central, o tema para ser discutido pelos jornalistas, é a tolerância com as pequenas tiranias nas redações. A possibilidade de decisões como a proibição do noticiário sobre a série 'Aquarela do Brasil', da *Globo*, por motivo fútil (porque amigas da ex-namorada trabalhavam na divulgação do programa) é censura. Igualzinha à dos militares. Por que a redação não se revolta? É a aceitação das pequenas tiranias, aceitar que razões não jornalísticas determinem se vai se dar ou não dar uma notícia.

Antes do crime Sandra Gomide vinha sofrendo represálias e injustiças na redação, até seu desempenho profissional foi questionado. Neste ponto, me identifiquei com ela, lembrando dos momentos em que fui vítima de arbitrariedades de chefes. Uma vez, fui demitida do próprio *Estadão* por motivo fútil, pelo Augusto Nunes (hoje diretor de *Época*). Depois, sempre se encontra um motivo para justificar aquilo, o que no caso dela foram denúncias de favorecimento pela Vasp e de incompetência, o que é contraditório, por ter sido promovida.

A Justiça brasileira também costuma tratar com muita delicadeza o criminoso. É preciso saber até onde se mantém a reserva da mera suspeição. Esse assassino de uma brasileira nos Estados Unidos, por exemplo, não foi flagrado nem confessou, mas foi algemado e arrastado em público. Já as empresas, como as pessoas, têm personalidade, têm caráter, e não se pode aceitar que pessoas façam mau exercício do poder em nome de uma empresa. A lição desse episódio é discutir a convivência com as pequenas tiranias do cotidiano dos jornalistas."

Pequenos assassinatos

Cláudio Weber Abramo

O "caso Pimenta" estimula algumas observações sobre o que vem acontecendo no meio profissional jornalístico brasileiro. Antes de prosseguir, contudo, um esclarecimento. Pimenta era amigo de meu pai e o conheço desde sempre, razões que seriam suficientes para me impor o silêncio, não fosse a circunstância predominante de que não pretendo comentar o caso em si, ou a cobertura a ele conferida pela imprensa, ou as atitudes de advogados, da polícia ou da Justiça, coisas todas essas que estão sendo objeto da atenção de pessoas muito mais habilitadas do que eu. Apenas observo, quanto à tragédia, que se inscreve no capítulo da insanidade, independentemente do que afirmem laudos psiquiátricos – afinal, a psiquiatria e seus aparentados está, na melhor das hipóteses, a centímetros do curandeirismo.

Pois bem, Alberto Dines observou neste espaço [*veja remissão abaixo*] que o ocorrido aponta para um determinado aspecto da vida das redações, a saber, a ausência de mecanismos que coíbam pessoas investidas de autoridade de promoverem suas mulheres/maridos, parentes, namorados(as) etc. A observação de Dines é, naturalmente, correta. Acredito, porém, que pode ser ampliada, e colocada contra um pano-de-fundo mais preocupante do que as relações amorosas.

(Considere o eventual leitor que, sem exceção, tudo o que se segue decorre de experiências particulares. Julgo importante explicitar semelhante obviedade porque jornalistas se acostumaram a imaginar que aquilo que escrevem estaria respaldado por alguma faculdade superior de objetividade neutra. Desse mal, ao menos, não sofro. Também esclareço desde logo que não alimento a meu próprio respeito imagens hipertrofiadas quanto à competência profissional como jornalista. Nunca fiz, na imprensa, nada que possa ser considerado memorável, ou mesmo relevante, de forma que não me considero investido de autoridades excelsas. Só falo, repito, a partir de minha experiência.)

O ofício e a empresa

O tempo decorrido desde meu primeiro emprego na imprensa é de aproximadamente trinta anos. Essa experiência foi bastante entrecortada por outras atividades. Tal circunstância me permitiu obter uma perspectiva da imprensa dotada de um certo benefício (é claro que também repleta de desvantagens, mas por ora deixemos isso andar): devido ao fato de não ter vivido uma evolução constante, a cada vez que retornava à imprensa o contraste com a situação anterior se me apresentava com uma agudeza que a vivência continuada, muito compreensivelmente, torna mais difícil.

O que observei ao longo desses anos foi uma involução constante nas práticas do *métier*. Meu primeiro emprego foi na revista *Transporte Moderno*, da Abril, então dirigida por Matias Molina. Lá permaneci apenas uma semana, tempo suficiente para evidenciar que, se algo não se interpusesse entre mim e a revista, os transportes brasileiros correriam risco. Mesmo nesse curto espaço de tempo, pude testemunhar o extraordinário talento formador de Molina, mais tarde exercido, durante anos, na *Gazeta Mercantil* (o que induziu algumas pessoas a imaginar que, simplesmente por terem trabalhado na *Gazeta*, estariam de alguma forma elevados ao Olimpo do jornalismo). Molina sentava-se com o repórter e lhe mostrava o que estava errado, o que queria, quem procurar, que ângulos descartar como improdutivos, quais filões perseguir. Sobretudo, ele usava a racionalidade.

Após uma semana de infrutíferas tentativas de produzir minha primeira matéria (chatíssima, sobre embalagens), a salvação para mim e para a revista apareceu na forma de uma transferência para outra área da empresa. A Abril Cultural começava a sua operação de fascículos, e, devido à minha formação, fui convocado para trabalhar como redator da *Ciência Ilustrada*. Naquela época, fascículos não eram feitos como hoje, simples traduções com casca e tudo (mais uma, de tantas outras involuções). Uma tradução inicial servia como base para artigos largamente reescritos, os quais eram submetidos duas vezes a consultores. Uma operação dessas exigia um processo de confecção complexo e muito disciplinado, envolvendo redações grandes. O responsável pela direção era Ary Coelho da Silva, ex-químico cassado, integrante da velha guarda comunista carioca. Cada fascículo ficava sob responsabilidade de um secretário de redação, no caso Alberto Gambirasio (irmão de Alexandre).

A Ary Coelho devo tudo o que aprendi na profissão. Sobretudo, aprendi que as melhores relações profissionais, e portanto os melhores produtos, acontecem como decorrência de mecanismos baseados no convencimento racional. Ary lia tudo, depois chamava as pessoas envolvidas e explicava, uma a uma, todas as emendas que fazia. Quase todos os que trabalhavam com ele eram muito jovens e relativamente inexperientes, o que facilitava as coisas. Se o tradutor se equivocava, se o redator escrevia alguma impropriedade, se o copy-desk deixava passar, se o secretário de redação não percebia, Ary chamava a todos e a todos explicava o que precisaria ser mudado e por quê. Dessa forma, todos aprendiam; não só aprendiam, mas sobretudo sabiam o que e como estavam aprendendo. Nunca mais encontrei alguém que atingisse os padrões de correção profissional que ele praticava. Com ele aprendi que o chefe é não apenas representante da empresa e do ofício perante o funcionário mas, também, representante do funcionário perante o ofício e a empresa. Aprendi que a ascendência hierárquica de nada vale na ausência do respeito conquistado pelo exercício cotidiano da competência. Aprendi que há coisas que não se faz, mesmo se não proibidas, e que há obrigações incontornáveis, ainda que não impostas.

As relações funcionais com a empresa eram, também, revestidas da mesma racionalidade. O importante a observar quanto a isso é que a racionalidade impõe uma grande dose de moralidade – se alguém era promovido ou demitido, todos sabiam por quê. Podia-se discordar das avaliações, mas avaliações havia, unanimemente compreendidas.

Praga de redações

Semelhante modo de funcionamento só podia existir na presença de dinheiro e de uma orientação geral esclarecida. Este segundo requisito era proporcionado por Pedro Paulo Poppovic, excepcional dirigente de editora com o qual me desentendi anos depois, por motivos políticos.

É claro que também havia gente ignorante, incompetente, mau caráter etc. (bem como namoradas e namorados, embora não cônjuges, se não me engano proibidos), mas a existência de mecanismos de decisão e controle explícitos e interpessoais minimizava tanto seu número quanto seus malefícios.

Depois que saí da Abril, passei por uma porção de empregos e atividades, que incluíram de novo a Abril, a *IstoÉ* em seus primórdios, a *Folha* (duas vezes), a *Gazeta Mercantil*, a versão eletrônica do *Valor Econômico* e outros menos visíveis.

Ao longo desse período, o que verifiquei crescentemente foi a vulnerabilidade da imprensa à arbitrariedade no interior das redações. É comum não existirem regras de conduta profissional, as quais são substituídas pelo comportamento de seu dirigente máximo. Quando este é uma pessoa razoável, isso se reflete na imposição de condutas profissionais

melhores. Quando não, instaura-se um caos de desrespeitos pessoais, profissionais e hierárquicos, tudo em meio a ordens esquisitas, decisões injustificáveis tomadas *in pectore* e, não raro, agressões à própria inteligência.

Mesmo quando o dirigente é mais civilizado, o fato de seu ordenamento precisar ser imposto a uma redação formada por indivíduos acostumados à arbitrariedade retira muito de sua capacidade de cooptação. Nessas condições, o ordenamento não é entendido pelas pessoas, mas obedecido irracionalmente. É, por exemplo, o que acontece com a *Folha*.

(Diga-se, aliás, que esse jornal, como precursor, no Brasil, da introdução de mecanismos estruturados e formalizados na redação, procurou inaugurar uma racionalidade prática que a profissão desconhecia. Por isso, foi sempre muito mal compreendido.)

Há redações, por outro lado, que funcionam com base no princípio do chefe em sua formulação mais brutal. Dirigentes desse tipo tomam decisões sem discuti-las, ofendem-se quando questionados e agem como crianças mimadas. Tipicamente, carregam atrás de si grupos de apaniguados: quando há uma mudança na direção, sai toda uma turma e entra outra. Mas que profissionalismo é esse, em que só se consegue trabalhar com amigos, com aqueles que são alvo de favorecimentos extraprofissionais e que, portanto, aprendem que a blandícia, e não o mérito ou a capacidade, é o fator relevante para o progresso na profissão?

Apesar de toda uma discursão auto-referenciada, tais dirigentes são incapazes de trabalhar com a diferença, não por simples falta de disponibilidade, mas porque isso se situa fora de sua vivência. São, portanto, cercados de puxa-sacos, uma praga de redações que, se não coibida com o máximo rigor, infecta todo o ambiente. E são, por seu turno, cultores do poder, qualquer poder. O antijornalismo, que se reflete diretamente no noticiário.

Caso pensado

A ausência da consciência de que existe um dever profissional em justificar decisões perante a estrutura dissolve a organicidade que está na base de uma organização hierárquica. Hierarquias não existem para favorecer pessoas, mas para tornar o trabalho mais eficiente. Se, à diferença disso, a hierarquia serve para estabelecer primordialmente quem ganha mais e quem ganha menos, seu objetivo material deixa de existir: impera o arbítrio pessoal. O diretor dá ordens diretas ao repórter e o editor é desautorizado, perdendo qualquer possibilidade de ganhar o respeito de seus subordinados. Não é incomum que o editor tenha medo de orientar o repórter ou o subeditor, porque este pode ser amigo de alguém situado mais acima. Contratações, promoções e demissões obedecem não ao propósito extrapessoal de fazer um produto melhor, mas à finalidade mafiosa de fortalecer posições de grupo. A solidariedade profissional transforma-se em desvio em relação à norma, um crime tornado mais grave porque expõe, pelo contraste, a esqualidez circundante. O cinismo, secular moléstia profissional do meio, se transforma em instrumento explícito de gestão. Pequenos assassinatos são cometidos diariamente nesse tipo de redação.

Instruir um repórter que fará uma matéria é algo que só acontece no plano convencional. A instrução é ministrada com consciência de que para nada servirá, e recebida com enfado. Imagina-se que, de moto próprio, o repórter irá se preparar, escrever sem agressões excessivas aos fatos, à gramática ou ao bom senso. Por que isso se imagina é um mistério, pois para preparar-se o repórter precisaria saber que isso é importante, algo que só acontece no discurso, raramente na prática. Como, várias vezes na vida, já estive do outro lado da mesa, fui em muitas ocasiões entrevistado por repórteres (de grandes jornais, de canais de TV globais, de revistas) que iniciavam o diálogo pela frase "Diga tudo sobre esse

negócio aí". Como o proverbial cachorro que cai do caminhão de mudança, esses valentes profissionais sequer sabiam que raio estavam cobrindo.

Fontes que ignoram o despreparo da imprensa recaem na indignação no dia seguinte, ante as barbaridades publicadas. Fontes que sabem disso, e que são capazes de se aparelhar, armam-se. Como têm consciência de que o preparo médio da reportagem é nenhum, ganham todas as condições de passar o que querem, coisa que fazem todos os dias. Conforme Mino Carta diz há décadas, repórter brasileiro nunca faz a segunda pergunta. Não é à toa que o jornalismo diário brasileiro é quase todo ele declaratório. Os efeitos são notórios no noticiário econômico, por exemplo, permanentemente vulnerável ao chapa-branquismo (há também colonistas conscientemente chapa-branca, é claro).

Como consequência da falta de racionalidade interpessoal na produção, em quase todos os jornais (em revistas o problema é bem menor, devido ao tempo de edição muito mais dilatado) a esmagadora maioria das matérias sai diretamente do terminal do repórter para a chapa de impressão. Ninguém lê o que será publicado, e ninguém lê no dia seguinte. Isso chegou a tal ponto que a crítica da edição, quando exercida, é encarada como ofensa (não me refiro ao trabalho de uma equipe de controle extra-redação, a qual há quem descarte, preconceituosa e antiprofissionalmente, como "polícia"). O repórter acredita ser uma espécie de Hemingway, no que é estimulado pela ausência de controles profissionais exercidos pela chefia.

Sem dúvida, a predominância de uma ideologia de vida alimentada pela "livre-iniciativa" estimula cada vez mais a perseguição de objetivos pessoais acima de qualquer outra consideração. É um fenômeno mais amplo, que afeta todas as atividades. O enfraquecimento dos condicionantes sociais que limitavam o escopo da ação individual dissolve os padrões profissionais e substitui a ética do ofício pelo vale-tudo do caçador de renda. As redações não estão livres disso. Em tais condições, pode-se considerar como certo um recrudescimento do mercantilismo pessoal, traduzido na venda de matérias (algo que a profissão esconde cuidadosamente, mas cuja potencialidade é bem presente) e na montagem de esquemas de negócios paralelos, alavancados com dinheiro do patrão.

É evidente que jornais feitos dessa maneira são mal planejados, mal pautados, mal apurados, mal escritos, mal acabados. Informam mal, portanto.

Mas como é que fica o fato de o público aceitar esses jornais? Não seria isso uma demonstração empírica da falsidade do que se afirmou até aqui? Não é a aceitação por parte do consumidor a medida da qualidade de qualquer produto, jornais incluídos?

A resposta é que a avaliação da qualidade pela popularidade se baseia numa alteração do significado da expressão "qualidade", alteração essa que, por sua vez, desconsidera de caso pensado o poder manipulador da propaganda e do marketing. O assunto tem certa complexidade, que a já alentada extensão do presente artigo impede seja explorada. Fica para outra vez.

Ignácio de Loyola Brandão

"Tantas perguntas, nenhuma resposta", copyright *O Estado de S. Paulo*, 24/08/00

"Talvez eu tenha vivido pouco. Tenho vivido mal e a vida me tenha poupado de experiências brutais. Não sei quanto se deve viver até aprender.

Desde domingo carrego a sensação de que acabei de nascer. De que a vida começou esta semana sob o impacto do mal. De domingo para trás estive num ensaio, decorando diálogos, recebendo marcações. De domingo em diante, o palco desapareceu, sumiram as marcações, esqueci os diálogos. Agora, não tem diretor nem texto, flutuo no vazio da incompreensão, no vácuo da perplexidade. Ou a vida é isso? Nenhuma resposta e tantas perguntas.

Estava em casa e recebi o telefonema de um amigo. Minha mulher, ao meu lado, me ouviu gritar, eu que jamais grito. E me viu ficar branco e trêmulo.

Ocorreu a ela que tivesse acontecido alguma coisa grave ao meu filho, que vinha de uma fazenda. Não foi com meu filho, felizmente. Nunca um felizmente soou tão estranho numa frase, numa vida. Tão inadequado. Há momentos que a gente gostaria de varrer, transformar em miragem. A partir do instante em que Marco Antônio Rocha me comunicou, cheio de laconismo e dor, que Pimenta Neves tinha matado a namorada, o mundo passou a ser incômodo, assustador.

Desde aquele momento até hoje, quarta-feira, quando escrevo esta crônica, não tenho dormido, sinto ânsias depois de cada garfada, caminho como sonâmbulo. Um gesto. O dedo aciona um pedaço de metal de 3 centímetros, o gatilho, e um mundo de vidas desmorona como dominó. Infelizmente, dedos que acionam gatilhos não possuem lucidez, consciência da extensão dos gestos, proporção do ato. Penso com dor em quem morreu, na família que se viu em meio a uma tragédia, nos amigos dela. No entanto, meu pensamento se alonga em outra direção. Nas duas filhas de Pimenta, as gêmeas, distantes, sem terem, talvez, acompanhado a desintegração da mente do pai, porque acredito, neste caso, na deterioração de neurônios, emoções, sentimentos, razão. Pela primeira vez na vida vislumbro a extensão de um drama, sua multiplicação, o impacto da violência. Até agora fui espectador, ingênuo, despreparado.

Domingo, comecei a amadurecer. Depois, penso na ex-mulher, nas irmãs de Pimenta, em nós, amigos, aturdidos e atemorizados.

Durante a semana, uma avalanche de acusações e declarações se desencadeou, vinda de conhecidos, de gente que trabalhou com ele, conviveu em redações.

Não li nem ouvi nenhuma palavra a seu favor. Em dias se montou a imagem de um monstro. Não defendo o gesto de Pimenta. Mortes como a de Sandra tornam a vida feia, mergulham o mundo no escuro. No entanto, misturadas, me chegam imagens desencontradas do homem que saía do Cine Odeon, em Araraquara, em nossa adolescência, ansioso por fazer filmes, criar arte. Esse foi um de seus sonhos. Não fez, foi por outros caminhos e foi brilhante no que fez. Ou o homem que carregou docemente por anos a imagem de uma apaixonada de juventude.

Não estou justificando, nem atenuando, o gesto que me fez perceber como somos frágeis, desamparados, cheios de meandros interiores, obscuros e perigosos, atemorizantes. Ah, como tive pavor esta semana! Como tivemos medo, nós, amigos e conhecidos, ao

raciocinar: estamos sujeitos a isso, a um gesto desses? Em que segundo os limites se dissolvem? Imagens me vinham.

Pimenta e eu saindo de Washington, porque ele queria revelar-me o fascínio do Vale de Shenandoah, o mesmo de um filme em technicolor que nos encantara.

Ou passeando por museus de Washington para me mostrar pinturas que o tocavam. A beleza o emocionava. O Pimenta que me enviava livros, ou vídeos raros ao Rodolfo Konder. O homem que, nas viagens de volta ao Brasil, quando estava no Banco Mundial, pedia aos amigos de Araraquara que organizassem um reencontro com a turma de classe. A imagem que me vem é a do futebol do curso científico, quando Bazani, já um craque na Ferroviária, fazia longos lançamentos para a ponta, obrigando o Pimenta a xingar, correr e a saltar feliz com o gol que o meio-de-campo lhe dera.

Enquanto escrevo, ele está no hospital, em coma induzido, com a polícia na porta à sua espera. Ao destruir, ele se destruiu. Até esta semana, perto de mim, jamais tinha visto uma pessoa se desfazer como este amigo de 50 anos, que se desconstruiu por razões que somente ele soube ou armou. Nunca tinha estado próximo a um desmoronamento tão implacável. Por mais que a psicanálise evolua, que a psiquiatria se desenvolva, que as ciências da alma se modernizem, jamais chegarei a entender. Nem posso calcular a extensão do sofrimento que aquele dedo no gatilho disseminou. Que dedos no gatilho disseminam. (Ignácio de Loyola Brandão é jornalista e escritor)"

Otávio Frias Filho

"Pimenta Neves", copyright *Folha de S. Paulo*, 31/08/00

"Os jornais paulistas onde Pimenta Neves trabalhou tantos anos reagiram com estupefação à notícia do crime. Concordo com a crítica de que a edição deste jornal, no dia seguinte, foi 'tímida' – e aceito minha responsabilidade nesse erro. Mas discordo da noção, que começa a prevalecer, de que o assassino está sendo favorecido.

A maior parte das versões divulgadas proveio da acusação e de pessoas ligadas a Sandra Gomide. O assassino não se manifestou, exceto em depoimento editado com notória má-fé contra ele. As revistas – capa em todas elas – pintaram-no como vilão rematado. A TV se entregou prazerosamente a seu linchamento moral.

Entendo essa avalanche como reação emocional e legítima à barbaridade do crime. Pimenta Neves cometeu um delito gravíssimo pelo qual terá de pagar. Disse isso a ele na visita que me vi obrigado a lhe prestar, na condição de alguém que o respeitava e admirava fazia 25 anos, desde que Cláudio Abramo nos apresentou na *Folha*.

Embora reconheça minha limitação para distinguir o aspecto subjetivo do jornalístico neste episódio, penso que a mídia em seu conjunto, no afã de se mostrar 'independente' (e de acertar velhas contas com o réu, em alguns casos), corre o risco oposto. Não o de protegê-lo, mas o de satanizá-lo num corporativismo às avessas.

Dizem que, ao assegurar o 'outro lado' da defesa e tratar fatos não comprovados como versões, os jornais têm cautelas que não demonstraram em outros casos. Pois elas deveriam ser adotadas em todos os casos. Espero que esta crise, além de testar a independência da mídia, também ponha à prova nossa propensão ao maniqueísmo.

Sempre considerei certos recursos de que este jornal dispõe – ombudsman, seção 'Erramos', compromisso de publicar o 'outro lado' e mensagens de contestação – como contrapeso da violência moral que um jornalismo crítico pode desencadear. É cômodo defender esse direito da parte acusada em casos controvertidos.

Mesmo o pior dos assassinos, porém, tem direito a sua versão dos fatos. Conhecê-la é direito do próprio público ainda quando este, açulado pelo clima de linchamento, não se dispõe a ouvi-la. Nada do que Pimenta Neves alegar poderá justificá-lo. Nada pode restituir a vida de Sandra Gomide ou compensar a dor de sua família e amigos.

E, no entanto, o réu não era um monstro. Os atributos que todos lhe reconhecem – talentoso, culto, maduro, situado em posição de responsabilidade – tornam seu gesto ainda mais incompreensível e mais grave a carga de infâmia que recai sobre seus ombros. Não sabemos quase nada sobre os abismos do psiquismo.

Vida até então sem mácula, era mais apegado às noções de moral e ética do que a grande maioria dos mortais. Para quem o conheceu, o crime estarrece ainda mais por isso. Uma página de Dostoiévski explica mais do que todas as platitudes que temos visto desfilar sob pompa psiquiátrica, no eterno circo que é o julgamento humano."

ENTREVISTA / ROBERTO MÜLLER

"Cobertura leviana, invasiva, parcial e sensacionalista"

Luiz Antonio Magalhães

Cerca de quinze dias antes de Sandra Gomide morrer no Haras Setti, em Ibiúna, o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves foi conhecer a redação do *PanoramaBrasil*, jornal virtual dirigido por Roberto Müller Filho. Depois da visita, Pimenta e Müller jantaram juntos.

Müller soubera que Pimenta havia pedido demissão do cargo de diretor de Redação do *O Estado de S. Paulo*. As primeiras notícias que circularam nas redações diziam que Pimenta estava com problemas de saúde, o que *também* era verdade – ele se recuperava de uma cirurgia no olho e estava enxergando muito mal –, embora ocultasse o real motivo do pedido de afastamento. O diretor de conteúdo do *PanoramaBrasil* soubera ainda que Ruy Mesquita, diretor-responsável do *Estadão*, não havia aceitado o pedido.

Pimenta Neves e Roberto Müller são velhos amigos. Trabalharam juntos em três importantes veículos: na *Folha de S. Paulo*, na revista *Visão* e na *Gazeta Mercantil*. Durante o período em que Pimenta trabalhou no Banco Mundial, em Washington, os dois se encontraram diversas vezes, no Brasil e no exterior.

Após o jantar com Pimenta, Roberto Müller estava preocupado. A tal ponto que ligou no dia seguinte para saber se o colega havia seguido o conselho de Ruy Mesquita e visitado um psiquiatra. "Ele estava muito perturbado, confuso", conta Müller, que nos últimos dias tem visitado o amigo internado na clínica psiquiátrica Parque Julieta.

Embora condene qualquer tipo de violência – sobretudo um homicídio –, Müller acha que compete à Justiça julgar serenamente todos os tipos de crime. Em entrevista ao *Observatório da Imprensa*, o jornalista comentou a cobertura do caso pela imprensa, que qualifica de predominantemente leviana. A maior crítica tem alvo certo: as emissoras de televisão que veicularam o depoimento que Pimenta Neves prestou, ainda durante a internação no hospital Albert Einstein, após tentar suicídio ingerindo tranquilizantes. "O que foi mostrado era de interesse exclusivo da Justiça. A divulgação das fitas é um procedimento ilegal e antiético", afirma Müller. Para ele, a memória de Sandra Gomide e a vida privada de Pimenta Neves estão sendo violentadas pela imprensa. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Qual é a sua análise do comportamento da imprensa na cobertura do assassinato de Sandra Gomide?

Roberto Müller Filho – Acho que boa parte da imprensa foi leviana, invasiva, parcial e sensacionalista. Sem dúvida, alguns órgãos se comportaram bem, registraram os fatos, ouviram e deram igual destaque às partes envolvidas e levaram em conta os aspectos médicos e psiquiátricos do caso. Os maiores abusos foram cometidos por algumas redes de televisão que divulgaram cenas privadas, de interesse exclusivo da Justiça. Pior, editaram essas cenas. E a história recente de edições, no Brasil, não é boa. Basta lembrar o episódio da edição do debate entre Collor e Lula, na disputa presidencial de 1989. Acredito que a invasão de um hospital, a obtenção, por meio de alguma pessoa inescrupulosa, de fitas

contendo um depoimento privativo da Justiça, e a edição e exibição dessas imagens é um procedimento não apenas ilegal, mas antiético, um acontecimento nada edificante para o jornalismo brasileiro.

Há quem defenda a tese de que o caso não deveria sair na imprensa porque Pimenta Neves e Sandra Gomide não são figuras públicas. O senhor concorda?

Müller – Acredito que o critério jornalístico deve ser levado em conta e a notícia do assassinato é do interesse de muitos leitores. Mas ainda que se tratassem de figuras públicas, a imprensa deveria ter alguns cuidados. Não é lícito romper com a privacidade das pessoas. A memória da vítima não está sendo respeitada, há especulações de todo tipo sobre a conduta profissional e pessoal de Sandra Gomide. E não é só isso: por que os jornalistas, por exemplo, têm de ficar de plantão na clínica onde Pimenta Neves está internado? Que necessidade há de perturbar os outros pacientes, que estão lá internados, se tratando de problemas psiquiátricos? De atrapalhar o trabalho dos médicos? E por que invadir a privacidade das famílias envolvidas? É justo fazer tudo isso?

Quais são, na sua opinião, as consequências deste tipo de cobertura jornalística?

Müller – A meu ver, essa volúpia sensacionalista prejudica, é óbvio, o réu; mas prejudica muito mais o andamento da Justiça. Quando os jornalistas começam a confundir os seus julgamentos pessoais e seu senso de justiça com a Justiça propriamente dita, há um risco muito grande. Aliás, quando qualquer um – seja jornalista, capitão ou delegado de polícia – começa a confundir esses conceitos, abre-se um precedente perigoso. A Justiça precisa se mover sem pressões de generais, de militares, de quem quer que seja. Nem da imprensa. Experiências dessa ordem não deram certo na Alemanha, não deram certo no Brasil. Esse tipo de pressão realmente abre precedentes graves e deve ser combatida. No caso específico, é preciso lembrar que qualquer que seja o crime, por pior que seja o delito, a lei garante a todos o direito de ser julgado com isenção. Depois das cenas da televisão, porém, isto ficou comprometido. Há um pré-julgamento do réu na cobertura de boa parte da imprensa. Não se pode tentar impedir que a Justiça seja feita de acordo com as leis e com os ritos que lhe são próprios.

Como os jornalistas deveriam se comportar, idealmente, para cobrir um acontecimento deste tipo sem influenciar no júri?

Müller – O dever do jornalista é levar ao leitor uma informação correta. Ele não pode de maneira alguma emitir pré-julgamentos em forma de notícia. Deve ouvir as partes, os advogados, acompanhar e registrar o andamento do processo. Dentro dos aspectos médicos e científicos do caso, ouvir profissionais da área, pessoas que possam contribuir para esclarecer como e por que fatos como este acontecem. É preciso também destacar o que for de interesse público no episódio. Há poucos dias, por exemplo, a OAB manifestou-se sobre a divulgação na TV das gravações do depoimento de Pimenta Neves. O repúdio da entidade foi dado de forma discreta, mas é algo que diz respeito às garantias individuais e interessa a todos, sem dúvida merecia um destaque maior. Acho ainda que os jornais têm o direito de levar o assunto para as primeiras páginas, se avaliarem que não há, no dia, assunto de maior interesse público. E se, dia após dia, os jornais julgarem que o assunto merece mais destaque do que outros temas, então o noticiário cabe em primeira página. É o chamado critério jornalístico, cada órgão de imprensa tem a sua avaliação.

E os artigos de opinião e editoriais?

Müller – Os jornais têm todo o direito de tratar do caso em editoriais, embora eu particularmente ache um pouco prematuro. Quanto aos artigos de opinião, noto que há

muito ajuste de antigas contas, como mencionou o diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, Otavio Frias Filho, em artigo na semana passada [veja no *Aspas desta rubrica*]. Mas é possível fazer comentários, analisar o episódio de maneira ampla – o artigo do Otávio Frias Filho é um bom exemplo – ou ainda abordando aspectos médico-científicos ou jurídicos do caso.

Há quem diga que a forma com que a imprensa está cobrindo o assassinato de Sandra Gomide é correta e que no passado o sensacionalismo seria muito maior...

Müller – Na minha opinião, está aumentando essa tendência de cobertura opinativa, que alguns chamam inadequadamente de jornalismo "investigativo". Pode ser uma impressão, mas penso que é isto o que está acontecendo. Não me refiro ao tempo em que os jornais eram muito "partidarizados" ou ligados a determinadas facções, mas a um passado mais recente – os longos anos desde que trabalho como jornalista. Da época da abertura política – quando a imprensa brasileira teve um desempenho notável no sentido lutar contra a censura e de ajudar a derrubar a ditadura militar –, daquele tempo para cá, acho que a situação vem piorando. Fico perplexo, por exemplo, quando vejo os procuradores concedendo entrevistas sobre casos não julgados, ainda em fase de inquérito.

Também há quem pense que a imprensa reflete a sociedade em que está inserida. A noção de que existe uma esfera pública e uma privada, por exemplo, estaria atualmente ruindo no Brasil e os meios de comunicação estariam apenas refletindo essa realidade, inclusive por meio de programas de entretenimento, não só no jornalismo. O senhor acha que a imprensa reflete as virtudes e defeitos da sociedade brasileira?

Müller – Acho que não reflete. A sociedade brasileira é bem melhor do que a sua imprensa. A elite, sim, se parece com a imprensa. Melhor ainda: boa parte imprensa brasileira reflete as características de uma parcela leviana da elite. Quanto aos programas de baixo nível que exploram a invasão da privacidade, penso que o fato de que as pessoas possam se excitar e gostar dessas coisas não justifica a veiculação das perversidades. Muita gente, especialmente os menos cultos, os que passaram por variados tipos de privações, pode até achar graça e gostar de assistir a tais programas. Acho que isto é uma forma cruel de explorar a falta de alternativas de entretenimento das classes mais pobres. Não defendo a censura, mas penso que algum tipo de regulamentação precisa existir para conter as vulgaridades. No que diz respeito ao jornalismo, é preciso lembrar que os profissionais da área não foram eleitos para representar a sociedade. Nós, jornalistas, somos convidados por empresas privadas para levar uma informação correta ao público, e não para representá-lo ou agradá-lo. E é bom que essas empresas sejam privadas, para preservar a pluralidade. A liberdade de imprensa, porém, pertence ao público, não aos jornalistas. Nós temos o dever de exercer a profissão corretamente, em benefício do verdadeiros detentor da liberdade de imprensa, que é o ouvinte, o leitor, o telespectador. Não temos um mandato da sociedade, como infelizmente alguns pensam ter. Não podemos, em hipótese alguma, ferir direitos individuais e atropelar a Justiça, como parece estar ocorrendo no caso do jornalista Antonio Pimenta Neves. É bom não esquecer que essa prática é autoritária e antidemocrática e pode inclusive se voltar, como já aconteceu, contra a imprensa e contra os jornalistas.

O senhor é amigo de Pimenta Neves há muitos anos. Gostaria de falar algo sobre ele?

Müller – A história de Pimenta é uma história de honradez e competência. Não foi para nenhum dos importantes postos que assumiu por parentesco com proprietários de jornais ou por indicação de figuras públicas. Ocupou cargos de grande relevância na *Folha de S. Paulo*, no *Estado de S. Paulo*, na revista *Visão*, na *Gazeta Mercantil* e no Banco Mundial. É muito difícil alguém assumir e manter-se nesses cargos sem a competência necessária. Ele

sempre foi, reconhecidamente, um bom jornalista, um homem com grande zelo, que preza muito a ética. Tem duas belas filhas, gêmeas, foi e é um bom pai, um cidadão correto. Está sendo tratado por muitos veículos de comunicação como um bandido contumaz, coisa que não é, e não sou eu apenas quem digo, é a sua biografia, é tudo que fez durante 63 anos de vida. É óbvio que não acho correto qualquer tipo de violência, mas nada justifica o linchamento moral de uma pessoa.

Luís Nassif

"O caso Pimenta Neves", copyright *Folha de S. Paulo*, 2/09/00

"É curioso o caso Pimenta Neves. Pela primeira vez a imprensa conferiu a um episódio dessa natureza um tratamento absolutamente profissional. Do conjunto de reportagens sobre o tema foi possível compor todas as facetas de sua personalidade, do profissional competente ao chefe que beneficiava a namorada, do pai de família amoroso ao amante possessivo, da pessoa solitária e fechada ao chefe de redação arrogante.

Fugiu-se do estereótipo primário do vilão consumado, o sujeito que só tem defeitos e nenhuma qualidade, mais propício a histórias em quadrinhos do que a reportagens de nível.

É evidente que, expostos todos os ângulos, houve quem se desagradasse com partes do perfil. Houve também quem lembrasse que uma pessoa humilde não receberia o mesmo tratamento, logo seria acusada de assassina.

Incorre-se em uma deturpação do conceito de igualdade. Todos devem ser iguais perante a lei e a opinião pública no respeito aos seus direitos, não no desrespeito. Além disso, nos últimos anos, mercê dessa mistura de sensacionalismo e populismo, em geral nesses episódios não se respeita ninguém. Mas é mais fácil respeitar os direitos do humilde (nas raras ocasiões em que aparecem na mídia, porque no seu habitat o desrespeito é parte intrínseca de sua vida) do que das pessoas mais influentes, porque aí já se abre espaço para o patrulhamento primário que surge em períodos de linchamento: fulano está sendo defendido porque há algum interesse oculto em jogo.

No caso Pimenta ocorreu algo inédito na imprensa recente. O autor do assassinato era conhecido de grande parte dos jornalistas, tinha nome, era um profissional de reputação ilibada (apenas comprometida pelos privilégios profissionais concedidos à namorada). Até o crime nada havia em sua vida que explicasse sua conduta. Portanto ficou impossível recorrer-se aos velhos modelos do vilão de história em quadrinhos.

A partir daí, deu-se consistência a um personagem de carne e osso, com virtudes e fraquezas, tomado de um sentimento – o ciúme – conhecido e analisado desde tempos imemoriais. Uma pessoa solitária, com poucos amigos, cuja rede de afetos era estritamente familiar – as irmãs, as filhas, a ex-mulher –, que, de repente, envolve-se com uma outra mulher, vê o antigo círculo de afetos desfazer-se e passa a canalizar todo seu afeto para uma só pessoa. É uma aposta pesadíssima. E seu mundo começa a desmoronar quando percebe que perdeu a aposta.

A partir daí, ocorreu a tragédia, com todos os componentes de dramaticidade e de imprevisibilidade que caracterizam as tragédias. E, quando ocorrem as tragédias, o respeito humano sugere que ninguém deva tirar proveito.

Para alguns, a explosão autoritária era previsível devido a suas posições políticas simpáticas ao governo. Houve quem o julgasse a partir de um único contato em um jantar – um perfil corajoso se tivesse sido publicado antes da tragédia, quando Pimenta ainda mantinha seu poder de contratar e responder. E houve uma publicação que, a pretexto de não incorrer em práticas corporativistas, cumpriu o papel do soldado incumbido de executar moribundos em campos de batalha, atropelando fatos, diagnósticos e bom senso e levando seu advogado Antônio Mariz a identificar o uso da tragédia para acertos de contas pessoais.

No geral, no entanto, o tratamento dado ao caso foi dos mais completos e isentos. Não há nada que possa absolver Pimenta desse crime. Mas não há nada que possa livrar a imprensa da enorme tristeza de ver dois dos seus, vítima e réu, em uma tragédia dessa proporção, que só tem explicação no mais recôndito da alma humana."

A versão do homicida

Alexandre Caetano

Causa-me profunda indignação a abordagem de determinados veículos de comunicação – em especial o jornal *Folha de S.Paulo* e o site Folha Online – na cobertura do bárbaro e covarde crime praticado pelo ex-diretor de redação do *Estadão* Antônio Pimenta Neves, contra a repórter Sandra Gomide. Neles, de forma repugnante, há uma insinuação explícita de que a vítima era, antes de tudo, uma alpinista social, que se aproveitou do interesse do apaixonado diretor para galgar posições e defenestrar desafetos nas redações por onde trabalhou, fazendo questão inclusive de afirmar o acesso e o prestígio que tinha com o diretor.

Lamentavelmente, Sandra Gomide não está mais entre nós para se defender de abordagens para lá de preconceituosas e difamatórias contra a sua memória. Não houve sequer preocupação em ouvir outras fontes, inclusive ex-namorados e colegas, que talvez tivessem versão diferente sobre o comportamento da jovem jornalista, sem se esconder no anonimato. De repente, uma versão acaba sendo reforçada, a daqueles que diziam que ela não tinha capacidade para chegar aonde chegou, dependendo só da mão "brilhante" e "genial" do diretor que por ela se encantou. A versão do homicida, que diz ter visto mais talento do que realmente existia nela.

São abordagens que acabam por reforçar antigos preconceitos, trabalhando com noções do senso comum ainda fortes em nossa cultura, ou seja, o universo dos chamados crimes cometidos em defesa da honra ou por violenta emoção. Afinal, num raciocínio como este, alguém até pode acreditar na fala de um brilhante jornalista que, como ele mesmo disse, teve sua dignidade de homem atingida. É como dizer que, se o sujeito era um desequilibrado, também é preciso avaliar o caráter de quem ele vitimou.

Isso pode levar a um raciocínio compensatório, atenuante inaceitável nesse caso. Seguir essa linha pode significar dizer que a atitude dele é condenável, mas seria compreensível, pois é resultado da perda de equilíbrio. Na minha opinião, esse caso deveria servir para se discutir a onipotência exercida por determinadas pessoas dentro de uma redação. Vejo que, nesse sentido, a jornalista Miriam Leitão foi muito feliz num artigo que escreveu sobre o assunto para o site *Notícia e Opinião*. É preciso discutir a falta de profissionalismo e estrutura de poder arcaica existente nas empresas jornalísticas, que acabam concentrando poder de vida e de morte na mão de determinados diretores e editores, que adotam comportamentos arbitrários e autoritários.

Comportamento primitivo

O comportamento do senhor Pimenta Neves não é único nas redações. Há uma série de tiranos que adotam comportamentos pautados muito mais em critérios pessoais do que profissionais. Se não temos hoje o dono do jornal, que numa empresa familiar à moda antiga adotava procedimentos provincianos, agora há seus capatazes e feitores, que agem de forma prepotente e arrogante, como muitos Pimentas por aí.

E se me permite o mestre Alberto Dines, discordo de seu artigo. Acho que houve e está havendo comoção pública em torno do caso. Graças principalmente à repercussão que TV Globo e *O Globo* deram ao assunto. Na internet, o caso tem sido debatido pelos formadores de opinião. Entre os jornalistas, nem se fala. O lado trágico dessa história, para mim, não é o fato de o senhor Pimenta Neves andar armado, mas sim as atitudes insanas que adotou e a forma perversa como agiu depois que Sandra Gomide terminou o namoro. De forma

impune, ele perseguiu, difamou, ameaçou, agrediu e tentou destruir profissionalmente a jornalista. Adotou critérios jornalísticos, administrativos e profissionais os mais absurdos, como um coronel de província, sem que nada fosse feito ou alguém tomasse nenhuma providência. Ele era o senhor todo-poderoso da redação.

Sandra não é culpada de usufruir supostas benesses de uma relação que teve com um desequilibrado. O que, aliás, é uma avaliação muito subjetiva, por todas as circunstâncias e porque não poderemos mais avaliar seu trabalho sem o feitor por perto. Não é ela que está sendo julgada. Não deve e nem pode ser. As empresas jornalísticas é que devem rever suas estruturas hierárquicas, seus critérios profissionais e o poder tirânico que concedem a determinadas pessoas.

Usando as palavras do homicida num programa de televisão, a atitude dele foi a demonstração de um comportamento primitivo. Com todo o respeito que merecem os povos ditos primitivos, que não costumam matar por orgulho, vaidade ou ciúme.

Imprensa infeliz na intimidade

Cláudia Rodrigues

Um caso de crime passionai em nosso meio e logo lembramos daquela demissão que veio de cima, inexplicável, para retirar um colega competente que trabalhava na mesa ao lado. E também vêm-nos à memória aqueles colegas que, surpreendentemente, tendo a mesma idade e o mesmo tempo de trabalho, e não maior habilidade para escrever um texto do que outros de nós, subiram rapidamente em carreiras meteóricas rumo à posição de chefes ou repórteres especiais, com salários altíssimos.

Pura sorte, qualquer azar será mera coincidência. Acontece de se fazer um bom trabalho e não ser visto pela pessoa certa na hora certa, no veículo certo. Também acontece de se fazer um trabalho apenas razoável e contar com a simpatia de um chefe que lembra da irmãzinha morta, da mãe querida, e acha que tudo o que apuramos e escrevemos está por cima da carne-seca. Com um pouco só de competência e bastante firmeza de caráter, esse chefe nunca terá oportunidade de um relacionamento mais íntimo conosco, e mesmo assim nossa vida profissional continuará em ascensão. E a primeira decepção num cargo, invariavelmente, será concessão a pedido vindo de cima. Com sorte, as concessões podem ser mínimas, mas se todas as já feitas viessem a público seria de arrepiar, e não se salvariam gregos ou troianos.

Bem, pode-se ter o azar de provocar extrema antipatia quando, sem maiores explicações, resgatamos partes obscuras e mal-resolvidas dos porões do inconsciente de um superior.

Estranhas relações

Lembro de um chefe de redação que perguntou a respeito de uma repórter da minha editoria: "Quem é aquela branquela com jeito de mandona?"

Eu respondi: "É a foca, a mais nova de todos, se formou no final do ano, escreve direitinho, apura bem, comete pequenos erros de grafia de palavras, nada mais grave". Eu tinha certeza de que ele não a conhecia, pois havia chegado de um outro estado para o emprego, e a moça nunca havia trabalhado fora dali. Era um caso de antipatia à primeira vista.

Na semana seguinte, o sujeito, que é um jornalista normal e continua bem-empregado, perguntava a mesma coisa, ficava parado olhando a menina e se sentia agredido pela imagem exuberante dela. Ela era alta, ele baixinho, ela parecia destemida, corajosa; ele suava muito debaixo dos 18°C do ar-condicionado central. Enfim, não vem ao caso saber que motivos inconscientes tinha aquele chefe de redação para implicar com a repórter. O fato é que acabou demitindo-a quando eu já não estava na editoria. A moça foi para outro jornal e está bem, foi aceita pela equipe, faz um mestrado, já nem é mais uma foquinha. É uma jovem de talento, além de bela, e deve ter uma carreira promissora. Pelo menos se nunca mais encontrar seu antigo chefe.

Esse caso que, em princípio, nada tem a ver com o trágico desenlace dos colegas do *Estadão*, é um exemplo clássico das estranhas relações profissionais que rondam as grandes redações. Assim como o chefe de redação "implicou" com a moça sem conhecê-la, antipatizando com seu jeito, bem podia ser tomado por extrema simpatia e, quem sabe, até ter namorado com ela. Caso isso tivesse acontecido, provavelmente ela não teria sido demitida, e talvez chegasse a algum posto em futuro próximo. Quem sabe?

Frangos depenados

O fato é que está em xeque, além da vida dos dois infelizes que não conseguiram amar e perdoar, as relações de simpatias e antipatias gratuitas, casos de amor e de ódio isolados, além das "turmas", para não falar em gangues, que migram de uma empresa jornalística para outra.

Os chefões dessas gangues já estão por aí declarando que, do ponto de vista profissional, "o Pimenta era um excelente jornalista". Claro, se levarmos em conta o padrão vigente do que é ser um bom profissional no mercado: não medir formas para retorno comercial. É sabido que cada vez mais a filosofia marqueteira sobrepuja fatos, distorce e omite notícias.

Gangues, desses senhores que se beneficiam do sistema instalado desde que a ditadura militar foi substituída pela empresarial, não são melhores nem piores, é só uma questão de diferenças políticas e sociais, muito mais do que éticas ou jornalísticas. Afinal, a própria existência dessas "turmas" já nos fala de faltas éticas ou, no mínimo, de injustiças, sem mencionar o conteúdo jornalístico, que varia muito pouco nas grandes corporações, independentemente de qual gangue está no comando desta ou daquela empresa de notícias.

O fato é que quando as turmas de medalhões se movem, muito frango miúdo é depenado. Isto é, muita gente competente, mas alheia aos jogos de poder, é pisoteada.

Abismos salariais

Para nós, jornalistas, termos como "passaralho" – onda de demissões e novas contratações que pode durar um ano inteiro ou mais – fazem o maior sentido quando o cacique foi trocado ou está à sombra de algum novo contratado que, tão logo possa, vai puxar o tapete do antigo para depois iniciar sua gestão, com velhos amigos e indicados por amigos.

É uma medida de segurança para não correr riscos no poder, para mantê-lo o quanto puder. Membros e simpatizantes de uma ou de outra turma ficam estrategicamente colocados em outras redações – para uma emergência. Membros e simpatizantes são aspirantes a cargos, vulgarmente conhecidos como puxa-sacos. Curiosamente, são responsáveis tanto pela permanência quanto pela instabilidade dos chefes. São pouco criativos, mas bem-mandados, e seu pior defeito é que viram a casaca de uma hora para outra, já que eles próprios almejam o poder, não medindo esforços ou posições éticas quando surge qualquer "boa" oportunidade.

Os diretores das redações se movem, de uma empresa para outra, acompanhados pelo primeiro escalão de suas trupes, mas são sempre os mesmos no mercado. São os políticos do jornalismo, os homens do poder, das mediações entre notícia, empresa e área comercial. Chegam a ganhar 20, 30 vezes o salário de um repórter, e os caciques de confiança podem chegar a ganhar 10, 15 vezes mais do que o resto dos índios. Isso tudo não é novidade, e nem causa espanto, em país capitalista, que as diferenças salariais sejam tão acentuadas; muito menos que a manutenção do poder seja o maior objetivo.

Espectadores calados

Mas o crime, o caso da jornalista assassinada por um ex-chefe e ex-namorado, causa espanto. E o espanto é maior quando associamos a morte da colega ao microcosmos doentio de uma grande redação. O espanto se torna gigantesco quando percebemos que o sistema de funcionamento do órgão, o jornal, tem tudo a ver com o que aconteceu, mesmo que o caso de dezenas de outras Sandras e Pimentas não chegue a um final tão trágico.

O que aconteceu na redação do *Estadão*, antes do crime, não é um caso isolado, e traduz muito bem, nesse microcosmos do universo jornalístico, o macrocosmos de desigualdades, corrupções, bajulações, concessões e disputas pelo poder.

Duas pessoas acabam de ser vítimas de uma história criada e ornamentada por elas durante três anos. Uma história muito bem digerida pelo sistema; afinal, os dois transitaram juntos por duas grandes e respeitáveis redações. Uma história que teve como espectadores calados, consequentemente coniventes, os colegas de ambas as redações.

Saudações respeitosas

Sandra e Pimenta tiveram um relacionamento doentio e precisaram chegar a um desfecho trágico para pontuar a falta da única coisa que poderia poupá-los da tragédia, juntos ou separados: o amor. Faltou uma dose mínima desse velho e bom sentimento humano que nos faz incapazes de ignorar, dar as costas, a uma pessoa que amamos ou que tenhamos amado um dia; uma dose mínima que nos impede, também, de tirar a vida de alguém.

A falta de amor, de consideração à vida do outro, não se encerra no caso Sandra/Pimenta, estopins da realidade. É apenas mais uma das demonstrações vivas de um dos maiores problemas a ser enfrentados em nossa sociedade, especialmente nas grandes corporações, como *Estadão*, *Folha* e outras empresas de outros setores: o mecanicismo.

Um mecanicismo que substitui horas de lazer por ganância, competição exarcebada e ambição, que empilha quantidades exageradas de pessoas por metro quadrado levando-as a substituir sentimentos e necessidades internas pela lógica da vantagem e das necessidades externas. Esse quadro, representado neste momento pelo assassinato da jornalista, está destruindo o que de melhor o ser humano conquistou até hoje: a capacidade de amar.

Feliz da moça que, ao se apaixonar pelo chefe, decida trabalhar em outro lugar para assegurar-se internamente de que vencerá por seus próprios méritos, sem deixar atrás de si qualquer sombra de dúvida. Feliz do homem mais velho que, ao se apaixonar por uma moça, não use de artifícios como presentes caros, ajuda financeira, empurrões profissionais, na esperança de pagar um preço pela manutenção desse amor.

Felizes todos nós quando aprendermos a perseguir o ideal do proveito mútuo, quando conseguirmos deixar de lado a lei do proveito próprio.

Saudações respeitosas a todos os colegas envolvidos direta e indiretamente no caso. Temos muito o que pensar e muito mais o que fazer para melhorar a imprensa desse país. E isso, por incrível que possa parecer, tem tudo a ver com a felicidade que produzimos em nossas vidas pessoais, ao lado dos nossos companheiros e filhos.

Além dos tiros: a questão do poder

Alberto Dines

Jornais agora têm ombudsmen também chamados de ouvidores e "editores de qualidade" (públicos ou domésticos). Publicam-se erratas e a crítica dos leitores começa a ser veiculada, ainda que seletivamente. Existem alguns sites, duas revistas e pelo menos dois programas de TV que tratam exclusivamente da mídia. O seu comportamento é tema freqüente dos colunistas regulares e articulistas esporádicos. A questão da ética da imprensa virou chamariz para qualquer evento, seminário ou painel para a qual os organizadores querem chamar a atenção da própria imprensa.

Mídia e mediadores já começam a sentir-se observados. Avanço formidável na direção daquilo que alguns chamam de "controle social" dos meios de comunicação. A verdade é que a sociedade já não engole tão passivamente o que lhe enfiam pela goela com o nome de informação objetiva.

Mas persistem os mesmos mecanismos internos para produzir esta informação. Qualquer estrutura que envolva a participação humana é uma estrutura de poder e o poder nas redações continua a ser exercido da mesma forma – controlado de perto pelos acionistas. Hoje talvez até mais controlado pela introdução de sofisticados instrumentos de marketing.

Quando, em meados dos anos 80, os empresários de jornais e revistas iniciaram uma vigorosa campanha para evitar a inclusão da cláusula da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do jornalismo no texto da nova Constituição, não visavam apenas a questão salarial. A história deste movimento um dia precisará ser contada; por ora, interessa o real objetivo daquela cruzada: exercitar o poder selecionando aqueles que deveriam produzir as informações.

Profissão regulamentada, vitória de Pirro: os dois tiros desferidos 12 anos depois por Pimenta Neves na ex-namorada Sandra Gomide revelaram a precariedade e ineficiência das estruturas organizacionais nas redações dos grandes, médios e pequenos veículos jornalísticos.

A atual redação do artigo 222 da mesma Carta Magna favorece o caráter familiar das empresas jornalísticas brasileiras. Este formato acionário irradia-se inevitavelmente para os escalões inferiores. A melhor prova é que, nos dois jornalões paulistas, o comando efetivo da operação jornalística está diretamente na mão de acionistas sem que possa funcionar qualquer tipo de contrapoder, atenuado ou não, como acontece nos EUA e Europa.

O fato desses acionistas serem também competentes profissionais não diminui o problema. Só o agrava na medida em que descortina um generalizado desperdício de talentos ocorrido no jornalismo brasileiro nas últimas décadas, em que a unção para os cargos máximos passa ou pelo filtro da consangüinidade ou pelo crivo da obediência cega. As honrosas exceções só servem para confirmar a regra.

A disputa que se trava na família proprietária do *Estadão* para ver quem será o substituto de Pimenta Neves e revelada corajosamente pela reportagem de Carlos Maranhão [*Veja São Paulo*, edição nº 35] é outra evidência da estrutura familiar que domina os maiores grupos jornalísticos brasileiros. A modernização nas duas últimas décadas está longe de contornar a questão crucial da delegação de poder.

De nada adiantará a implementação dos mecanismos de controle externo nos veículos jornalísticos se as empresas não adotarem um mínimo de **tensão interna**. Conselhos de Redação, Conselhos Editoriais ou Conselhos de Editores com algum nível de autonomia poderiam ter impedido aquela dupla injustiça de converter uma repórter sem experiência em editora de economia e, logo em seguida, demiti-la [veja artigo de Otavio Frias Filho no *Aspas* da rubrica *Imprensa em Questão*, nesta edição]

Não se trata de colocar em votação cada manchete ou cada decisão editorial. Jornalismo é uma atividade que, por suas características, exige uma estrutura vertical, ágil, disciplinada. Estas características orgânicas e intrínsecas não devem impedir a introdução de ferramentas consensuais num nível decisório menos imediato.

Imperioso lembrar que o Caso Pimenta Neves respingou na imprensa inteira. A TV Globo pode ganhar pontos junto à opinião pública assumindo-se como principal acusadora do assassino confesso de Sandra Gomide, mas também sobrou para ela. No conjunto, a mídia está oferecendo uma cobertura razoavelmente objetiva, mas a questão vai além da cobertura: embute-se num modo de produção imperial, ultrapassado.

A questão do comando das redações brasileiras não pode ficar reduzida a nomes, sobrenomes, sexo, faixa etária ou atributos individuais. É preciso pensar na modernização do sistema para que o produto seja melhor. Mais confiável.